



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**PÉRICLES CERQUEIRA MONTEIRO**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO  
POLÍTICA PÚBLICA: DESAFIOS DE UMA  
CONSTRUÇÃO - REFLEXÕES A PARTIR DA  
EXPERIÊNCIA BAIANA**

**Salvador  
2009**

**PÉRICLES CERQUEIRA MONTEIRO**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: DESAFIOS DE  
UMA CONSTRUÇÃO - REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BAIANA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.

**Salvador  
2009**

Escola de Administração - UFBA

M775 Monteiro, Pércles Cerqueira  
A economia solidária como política pública : desafios de uma  
construção – reflexões a partir da experiência baiana / . - 2009.  
152 f. il.

Orientadora: Prof.º Dr.º Genauto Carvalho de França Filho.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de  
Administração, 2009.

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3. Bahia –  
Administração local. 4. Política de trabalho. I. Universidade Federal da  
Bahia. Escola de Administração. II. França Filho, Genauto Carvalho.  
III. Título.

CDD 334

# PÉRICLES CERQUEIRA MONTEIRO

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: DESAFIOS DE UMA CONSTRUÇÃO - REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BAIANA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

Aprovada em 14 de julho de 2009.

### Banca Examinadora

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho \_\_\_\_\_  
Doutora em Sociologia - Université de Paris VII - França  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

.....  
Prof. Dr. Benito Muiños Junca \_\_\_\_\_  
Doutor em Geografia Humana - Universidad de Barcelona - Espanha.  
Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN  
Faculdade Dois de Julho

Prof. Dr. Paulo de Arruda Penteadado Filho \_\_\_\_\_  
Doutor em City And Regional Planning - Cornell University - Estados Unidos  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

A

D. Naná (em memória), querida mãe, que nunca me obrigou a estudar, mas, silenciosamente, criou todas as condições para isto.

Zé Carlos, Monteirinho e Sílvio, irmãos, quase-pais, que, ruidosamente, conversando sobre tudo, e sobretudo conversando, alimentaram no caçula o desejo de saber.

Dalvinha, companheira, de estado e de estudo, de casa e de caso, incentivo e exemplo.

Érica e Lucas, filhos, cujo brilho nos olhos por verem o pai estudando a esta altura do campeonato deu-me forças para prosseguir.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que, em sua misteriosa ação, propiciou-me condições tais que não me fazem sentir um privilegiado, mas muito agradecido.

A Genauto Carvalho de França Filho, orientador meticoloso e atento, em quem a solidariedade, mais que elemento do tema de estudo, é característica pessoal; de quem recebi aulas, orientações e amizade.

A José Antônio Gomes de Pinho, pela oportunidade de iniciar esta caminhada, como aluno especial.

Aos demais professores do Mestrado Acadêmico, pela dedicação com que transmitiram conhecimentos de excelência e discutiram idéias.

A Jorge Henrique, amigo e colega, um combatente por uma sociedade melhor, pelas dicas e informações.

Ao pessoal da SESOL, especialmente os Coordenadores José Wellington, Lara Andrade e Luís Cravo, pela boa vontade com que disponibilizaram material de pesquisa e informações.

A Anaélia e Dacy, representando todo o pessoal da Secretaria, do NPGA, da Biblioteca e do CIAGS, pelo apoio e infra-estrutura proporcionados.

Aos colegas de todas as disciplinas, com quem foi possível compartilhar aulas, trabalhos e momentos inesquecíveis.

A Almiro Sacramento da Cunha, Diretor Geral da SEDES, pela compreensão quando foi preciso compatibilizar horários de trabalho com as atividades acadêmicas.

A todos, minha gratidão.

Enquanto no setor capitalista convencional o governo gasta 10 mil dólares para criar um posto de trabalho, no setor popular e solidário – comércio informal, microempresa, artesanato, cooperativismo – há um novo emprego a cada 800 dólares investidos.

Rafael Correa (Presidente do Equador), 2009.

MONTEIRO, Péricles Cerqueira. A Economia Solidária como política pública: desafios de uma construção - reflexões a partir da experiência baiana. 148 f. il. 2009. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

## RESUMO

Esta dissertação, através de uma metodologia qualitativa, ampla revisão da literatura e conceitos de economia solidária, políticas públicas e desenvolvimento local, foi elaborada com o propósito de examinar a economia solidária como política pública e como uma alternativa ao processo de acumulação capitalista e seus reflexos no mundo do trabalho. Para tanto, aborda-se a implementação da política pública de economia solidária do Governo do Estado da Bahia, iniciada em 2007. Este texto analisa o contexto global em que o movimento de economia solidária emerge no Brasil. As transformações no mundo do trabalho provocadas pelo processo de reestruturação da produção e reforma do Estado a partir dos anos de 1990, sob o impacto do neoliberalismo e da globalização econômica, acarretou um aumento nos níveis de desemprego e de exclusão social. No contexto das mudanças, a economia solidária surge como um exemplo de indução ao desenvolvimento local com vistas a promover a construção de condições ao estímulo e fomento de alternativas contra o desemprego e exclusão social. O modelo econômico comumente adotado em países do terceiro mundo prioriza o crescimento da riqueza e não faz distinção entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento. A concepção solidária é apresentada além das atividades econômicas e inclui dimensões sociais e culturais e alguns princípios básicos tais como cooperação, autogestão, desenvolvimento sustentável e democracia participativa. Analisa, ainda, a economia solidária como alternativa para a geração de trabalho e renda. Na implementação de uma política pública de economia solidária, surgem muitos desafios a serem enfrentados pelos governos. Esta dissertação examina, afinal, alguns desses desafios em seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

**Palavras-chave:** Economia solidária, políticas públicas, desenvolvimento, mundo do trabalho (mudanças), geração de trabalho e renda.



MONTEIRO, Péricles Cerqueira. The Solidary Economy as public policy: challenges to a construction - reflections from the bahian experience. 148 pp. ill. 2009. Master Dissertation – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

## **ABSTRACT**

This dissertation, using a qualitative methodology, large bibliographic review and concepts of solidary economy, public policy and local development, was elaborated with the purpose of examining the solidary economy, as public policy and alternative movement to the process of capitalist accumulation and its reflexes in labor world. For that, it approaches the case of the implementation of public policy for solidary economy in the Government of the State of Bahia started in 2007 year. This text analysis the Global context within the movement of solidary economy emerges in Brazil. The changes seen in the labor world caused by the process of production restructuring and State reform starting in the 1990's under the impact of neoliberalism and globalization economic, have brought an increase in unemployment levels and social exclusion. Within the context of such changes, solidary economy appears as an example of local development induction in order to promote the construction of conditions to stimulating and fomenting alternatives against the unemployment and social exclusion. The economic model usually adopted in countries of the third world gives priority to the growth of the wealth and doesn't make distinction between the concepts of economic growth and development. The solidary conception is presented beyond economic activities to include social and cultural dimensions and some basic principles, such as cooperation self-management, sustainable development and participatory democracy. Also, it analyzes the solidary economy as alternative for generation of work and income. In the implementation of public policy for solidary economy, it appears a lot of the challenges that governments have to face on. This dissertation, at least, examines some of these challenges on its political, economical and social contexts.

Keywords: solidary economy, public policies, development, labor world (changes), generation of work and income

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Campo da Economia Popular e Solidária no Brasil	46
Quadro 02	Modelos de Políticas Públicas	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Indicadores Sócio-Econômicos: Bahia, S. Paulo, Brasil – 1999 e 2001	35
Tabela 02	Ranking do IDH – Municípios 1991 – 2000	36
Tabela 03	Apoio Direto a Empreendimentos Coletivos no Estado da Bahia Ano 2008	77
Tabela 04	Credibahia - Dados por Territórios de Identidade - Ano de 2008	83

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário  
BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento  
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
CEFET-BA – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia  
CESOL - Centros Públicos de Economia Solidária  
CIA – Centro Industrial de Aratu  
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia  
EAF - Entidades de Apoio e Fomento  
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A  
EES – Empreendimentos de Economia Solidária  
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FUNCEP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza  
GTBES - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.  
MET – Ministério do Trabalho e Emprego  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurianual do Estado  
SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas  
SEC – Secretaria de Educação  
SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais  
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza  
SEDIR – Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEPLAN – Secretaria do Planejamento

SESOL – Superintendência de Economia Solidária

SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

SICM – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

SJCDC – Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

SUAF - Superintendência de Agricultura Familiar

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>ESTADO, ECONOMIA E TRABALHO: O CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES</b> .....	19
2.1	A MINIMIZAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO EM TEMPOS GLOBAIS E NEOLIBERAIS .....	19
2.2	AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A CRISE DO MERCADO FORMAL .....	23
2.3	A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	28
2.3.1	<b>Uma Breve Visita às Origens</b> .....	29
2.3.2	<b>A Emergência Recente no Brasil</b> .....	30
2.3.3	<b>O Contexto Baiano</b> .....	31
3	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: O QUE É E O QUE REPRESENTA</b> .....	39
3.1	PRINCÍPIOS E CONCEITOS BÁSICOS .....	41
3.2	AS INTUIÇÕES VOLTADAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS .....	43
3.3	MUITO ALÉM DO MERCANTIL, MUITO ALÉM DO ECONÔMICO: UM NOVO CUIDAR DO COMUM .....	48
3.4	UMA CONCEPÇÃO ALTERNATIVA .....	52
4	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CONSTRUÇÃO CONDICIONADA</b> .....	59
4.1	O PAPEL DO ESTADO .....	59
4.2	CONCEITOS E MODELOS: A RACIONALIDADE LIMITADA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	62
4.3	POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO .....	65
4.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO COERENTE .....	69
5	<b>A POLÍTICA PÚBLICA BAIANA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	72
5.1	O APOIO A EMPREENDIMIENTOS: OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍTICA .....	76
5.2	FINANÇAS SOLIDÁRIAS: UM CAMINHO A PERCORRER .....	79
5.3	FORMAÇÃO, DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO: AFIRMANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	84

<b>6</b>	<b>A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA IDEIA, MUITOS DESAFIOS</b> .....	<b>90</b>
6.1	O DESAFIO DA SUPERAÇÃO DAS TENSÕES COM O MODELO HEGEMÔNICO .....	90
6.2	O DESAFIO DA EFETIVIDADE: O ALCANCE DE UMA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	93
6.3	O DESAFIO DA ADERÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	97
6.4	O DESAFIO DA ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS INICIATIVAS .....	98
6.5	O DESAFIO DE UM NOVO MODELO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA .....	100
6.6	O DESAFIO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS .....	101
6.7	O DESAFIO DE UM MARCO LEGAL FAVORÁVEL .....	102
6.8	O DESAFIO DA GESTÃO: TRANSVERSALIDADE E INTEGRAÇÃO .....	105
6.9	O DESAFIO DO CONHECIMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO: A FORMAÇÃO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	107
6.10	O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: A MOBILIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS .....	110
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>122</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto as políticas públicas de fomento à economia solidária, a partir da experiência que vem sendo levada a efeito pelo Governo do Estado da Bahia, eleito em 2006, através das ações da Superintendência de Economia Solidária – SESOL, órgão da administração direta vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE. Busca-se analisar os desafios que se apresentam na implementação dessas políticas, tendo em consideração o contexto econômico prevalecente e as características da atuação estatal.

O tema principal deste trabalho é a construção da política pública de economia solidária, através do apoio e fomento em um governo estadual, diante das limitações de ordem econômica, política e estrutural inerentes a uma unidade federada, assim como das características antagônicas da economia solidária em relação ao modo de fazer o econômico já bem estabelecido.

Esta dissertação seguirá a abordagem delineada por uma questão fundamental: que desafios se apresentam à implementação de uma política pública de economia solidária? Diante das implicações e complexidade envolvidas em tal linha de investigação, far-se-á necessário tratar mais detidamente do que vem a ser a economia solidária e como esta pode ser inserida em uma política estadual. Sob tal ótica – da implementação da política de fomento e apoio à economia solidária –, busca-se verificar em que condições, sob que dificuldades e limitações e a partir de quais bases tal política vem sendo implementada e, ainda, que perspectivas vislumbram-se para sua consolidação.

O tema proposto nesta pesquisa será analisado a partir de um apanhado conceitual sobre a economia solidária, seus princípios e características. Além disso,



será preciso visitar algumas abordagens sobre políticas públicas em geral, como forma de caracterizar os papéis dos atores envolvidos no processo político decisório de escolhas, formulação e implementação de opções, tendo em vista o lugar singular ocupado pela economia solidária como forma alternativa de inclusão econômica e social.

O estudo da economia solidária aqui proposto não pretende se limitar às suas características básicas e concepções nucleares, mas avançar para a discussão sobre aspectos alternativos de sua proposta e enfatizar a diversidade de aspectos que a envolvem, para além da feição econômica. O destaque, neste caso, tem origem no entendimento prévio de que o modo de produção econômico determina relações sociais e práticas culturais; formas alternativas ou plurais de desenvolver atividades econômicas encontram resistência de várias ordens em seu processo de afirmação.

Outro enfoque sobre a economia solidária diz respeito a seu potencial como meio de acesso de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho a atividades geradoras de renda. Tradicionalmente, as políticas de governo nos três níveis limitam-se à busca da inserção subordinada à noção de que a qualificação profissional do trabalhador representa a principal via de colocação no mercado de trabalho, dentro do difundido conceito de empregabilidade. Aqui, discute-se outra via de inserção, preconizada pela economia solidária, a qual significa uma alternativa em termos econômicos e de natureza singular, pelos valores solidários que carrega e pela raiz de sustentabilidade que exige.

Esta pesquisa não pretende dar respostas definitivas sobre questões imersas em uma temática, como é o caso de políticas públicas, cuja complexidade característica alia-se a resultados que só fazem sentido se forem razoavelmente permanentes e de efetiva transformação da realidade social. Contudo, algumas insistem saltar aos nossos olhos: quais as limitações a que se expõe uma política pública de economia solidária, diante de um ambiente de predomínio econômico do modo de produção capitalista? Que fatores presentes na estrutura estatal dificultam a implementação desse tipo de política? Como os princípios da economia solidária e seu caráter alternativo podem incitar resistências a seu desenvolvimento? Que dificuldades surgem para que essas características da economia solidária balizem a política pública? Que tipo de atuação governamental pode reduzir os riscos de a

política pública “fazer mais do mesmo”, isto é, reproduzir as práticas tradicionais nas políticas sociais e de geração de trabalho e renda?

Em seu intento, esta dissertação – organizada em sete capítulos - apresenta, inicialmente, um apanhado contextual que pretende mostrar em que realidade econômica global o movimento de economia solidária emerge. Ali, são acentuadas as transformações do capitalismo e como o que se convencionou chamar de movimento neoliberal influenciou a conformação de uma nova modelagem de atuação dos Estados e resultou na crise da sociedade do trabalho, especialmente a partir do último quarto do século passado. A importância desse tipo de abordagem reside na feição que as políticas públicas ganharam mais acentuadamente a partir de então, o que reflete na implementação de uma nova forma de ação como a pretendida ao se optar por uma política de apoio à economia solidária, e chama a atenção para a necessidade de outra visão do papel do Estado no enfrentamento da questão da inclusão econômica de trabalhadores.

Em seguida, no terceiro capítulo, trata-se de bem caracterizar a economia solidária. A abordagem adotada privilegia menos a história do movimento de economia solidária do que os seus princípios norteadores e caráter alternativo e plural; parte-se, nesta ênfase, do entendimento de que as características e valores inerentes à economia solidária são marcantes para destacar as dificuldades de implementação de uma política denominada de economia solidária, bem como a aderência que se espera aos seus princípios.

O quarto capítulo da dissertação cuida de abordar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, suas influências e subordinação ao modelo capitalista hegemônico e sua atuação através de políticas públicas. Trata-se, ainda, da modelagem de políticas públicas e do papel dos atores envolvidos nas escolhas nesse campo, como forma de apresentar a complexidade aí envolvida. A análise desenvolvida não é supérflua quando se trata da implementação de uma política pública inovadora e se considera a importância das intervenções estatais, a despeito da ainda recorrente ideia de defesa de seu papel minimizado. Reconhecem-se, previamente, as dificuldades de conciliação entre a importância do tema tratado no capítulo e as exigências de não ir além do razoável a uma enxuta colocação das ideias necessárias ao suporte do tema central.

O capítulo seguinte apresenta como o governo estadual baiano vem implementando a política de apoio e fomento à economia solidária, numa abordagem descritiva em que se enfatizam os três pilares estruturantes das ações: o fomento, as finanças e a formação em economia solidária.

Em seguida, são discutidos os desafios que se apresentam à implementação de uma política pública direcionada para a economia solidária, segundo as observações colhidas da experiência desenvolvida pelo atual governo baiano, na literatura disponível e na experiência pessoal do pesquisador no acompanhamento, dentro da estrutura organizacional do Estado, de projetos voltados à inclusão social. As observações inseridas no capítulo dedicado às considerações finais fecham, de modo sintético, a linha que se pretendeu traçar em toda a dissertação, com uma visão geral conclusiva do estudo.

A partir da definição do que investigar e da delimitação temporal e espacial da pesquisa, em termos metodológicos, definiu-se uma estratégia de abordagem contemplando o contexto do objeto da pesquisa, as múltiplas possibilidades de influências e a atuação específica do órgão executor da política pública, através da documentação e informações disponíveis pela unidade de análise. A abordagem descritiva adotada buscou guardar coerência com a natureza do tema sob estudo.

O campo das políticas públicas e especialmente as voltadas para a intervenção na realidade social em países como o Brasil e, particularmente, Estados como a Bahia, que, a par de figurar entre os de maior volume de produção econômica, apresenta-se com baixos índices de medição da situação social da população, tem dupla importância, tanto do ponto de vista prático de gestão pública, configurada nas escolhas, meios, eficiência, resultados intrínsecos das ações e extrínsecos em termos de efetiva melhoria da condição social da população, quanto do estudo acadêmico, pela formação de arte conceitual, massa crítica e instrumentos de análise que retroalimentam a ação real da gestão pública. Nesse sentido, a opção por uma política pública de economia solidária como objetivo de governo insere-se num quadro de relevância dentre as diversas opções de ações de governamentais, tanto pelo caráter de favorecimento de uma visão que se contrapõe a um sistema econômico prevalecente e dominante, como pela possibilidade prática de fomentar mudanças reais e materiais na realidade social. Trata-se, portanto, de campo rico para investigação, sob diversos ângulos de abordagem.

Ao lado disso, as políticas públicas de economia solidária no Brasil são recentes; na Bahia, integram o plano de governo a partir de 2007. Constituem-se, portanto, numa temática ainda a ser mais e convenientemente pesquisada. Além da emergência como algo relativamente novo enquanto opção de governo, a adoção da política pública de economia solidária se justifica como tema de estudo em razão da importância que a ação estatal em geral representa para a transformação social e, mais além, o potencial atribuído à economia solidária no mesmo sentido. O tema proposto, como de resto os estudos que têm como um dos fins a melhoria mediata das condições sociais são, de per si e indubitavelmente, sempre atuais. No caso da economia solidária, a atualidade emerge não apenas da sua importância, a ponto de seu fomento tornar-se objetivo de políticas governamentais, mas também das diversas condicionantes de natureza global, macroeconômica e ideológica, numa visão ampliada, e de limitações e injunções ligadas a aspectos políticos, financeiros, orçamentários, numa visão mais próxima.

Em uma sociedade como a nossa, caracterizada por situações de extrema pobreza e inquietante desigualdade social, a discussão sobre as opções político-econômicas que levariam à mudança nesse estado de coisas e à efetividade de políticas sociais tendentes a solucionar esses problemas têm claros contornos de importância. Nesse sentido, a existência de uma política de um governo estadual, voltada ao fomento da economia solidária, representa uma oportunidade ímpar de possibilidades de debate sobre a natureza e as características dessa política, segundo os princípios teoricamente reconhecidos como conformadores do que chamamos de economia solidária, e pode contribuir para o debate em torno do assunto.

Espera-se que, segundo princípios de neutralidade e ética, que a pesquisa tenha possibilitado esclarecimentos, levantamentos e descobertas que propiciem um avanço no campo das políticas públicas em termos de formulação, implementação e resultados, além de trazer luzes sobre os limites e potencialidades das opções sob prismas diversos como os da economia solidária e, se possível, resulte em contribuição prática a uma reflexão intragovernamental sobre os rumos seguidos nesse caminho escolhido.

## **2 ESTADO, ECONOMIA E TRABALHO: O CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES**

### **2.1 A MINIMIZAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO EM TEMPOS GLOBAIS E NEOLIBERAIS**

O mundo assistiu, especialmente a partir dos últimos vinte anos do século passado, a presença notável de dois fenômenos diferentes quanto a suas naturezas, mas de mesma origem ideológica: o neoliberalismo e a globalização. Embora nenhum dos dois seja genuinamente novo – o primeiro surge como uma nova feição do clássico liberalismo (MORAES, 2001); o segundo refere-se a um processo de expansão das relações econômicas e culturais entre os povos e nações, cujo ineditismo é contestado por vários críticos (GÓMEZ, 2000) -, ambos se apresentam intrinsecamente ligados ao sistema capitalista hegemônico.

De fato, com a determinação hegemônica de um modo liberal de ver filosoficamente e agir economicamente no mundo – mesmo com o arrefecimento, a partir da segunda metade desta década, da aceitação incondicional do modelo neoliberal - esta geração acompanhou uma fase de excepcional expansão capitalista que não só prevaleceu como economia de mercado, mas, também, contaminou todo e qualquer aspecto das relações humanas: políticas, sociais e culturais. Ao formidável avanço associado à expansão capitalista em nível global, traduzido no crescimento da riqueza produzida, não correspondeu, contudo, uma melhoria nas condições de exclusão da parcela da humanidade que pertence às regiões e etnias historicamente excluídas; ao contrário, assiste-se a um acirramento dessas

diferenças, refletidas na exclusão social, na miséria, na exploração dos trabalhadores e no afastamento do Estado como agente do equilíbrio social e econômico.

O viés ideológico que subjaz à onda neoliberal é afirmado por autores como Boaventura de Souza Santos (2005) e Milton Santos (2000). Para o primeiro, a globalização atual resulta do chamado Consenso de Washington ou, em suas palavras, “consenso neoliberal”<sup>1</sup>. Para Boaventura Santos (2005), embora abrigue interesses divergentes dentro do grupo hegemônico de países, o citado consenso foi capaz de impor um determinado receituário, caracterizado por regras coerentes com o que se conhece por neoliberalismo. Milton Santos (2000) afirma que as medidas preconizadas no Consenso de Washington foram adotadas pela maior parte dos países periféricos, ainda que parcialmente ou em grau subordinado a fatores locais, mas sempre coerentes com alguns princípios caracterizadores do Consenso; um desses princípios – e o mais diretamente ligado a este trabalho - determina o enfraquecimento do Estado (o Estado mínimo). Para Milton Santos (2000), neste caso, há uma contradição que expõe a falácia neoliberal: o afastamento e o enfraquecimento do Estado requerem uma ativa atuação de regulação com tal fim (SANTOS, 2000, p.19). Por outro lado, o mercado assume o papel de ator privilegiado em relação ao Estado de modo apenas simbólico e ideológico, já que, na verdade, o que se chama de mercado neste sentido nada mais é do que a atuação de empresas globais, agindo segundo uma racionalidade determinada por seus próprios interesses de lucro, incapazes de garantir o desenvolvimento social. (Ibidem, p. 41). Nesta mesma linha seguem HARDT & NEGRI (2001) ao reconhecerem as empresas multinacionais como os principais atores na economia global, em que a concepção prevalecente indica que o livre jogo do mercado propicia, através do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social.

A globalização, tal como hoje entendida, é um conceito assentado a partir dos anos 80 do século passado, com inspiração em meios acadêmicos norte-americanos (GOMEZ, 2002); caracteriza-se, como se viu, pelo poder de grandes corporações transnacionais. Este poder global, a par do seu caráter ideológico, é facilitado pela

---

<sup>1</sup> Plano abrangente, subscrito em Washington, contendo um conjunto de prescrições econômicas elaboradas na década de 80 pelos países centrais do sistema mundial, a serem seguidos mundialmente. (SANTOS, 2002, p.26).

incorporação concreta de elementos propiciados pelo grande avanço tecnológico. Sob este prisma, são visíveis as modificações que as novas tecnologias da informação e das comunicações trouxeram, afetando todo espectro das relações humanas, sociais, políticas e culturais, e, particularmente, um conjunto de itens inerentes ao funcionamento da economia do planeta, tais como a alta mobilidade de movimento de capitais financeiros por todo o globo, com possibilidades de expansão econômica em nível mundial sem precedentes, a produção flexível em termos de localização, utilização/variação de recursos produtivos de forma mais veloz - principalmente em função do custo da mão de obra -, o maior poder de comercialização pelas empresas, e a diversidade e alternativas de consumo. A formação de empresas em redes, tão exaustivamente descrita por Castells (2006) e os avanços tecnológicos formidáveis, notadamente nas áreas de informações e comunicações, propiciaram a intensa movimentação de capitais entre países, muito facilitada pelo desenvolvimento tecnológico. O acirramento e mundialização da competição capitalista, tendo em vista as possibilidades de ampliação dos mercados, as maiores possibilidades de deslocamento de núcleos produtivos, com base em menores custos de recursos, dentre outras constatações, são fatos de uma nova realidade claramente perceptível.

No mesmo período, sob a mesma conjuntura histórica e o argumento da crise do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), ou crise do Estado capitalista, caracterizada pela incapacidade do estado de prover níveis de investimentos e de custeio capazes de assegurar atendimento às demandas sociais crescentes, ganhou ares de inevitabilidade a necessidade de mudanças na forma de atuação e na própria dimensão estatal. Por imposição de organismos internacionais, a exemplo do FMI – Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, como condição à tomada de empréstimos, e pressão político-econômica de países centrais, foram impostas regras a países do terceiro mundo direcionadas à minimização do papel econômico do Estado e ao favorecimento à abertura econômica em favor do mercado. Passaram a ganhar forças exigências de modificações na gestão e oferta de bens e serviços públicos – com exemplos em várias nações -, como resposta a problemas de financiamento de políticas públicas, especialmente nas nações do terceiro mundo. Tais políticas, referendadas por experiências peculiares e supostamente similares levadas a efeito em países como a Inglaterra (Era Thatcher) e Estados Unidos (Era

Reagan), dentre outros, levaram nações do terceiro mundo a adotar, ainda que parcialmente em muitos casos, sob a crença de sua inevitabilidade e a promessa de sua eficácia como “remédio” para a crise fiscal, reformas econômicas que, simplificadoramente, conhecemos como modelo neoliberal.

A força ideológica atuante, mediante a difusão da ideia de inexorabilidade do modelo defendido pelos neoliberais, criou condições para o estabelecimento de uma clara hegemonia de difícil dissuasão no imaginário coletivo, considerada a força avassaladora da realidade geopolítica e econômica atual aliada ao poder dos grupos de interesse que sustentam essa hegemonia. A visão hegemônica assegurava que o processo em curso representa uma “nova ordem mundial”, em que o Estado-nação perdeu seu poder decisório face às novas e interdependentes relações econômicas e em face das transformações resultantes exclusivamente das forças de mercado capitalista, como algo inevitável e desejável. Mais ainda: o processo de globalização além de inexorável, de abrangência mundial e de registros econômicos sem precedentes em termos de volume transacional entre países e regiões, é a única alternativa de resposta econômica (naturalmente liberal) às atuais e futuras demandas por bens e serviços que atendam eficiente e satisfatoriamente a toda humanidade.

No caso brasileiro, não foi diferente. Também aqui, o quase dogmático consenso econômico neoliberal provocou consequências nas políticas sociais dos governos. Suportado pela difusão da ideia do Estado como intrinsecamente ineficiente - em contraposição à sociedade civil, dele afastada (na visão neoliberal), como naturalmente capaz de encontrar economicamente, na dinâmica do mercado, ou socialmente, nas ações voluntárias, soluções para problemas como a redução da pobreza e das desigualdades sociais -, o modelo neoliberal acabou por moldar as iniciativas governamentais também na área social, mais particularmente na concepção, elaboração e execução de programas e projetos. A minimização do papel do Estado, além de reduzir o controle estatal na economia e nas políticas sociais, com a diminuição dos investimentos (SANTOS, 2002b) trouxe uma visão muito difundida da necessidade de mudanças nas políticas sociais, tendo em vista as restrições orçamentárias impostas.

Ainda sob a batuta das ideias neoliberais, começaram a ganhar forças discussões sobre a necessidade de, para além dos ajustes macroeconômicos, a



atenção governamental voltar-se para os nossos graves problemas sociais, particularmente o enorme fosso econômico-social entre os extremos da população brasileira em termos de distribuição de renda, a aviltante massa de pessoas vivendo sob condições de pobreza absoluta e a crise no emprego formal.

Nesse contexto, ganha importância, principalmente a partir dos anos 1980, as chamadas organizações não-governamentais, como supridoras de uma atuação não mais viável por meio de instrumentos típicos do Estado. Para substituir ou compensar a ausência ou insuficiência de políticas universalizadoras e estruturantes de soluções, e mesmo como resposta política a demandas sociais insatisfeitas, adotaram-se políticas de cunho focalizado, localizado e compensatório e, no que diz respeito ao mercado de trabalho, de insistência pela opção da empregabilidade, com ênfase na capacitação e nas relações formais de emprego.

## 2.2 AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A CRISE DO MERCADO FORMAL

Como resultado dos processos inerentes ao avanço da globalização e sob os ditames da estratégia neoliberal, em maior ou menor grau, os países adotaram opções econômicas de reestruturação produtiva e reforma do Estado que levaram a uma redução das políticas de bem-estar social, mesmo em nações onde nem sequer poder-se-ia falar plenamente da existência de tais políticas, e à perda de postos de trabalho e direitos correlatos. Direitos historicamente conquistados, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando vicejava o Welfare State e o pleno emprego, passaram a ser ameaçados e concretamente atingidos por conta da hegemonia neoliberal observada no mundo (CASANOVA, 2000; CHOMSKY, 2000; MORAES, 2001).

Na configuração privada do setor produtivo, observou-se a flexibilização da produção, em termos de processos e locais de trabalho, e o surgimento de novos setores produtivos com altíssimas taxas de inovação tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1996). A reestruturação determinada pelo Consenso de Washington, por sua vez, além da minimização do papel do Estado, atingiu várias áreas de influência

ou atuação direta dos governos, provocando reformas administrativas, tributárias e previdenciárias e privatização de empresas estatais. O resultado dessas medidas foi a significativa redução na oferta de trabalho nos anos 1990 (POCHMANN, 2001).

A crise – considerada por Antunes (1999) a mais grave sob a história do capitalismo –, apesar de atingir indistintamente o mundo do trabalho nas economias capitalistas em geral, foi mais perversa em países periféricos como os da América Latina e o Brasil, particularmente. Aqui, as transformações econômicas vivenciadas nas duas últimas décadas do século passado deixaram profundas marcas sociais negativas, afetando especialmente a classe trabalhadora. O aumento do desemprego, do subemprego e da obtenção informal da renda, a flexibilização das relações e condições contratuais de trabalho, a precarização das relações de trabalho, a redução do número de trabalhadores sindicalizados são características que mostram efeitos econômicos e sociais, mas também reflexos na subjetividade do homem-trabalhador (CATTANI, 2000).

Este cenário de globalização, novas tecnologias, a abertura comercial e maior competitividade no setor industrial trouxeram enormes impactos ao mercado de trabalho, num contexto de redefinição de espaços nacionais de produção. Parte da produção, com efeito, tem-se flexibilizado no sentido de instalar-se em vários locais, com a agregação de empresas menores, principalmente sob a forma de terceirização.

Tais transformações se fizeram sentir no Brasil desde os anos 1980. O aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a expansão das ocupações informais têm firmado uma tendência do mercado de trabalho brasileiro até os dias atuais. O emprego formal (carteira de trabalho assinada e direitos trabalhistas formalmente assegurados) não mais dá conta da demanda por trabalho e provoca, assim, além do crescimento das taxas de desemprego, a disseminação do trabalho em tempo inferior à jornada tradicional, das ocupações autônomas, da terceirização e do trabalho informal.

A reestruturação do setor produtivo, com as mudanças, por exemplo, no modo de produzir, em que alguns casos permitiram a participação de diferentes países na fabricação de um mesmo produto, acelerou a perda da estabilidade no trabalho, numa flexibilização ou volatilização, que reduziu gradativamente a quantidade de postos formais de trabalho em favor de ocupações temporárias. Neste

quadro, as empresas passam a requerer qualidades multifuncionais de seus trabalhadores, o que também contribuiu para a queda no nível de emprego (TAVARES, 2004).

O fenomenal avanço tecnológico experimentado pelos diversos setores da atividade humana repercute ao mesmo tempo em que faz sentido do ponto de vista econômico no setor produtivo. De fato, a par das inúmeras facilidades que a vida moderna oferece, as mudanças inserem-se a reboque da lógica de transformações exigidas pelo processo de acumulação capitalista. Segundo André Langer (2004), trata-se de uma estratégia capitalista, de investimento maciço em novas tecnologias, criadas predominantemente em centros de pesquisas ligados aos detentores do capital, num investimento pesado em redução de custos, aumento de produção e produtividade e criação de novos produtos (ou fetiches!) de ponta, o que significa para o capital mais lucros e acumulação.

Para Singer (1999b), o impacto das novas tecnologias fez-se sentir no mercado de trabalho, pela substituição direta de postos humanos por máquinas. Os trabalhadores do estrato primário, subordinado, viram-se afastados de suas ocupações pela robotização aplicada às tarefas rotineiras e repetitivas, enquanto que computadores substituíram as pessoas em funções simples semelhantes. Além disso, para esse autor, a descentralização das responsabilidades e decisões reduziu os níveis hierárquicos, sendo mais um fator de redução da mão de obra.

Nesse cenário de reestruturação capitalista, que no mundo do trabalho representou aumento do desemprego, processo de desassalariamento, trabalhadores sem registro e ocupações informais e por conta própria, ocorre uma mudança nas tendências estruturais do mercado de trabalho, que passa a adquirir gradativo perfil informal a partir dos anos 1980. Segundo Kraychete (2003), o crescimento do desemprego, desde essa época, foi acompanhado por uma modificação na composição da estrutura ocupacional, com uma redução da mão de obra industrial em favor do setor terciário da economia, em condições de instabilidade e baixa remuneração. Para ele:

Entre as décadas de 1940 e 1980, o mercado de trabalho no Brasil estruturou-se através da ampliação dos empregos assalariados com carteira assinada [...] A partir de 1980, essa tendência [...] foi interrompida. [...] diminui o ritmo de crescimento dos empregos assalariados, aumentando o número de trabalhadores sem contrato

de trabalho e dos trabalhadores por conta própria. [...] Na década de 1990, torna-se mais nítido o fenômeno do desassalariamento, influenciado, principalmente, pela redução dos empregos assalariados com registro. (KRAYCHETE, 2003, p. 18-19).

Essas mudanças perfeitamente claras na estrutura ocupacional provocaram reflexos em outros aspectos ligados ao chamado mundo do trabalho. Este, na percepção de Antunes (1999), contém variáveis que refletem o processo econômico e social das sociedades que o encerram. Dentre essas variáveis, destacam-se os métodos de trabalho, a dinâmica do mercado de trabalho, os modelos de gestão, os direitos trabalhistas, as condições de vida e a identidade dos trabalhadores são algumas das variáveis reconhecidas por ele e que, afinal, dependentes da realidade surgida nas últimas três décadas, refletem mudanças não apenas materiais, mas, também, na subjetividade do trabalhador, ao atingir também seus valores e seus ideários (ANTUNES, 1999). As rápidas mudanças na dinâmica capitalista, provocadas pelas exigências que tomaram a face do neoliberalismo e da globalização, com as conseqüentes transformações no processo de produção, desenvolvimento tecnológico acelerado, maior acumulação do capital, criaram condições de maior exclusão material dos trabalhadores e de mudanças nas formas de organização e de exercício da força de trabalho, nas ocupações e nas condições e nas suas condições de vida em todos os seus aspectos.

A afetação interior e profunda dos trabalhadores de alguma forma remete à ideia de Marx (1983) a respeito da relação de desumanização do trabalhador e fetichização da mercadoria, num processo de inversão e alienação, em que o produto do trabalho adquiriria vida autônoma e independente do seu criador, enquanto que este passaria a mero meio mecânico e indiferente de produção. A mercadoria, ao longo da complexificação e sofisticação da produção capitalista, passaria, assim, a dominar as relações sociais, assumindo uma proeminência em relação ao trabalho humano em si mesmo.

Tal afetação dos trabalhadores, para além da materialidade vinculada à sobrevivência econômica, é reforçada, ainda, pela perversa noção que afasta a crise das mazelas do capitalismo, ao jogar sobre seus ombros o peso da busca por ocupação rentável. Esta tendência, não apenas presente no discurso empresarial, mas, também, inspiradora de políticas públicas, transparece na difusão do conceito de empregabilidade, expressão bem definida por Leão (2003):

O termo empregabilidade é definido com a capacidade dos trabalhadores se manterem empregados ou encontrar novos empregos, o que supõe a posse dos requisitos de qualificação exigidos pelos empregadores e procurados pelos trabalhadores como estratégia de valorização da sua força de trabalho. Trata-se de um conceito do novo vocabulário a Teoria do Capital Humano, o qual pode ser compreendido como um mecanismo de encobrimento das relações sociais excludentes no atual padrão de acumulação do capital, ao transferir para o trabalhador como indivíduo a responsabilidade pela sua inserção profissional. (Leão, 2003, p. 11).

Tenta-se, assim, estabelecer duas ideais básicas para explicar e conformar as soluções para a crise do emprego: a noção de que há postos de trabalho para todos e, mais, que cabe aos indivíduos prepararem-se adequadamente para ocupá-los.

Esta forma de visão tornou-se quase um senso comum e, de certa maneira, transfere para o mercado de trabalho características tidas como positivas do mercado capitalista de bens que são a competitividade e a eficiência alocativa. Governos têm atuado segundo essa doutrina da onda neoliberal e balizado ações de formação profissional, seja através principalmente de organizações não-governamentais e instituições de ensino, na capacitação individual e preparação baseada em “competências” para o mercado formal de trabalho. Como afirma França Filho (2006a), *“Tal política baseava-se fundamentalmente na disseminação massiva de cursos de capacitação. [...] Explica-se o desemprego, desse modo, como exclusivamente um problema de baixa qualificação da mão-de-obra”* (Ibid., p. 261).

A visão até aqui delineada é muito claramente sistematizada por França Filho (2008) ao tratar de duas formas antagônicas de respostas à crise do trabalho. À promoção do desenvolvimento local sob a inspiração de ideias de competitividade e empreendedorismo que apoiam as políticas tradicionais de combate ao desemprego, ele denomina “via insercional-competitiva”. Esta opção privilegia o econômico e, a partir da presunção de que o desemprego deve-se à desqualificação da mão de obra, prevê a (re)qualificação e preparação das pessoas para a inclusão no mercado formal de trabalho. Esta concepção ignora completamente as limitações da economia de mercado em absorver a mão de obra excedente.

Em outras palavras, tal diagnóstico não reconhece o caráter na dinâmica da própria economia de mercado via acumulação capitalista e, assim, não consegue enxergar soluções para além de um paradigma de mercado, cujo corolário é o crescimento econômico “(FRANÇA FILHO, 2008, p.222).

A outra via, a “sustentável-solidária”, encontra nas próprias palavras do autor a sua síntese:

A concepção sustentável-solidária parte da premissa segundo a qual, em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseadas numa suposta capacidade empreendedora individual. Mas, ao contrário, considera-se que as razões para o problema da falta de trabalho encontram motivos, sobretudo, de natureza estrutural. Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais” (Id, p.223).

A implementação de uma política baseada na via sustentável-solidária pressupõe, em resumo, a incorporação dos princípios da economia solidária, o apoio à articulação em redes solidárias dos empreendimentos, a busca da integração oferta e demanda dentro dos territórios abrangidos pelos empreendimentos, mediante a implantação de uma rede de economia solidária.

### 2.3 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

É neste cenário que ganham emergência as iniciativas relacionadas à economia solidária, ou seja, surgem no processo de afirmação do capitalismo global, de despolitização da sociedade civil, de reestruturação produtiva e, notadamente, de mudanças no mundo laboral, sob a égide do projeto neoliberal. Se de um lado a força neoliberal condicionou o apequenamento do Estado, de outro, numa confluência perversa, permitiu, através da globalização da produção e do avanço das empresas multinacionais, a perspectiva de retrocesso em direitos sociais historicamente conquistados por trabalhadores. (CHOMSKY, 2000). Ao agravamento da crise no mercado de trabalho, confluíu a redução da capacidade do Estado de adotar políticas sociais de amplo alcance.

A relativamente recente adoção da economia solidária como política pública viável, e, de resto, como alternativa aos modelos historicamente predominantes na realidade estatal brasileira, explica-se não apenas por suas características e princípios norteadores, mas também pelo contexto econômico, social e ideológico que vem prevalecendo desde as últimas décadas do século passado.

Nesse cenário, apresenta-se como uma nova proposta de soluções para as condições sociais de comunidades, através da inserção desses grupos em empreendimentos de economia solidária, como forma de geração de trabalho e renda, mediante o desenvolvimento de potencialidades locais, de forma sustentável, principalmente, com uma concepção que busca superar a lógica do mercado tradicional de produção e comércio de bens e serviços, ou seja, da competição pela solidariedade. O ideário dessa alternativa traz a perspectiva de pensar a emancipação social sob uma ótica radicalmente diferente da tradicionalmente seguida em termos de políticas sociais. Dessa forma, tendo a solidariedade como princípio norteador de um novo modelo de inserção social, a intenção dirige-se ao desenvolvimento de empreendimentos que unam, numa dinâmica local, aspectos econômicos, sociais e culturais comunitários, numa visão de integração que fugisse da lógica das iniciativas tradicionais.

### **2.3.1 Uma Breve Visita às Origens**

As primeiras ideias de economia solidária apareceram durante a Primeira Revolução Industrial, em um movimento cooperativista de artesãos em reação à redução do mercado pelo surgimento da máquina a vapor. No século XIX, conforme explica Gaiger (2003, p.182), surge um movimento operário associativo e as primeiras cooperativas autogestionárias de produção. Nesta mesma época, o pioneiro industrial britânico Robert Owen promoveu iniciativas no sentido de dar um tratamento mais digno aos seus empregados, adotando medidas como a limitação da jornada de trabalho e a proibição do emprego de crianças em seu complexo industrial. As ideias de Owen podem ser entendidas a partir do relato a seguir, de Paul Singer:

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fosse invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa

economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados. (SINGER, 2002, p.25-26).

Embora a proposta das Aldeias Cooperativas tenha sido desprezada pelo governo britânico, o movimento iniciado por Owen inspirou o surgimento das primeiras cooperativas operárias alguns anos depois. A transcrição a seguir oferece a oportunidade de relacionar algumas práticas do movimento cooperativo na Inglaterra do início de século XIX com alguns elementos essenciais ao movimento de economia solidária atual, como os EES – Empreendimentos de Economia Solidária, as redes de comercialização e consumo e os clubes de trocas, que serão abordados neste trabalho:

Ao lado destas cooperativas operárias havia sociedades de propaganda owenista, que tinham como objetivo fundar Aldeias Cooperativas, atualmente chamadas de “cooperativas integrais”, pois organizavam integradamente produção e consumo. Dessas sociedades originavam-se frequentemente armazéns cooperativos [...], criados para empregar alguns de seus membros, tendo em vista consumir seus próprios produtos ou trocá-los por escambo pelos de outras sociedades com os mesmos propósitos. Muitos dos armazéns passaram a adquirir produtos das cooperativas operárias e distribuí-los, transformando-se em centros de escambo da produção cooperativa... (SINGER, 2002, p. 29-30).

Estes tópicos da origem histórica da economia solidária, que tem em Robert Owen a figura emblemática da fase inicial, demonstram, segundo Singer (Ibid., p.35) “a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”.

### **2.3.2 A Emergência Recente no Brasil**

Segundo SINGER e SOUZA (2001), dentre outros, embora experiências apresentando princípios de Economia Solidária tenham ocorrido no Brasil desde os primeiros anos do século passado, os sinais mais significativos de sua manifestação se dão a partir dos anos 1980, com o aparecimento de vários empreendimentos de economia solidária (cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos). A desindustrialização do país, acentuada nas duas últimas



décadas do século XX, e a consequente desestruturação do mercado de trabalho, geraram a crise social que empurrou boa parte dos trabalhadores à busca de meios alternativos de ocupação e renda. Neste cenário, a Economia Solidária aparece como alternativa à crise do desemprego.

As primeiras ações no sentido de uma articulação nacional em torno da economia solidária ocorreram durante o I Fórum Social Mundial (AMORIM e ARAÚJO, 2004). Ali, em Porto Alegre, teve início a estruturação do espaço de debates a respeito da economia solidária como opção viável de resposta à crise social. A atuação de várias entidades privadas nacionais ao lado do Governo do Estado do Rio Grande do Sul constituiu o GTBES - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária - para preparar os debates sobre economia solidária nos Fóruns Sociais seguintes. O GTBES viria a se transformar em espaço privilegiado e constante de discussão e avanço das ideias ligadas à economia solidária no Fórum Social Mundial. A exemplo, cita-se a decisão de realização de plenárias nacionais de economia solidária e a formulação de uma carta, com contribuições de um debate nacional, ao futuro Presidente da República, eleito em 2002, Luís Inácio Lula da Silva – a intenção era a criação de um órgão institucional de apoio à economia solidária, o que redundou, em 2003, na criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao MET – Ministério do Trabalho e Emprego. Ainda em 2003, e dentro do mesmo movimento de avanço da economia solidária do ponto de vista institucional e organizativo, durante a 3<sup>a</sup>. Plenária Nacional, foi criado o FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. O Fórum assumiu a tarefa de ter contato privilegiado com a SENAES, levando demandas e sugestões oriundas do seio do movimento solidário nacional e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária. CNES tem finalidade consultiva e propositiva, sendo canal de comunicação entre governo e sociedade.

### **2.3.3 O Contexto Baiano**

A economia baiana experimentou, a partir da década de 1970, notável avanço em termos de industrialização. Num processo basicamente desencadeado ainda nos

anos 1950, com o início da atividade de refino de petróleo neste Estado, mas caracteristicamente marcado com o surgimento do CIA - Centro Industria de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari, a industrialização centrou-se nos chamados pólos de crescimento, que teriam a capacidade de alavancar, inclusive com a intervenção do Estado, o desenvolvimento de negócios industriais em torno do núcleo central (CAVALCANTE, 2004, p.79). O CIA e o Pólo Petroquímico surgem no bojo da política de incentivos fiscais e de crédito subsidiados por parte de órgãos como a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, o que acabou por favorecer Estados como a Bahia em relação ao eixo sul-sudeste.

Para Marcus Alban (2005), esse processo de industrialização fundou-se na produção de bens intermediários e polarizou-se na Região Metropolitana de Salvador:

[...] iniciando-se, no final dos anos 50, com a Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, no município de São Francisco do Conde, a moderna industrialização dos bens intermediários se dará sempre no entorno de Salvador. [...] a implantação do CIA, em Candeias e Simões Filho, onde se localizam várias empresas metalo-siderúrgicas e químicas [...] a implantação do Pólo Petroquímico, em Camaçari. [...] a metalurgia do cobre da Caraíba Metais, implantada em Dias D'Ávila no começo dos anos 80. (ALBAN, 2005, p.11).

Conforme Armando Avena (2006a), além da indústria de transformação de bens intermediários ligada ao petróleo, à petroquímica e à sidero-metalurgia, a industrialização alcançou, mais tarde, a indústria de bens finais, a exemplo do setor automobilístico, que representava em 2005 quase um quinto da produção industrial baiana. Além disso, a Bahia chega aos primeiros anos deste século com significativo e diversificado avanço econômico, traduzido em atividades como a fruticultura na região do sub-médio São Francisco, a produção de grãos no oeste e a indústria de turismo no litoral e Chapada Diamantina, dentre outras (FRANÇA FILHO e SANTANA JUNIOR, 2007).

Embora ainda careça de maior diversificação econômica no sentido territorial, com redução da concentração na Região Metropolitana de Salvador, e de maior proporção de produção de bens finais (maior gerador de postos de trabalho), pode-se verificar o real crescimento e complexificação da produção industrial da Bahia, o que a colocou entre as seis maiores economias estaduais do país (ALBAN, 2005, p.5).

Às condições que propiciaram esse impulso econômico, seguiu-se um cenário de redução da capacidade produtiva da economia nacional, o que, conforme salientou Santos (1991a), gerou reflexos negativos na base tributária, afastando os programas de longo alcance em áreas como habitação, saúde, educação, infraestrutura urbana, etc, em favor de uma política de alcance limitado e efeitos efêmeros – as chamadas políticas compensatórias.

A resposta baiana, a par do que tem em comum com o contexto mais amplo já visto e não muito diferentemente do que ocorreu, em maior ou menor grau, nos demais Estados brasileiros, caracterizou-se basicamente por dois tipos de intervenção: o primeiro, como política mais macro, atendeu à conjuntura da chamada guerra fiscal, caracterizada pelo oferecimento de facilidades fiscais como atrativo na disputa por investimentos privados (Avena, 2006b) - no caso da Bahia, é emblemática a disputa com o Rio Grande do Sul, no início desta década, pela instalação do complexo industrial liderado pela fábrica de veículos Ford; ao mesmo tempo, como decorrência da incapacidade do modelo adotado em transformar a realidade social do Estado, dentro do mesmo cenário minimizador do papel do Estado, floresceram as ações pontuais, focalizadas, localizadas e compensatórias. Embora a retórica de tais iniciativas pregasse a emancipação, a sustentabilidade e o desenvolvimento local integrado, o que se viu foram ações não coordenadas, tanto do ponto de vista das ações de governo como da articulação territorial, em que tais características eram limitadas exatamente pelo modelo macro a que as ações estavam subordinadas.

Essa trajetória baiana mais recentemente refletiu, assim, a tentativa da política econômica nacional, que, do ponto de vista fiscal e sob o argumento da contenção do processo inflacionário, optou a partir da década de 1980, por uma alternativa restritiva, em substituição ao modelo dos anos anteriores, de tendência expansionista. No dizer, ainda, de Reginaldo de Souza Santos (1991b), o processo deflagrado pelo projeto neoliberal foi responsável pelo agravamento dos níveis de desemprego, trazendo um custo cujas consequências destrutivas exige do Estado a retomada imediata do seu papel histórico na dinâmica econômica e social brasileira.

Neste ponto, cabe o registro de certa visão de inevitabilidade e consequências positivas das opções da política baiana no contexto da crise capitalista e das mudanças no papel do Estado. Para Avena (2006), a política fiscal

contencionista acentuou a retomada do processo de concentração econômica no eixo sul-sudeste, revertendo a tendência de incentivo ao desenvolvimento regional. Aos estados restou a alternativa de criar incentivos fiscais e financeiros com o objetivo de atração de investimentos privados. Na disputa entre os estados por esses investimentos (a conhecida “guerra fiscal”), a *“Bahia foi, provavelmente o estado que mais utilizou esse mecanismo e que mais benefícios obteve com sua aplicação”*. (AVENA, 2006). Independentemente da discussão, ainda presente, sobre a natureza desses “benefícios” e sua relação com as repercussões negativas da opção por tal política, importa ressaltar, aqui, a informação do autor sobre a dimensão do uso dessa política pela Bahia.

O crescimento econômico experimentado pela Bahia na esteira do processo de industrialização não se reverteu, contudo, em avanço sociais. Para Alban (2005), à colocação do Estado como sexta maior economia do país não correspondeu efetivamente o que se pode chamar de desenvolvimento. No início desta década, a realidade social baiana, em relação ao contexto nacional, não apresentava modificações correlatas ao avanço do crescimento econômico. Como pode ser observado nas Tabelas 01 e 02, a seguir, a Bahia continuava a apresentar indicadores sócio-econômicos muito precários, muito semelhantes aos demais estados do Nordeste, que não experimentaram o mesmo grau de avanço industrial. No mesmo sentido, no que diz respeito aos os indicadores de desenvolvimento humano, verifica-se a posição da Bahia entre os 10 piores estados brasileiros.

Tabela 01

## Indicadores Sócio-Econômicos: Bahia, S. Paulo, Brasil – 1999 e 2001

Indicador	Bahia	S. Paulo	Brasil
Índice de pobreza (% de famílias pobres ou até ½ SM de renda per capita mensal)	36,50	7,20	20,10
Índice de desigualdade de renda (renda dos 10% mais ricos / renda dos 40% mais pobres)	20,27	16,65	22,13
Taxa de formalização do emprego (emprego com carteira + func. Públicos / pop. ocupada)	25,20	47,60	34,00
Taxa de cobertura previdenciária (ocup. Contribuintes / pop. ocupada)	23,80	61,20	43,30
- Taxa de analfabetismo (pop. > 15 anos de idade)	24,70	6,20	13,30
Taxa de analfabetismo funcional (pop. com 15 anos ou mais e com até 3 anos de estudo)	48,30	19,30	29,40
Número médio de anos de estudo (pop. de 10 anos ou mais)	4,20	6,80	5,80
- Taxa de defasagem idade/série (ensino fundamental) – 2001	63,10	15,80	39,10
- Taxa de defasagem idade/ série (ensino médio) – 2001	73,50	36,30	53,30
Taxa de Domicílios urbanos com saneamento básico	44,30	91,10	62,30

Fonte: IBGE e SEI - adaptado de ALBAN (2005).

**Tabela 02**  
**Ranking do IDH – Municípios 1991 – 2000**

UF	IDH-M 1991	IDH-M 2000	Ranking 1991	Ranking 2000
Distrito Federal	0,798	0,844	1	1
São Paulo	0,773	0,814	2	2
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	3	3
Santa Catarina	0,740	0,806	5	4
Rio de Janeiro	0,750	0,802	4	5
Paraná	0,719	0,786	6	6
Goiás	0,707	0,770	9	7
M. Grosso do Sul	0,712	0,769	7	8
Mato Grosso	0,696	0,767	12	9
Espírito Santo	0,698	0,767	10	10
Minas Gerais	0,698	0,766	11	11
Amapá	0,691	0,751	13	12
Roraima	0,710	0,749	8	13
Rondônia	0,655	0,729	16	14
Tocantins	0,635	0,721	17	15
Pará	0,663	0,720	15	16
Amazonas	0,668	0,717	14	17
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	19	18
Ceará	0,597	0,699	23	19
Bahia	0,601	0,693	22	20
Acre	0,620	0,692	18	21
Pernambuco	0,614	0,692	20	22
Sergipe	0,607	0,687	21	23
Paraíba	0,584	0,678	25	24
Piauí	0,587	0,673	24	25
Maranhão	0,551	0,647	26	26
Alagoas	0,535	0,633	27	27

Fonte: IPEA – Fundação João Pinheiro, PNUD - adaptado de ALBAN (2005).

Diante do claro distanciamento entre os caminhos da economia e das condições sociais, a pergunta que se coloca é: a que se pode atribuir tal disparidade entre o avanço econômico e a situação social? Alban (2005) denominou esta questão como o “novo enigma baiano”<sup>2</sup> e cuidou de discutir suas razões.

Com uma argumentação comparativa da situação baiana com a de outros estados, Alban considera insuficientes as explicações direcionadas ao viés ideológico de direita dos governos estaduais baianos no período de crescimento industrial e ao baixo volume de recursos aplicados na área social. Defende que tal discrepância entre o crescimento econômico e o avanço social decorre, principalmente, por um lado da alta concentração de investimentos em infraestrutura na Região Metropolitana de Salvador e, de outro, da pulverização por razões eleitorais de investimentos nas regiões fora do eixo próximo à capital do Estado. Este tipo de abordagem, contudo, embora explique a concentração de investimentos de um ponto de vista espacial, não discute os graves problemas sociais ainda presentes nas áreas eleitas e, além disso, não considera os limites da ação centrada apenas em investimentos e as dinâmicas locais peculiares.

Analisando algumas experiências de desenvolvimento local na Bahia, França Filho e Santana Junior (2007) dão outro enfoque à questão. Para eles, o caso da Bahia atesta a insuficiência do investimento como motor do desenvolvimento e sugerem uma outra abordagem. Esses autores revelam que a resposta dos governos baianos ao aparente paradoxo do crescimento econômico se deu por meio de iniciativas com vistas a mitigar a situação social, dentro de uma visão equivocada do desenvolvimento local.

Se o problema não se encontra na falta de investimentos, deve-se interrogar então sobre o modo ou a natureza do investimento, isto é, a lógica e diretriz destes investimentos, sobretudo nas iniciativas de desenvolvimento local. O presente texto considera equivocado o enfoque no investimento, como também a visão de desenvolvimento local caracterizada pelo viés da empresarização e exclusividade no empreendedorismo de negócios. (Ibidem., p. 2).

De fato, vários programas voltados ao desenvolvimento, especialmente da região do semiárido, foram implementados pelo governo estadual, numa sequência

---

<sup>2</sup> A denominação “novo enigma baiano” faz alusão ao “enigma baiano”, expressão cunhada por Manoel Pinto de Aguiar (empresário e professor de Economia) - citado por Alban (2005, p.3) - ao abordar, em meados do século passado, as causas do então atraso na industrialização baiana.

de ações com foco no desenvolvimento, mas sob uma ótica de empresariamento e empreendedorismo.<sup>3</sup> Alguns desses programas foram continuados com a criação em 2002, da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP.

No que diz respeito à economia solidária, apesar da iniciativa institucional atual de construção de uma política pública no Governo do Estado, as iniciativas sob tal retórica ou próxima dela já existiam a partir, especialmente, da criação da SECOMP, quando vários programas sociais foram criados ou reunidos na nova unidade da administração direta, sob o manto do então também recém criado Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FUNCEP)<sup>4</sup>. Parte desses programas, ditos de combate à pobreza, evocava diretamente a economia solidária como doutrina inspiradora ou, mesmo, incluía em suas bases teóricas de formulação elementos como a sustentabilidade, a participação e o trabalho cooperativo. Refletindo sobre a estruturação de políticas públicas, a partir de pesquisa realizada, entre 2003 e 2005, nos municípios de Aracaju e Recife e no Estado da Bahia, Christiane Girard (2006) pôs em dúvida a aderência das ações baianas de então à economia solidária. Para ela, as políticas públicas de economia solidária não podem ter uma perspectiva simplesmente de combate à pobreza, mas, sim, de política de desenvolvimento. França Filho, ainda sobre os mesmos tema e período, vai mais além:

[...] na Bahia não existe propriamente uma política de economia solidária, nem tampouco uma política em construção. Existem algumas ações, muito isoladas, que têm conteúdos de economia solidária [...] (FRANÇA FILHO, 2006c, p. 133).

Portanto, fica patente que, a partir de 2007, com a efetiva criação de uma unidade administrativa (a SESOL) e a menção clara no PPA – Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2008-2011, teve início, de fato, uma política pública operacional e administrativamente organizada de economia solidária na Bahia.

---

<sup>3</sup> Dentre esses programas de desenvolvimento local, podem ser destacados: Programa Faz Cidadão, PRODUR, PRODUIR I e II, PRO-GAVIÃO, SERTÃO FORTE, CABRA FORTE.

<sup>4</sup> O Fundo Estadual de Combate à Pobreza, constituído por percentual do ICMS sobre determinados produtos, aporte orçamentário e doações, foi criado em 2002 e esteve, inicialmente, sob gerenciamento da antiga SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais; atualmente, encontra-se sob a responsabilidade da Casa Civil do Governo do Estado da Bahia.



### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: O QUE É E O QUE REPRESENTA**

Qualquer análise, reflexão ou discussão a respeito de determinado tema não pode prescindir de um mínimo conhecimento prévio sobre o que se analisa, reflete ou discute. Assim ocorre também quando o assunto é economia solidária. Analisar suas possibilidades enquanto política pública requer um passeio por seus princípios, características e sentidos, bem como em alguns outros conceitos que, embora não tenham ligação exclusiva com a economia solidária, a esta são associados. Tal necessidade apresenta-se ainda mais evidente quando o caminho temático leva a economia solidária, com sua origem, concepção e fins diferentes, para dentro das políticas públicas, com seus condicionamentos, limites, implicações, influências e raízes historicamente assentadas sobre outras bases.

Este capítulo, portanto, apresenta algumas concepções sobre a economia solidária e outros conceitos que lhes são associados - ressaltando o caráter alternativo e transformador daquela - e recorrentemente estão inseridos nas abordagens sobre políticas públicas.

A economia solidária, num tratamento conceitual, mas que já vislumbra a diversidade de suas práticas, experiências, sentidos e aplicações, pode ser contemplada sob diversos olhares. França Filho (2007) vincula essas múltiplas possibilidades de compreensão à complexidade de abordagem que naturalmente decorre do interesse crescente que o tema vem assumindo no contexto social atual e identifica alguns ângulos de visão possíveis sobre a economia solidária.

O primeiro viés, no entender do autor, trata o tema de um ponto de vista mais estritamente conceitual:

[...] um modo fecundo de conhecer o tema é tratá-lo no nível conceitual, o que permite importantes reflexões sobre o sentido do agir econômico em sociedade. Nesse nível, o tratamento da economia solidária pode caminhar através de diferentes abordagens, entre enfoques economicistas e outros olhares mais antropológicos. O intuito aqui é fortalecer a compreensão teórica do assunto. (Ibid., p. 156).

Num segundo ângulo de visão, a discussão assume um tom mais contextual, refletindo a realidade atual do capitalismo, a crise do trabalho e a exclusão social; busca-se, então, analisar a economia solidária como fenômeno em determinado contexto. Outra possibilidade é o estudo da economia solidária como um fenômeno singular, em si mesma, como meio de entendimento de dinâmica mais geral, a partir de experiências concretas na forma de estudos de caso. Um quarto enfoque possível diz respeito ao estudo da economia solidária sob o ponto de vista operacional, como uma tecnologia social; perpassa este olhar uma tendência prescritiva, ao investigar os limites e possibilidades da economia solidária como instrumento positivo de transformação da realidade social (FRANÇA FILHO, 2007).

Ainda num apanhado mais geral, pode-se afirmar que, materialmente, a economia solidária compreende um modo peculiar de atividades de financiamento, produção, distribuição e consumo, organizadas sob diversas formas de agrupamentos de pessoas que buscam acesso a trabalho, bens e serviços. Essas atividades, sob diferentes estágios de aproximação com os princípios da economia solidária, mas com traços distintos da economia capitalista – caracterizada pelo individualismo, competição e centro na reprodução do capital – buscam desenvolver-se em estruturas autogestionárias, sustentáveis e cooperativas, e respeitar, do ponto de vista do ideário que as inspiram, relações de reciprocidade, solidariedade, cooperação e de conciliação das aspirações individuais com o interesse coletivo, numa perspectiva econômica democrática e centrada no trabalho.

A concepção ideal da economia solidária inclui o estímulo ao exercício da cidadania através da participação democrática. Neste aspecto, os trabalhadores, ao mesmo tempo em que definem sobre aspectos práticos dos caminhos dos seus empreendimentos, exercitam as formas organizadas de intervenção nas definições de políticas que influenciam suas atividades.

Para Gaiger (2004), essa participação orgânica e política dos trabalhadores, pautada no solidarismo econômico, cria condições para a confluência de ideais emancipatórios, através de suas várias expressões, e ocorre devido à presença de fatores positivos como, por exemplo, a presença de setores e lideranças populares experientes em práticas associativas e comunitárias e a ocorrência de resultados que permitem a substituição de modalidades convencionais de subsistência.

A economia solidária, portanto, tem propiciado análises e estudos sob uma diversidade de olhares. Além disso, como veremos ao longo desta exposição, há um rico e amplo campo de discussões sobre este assunto e os conceitos que o envolvem, que ultrapassa os enfoques de fora para dentro e alcança recortes de características bem próprias da economia solidária. Dentro desse campo, como bem identificou França Filho (2007, p.157), aparece a análise da economia solidária enquanto política pública como a mais recente abordagem sobre o tema. As diversas experiências de governos que optam por políticas de apoio e fomento à economia solidária têm feito emergir discussões que vão desde suas características e meios até os resultados de tais experiências.

### 3.1 PRINCÍPIOS E CONCEITOS BÁSICOS

Aquilo que se entende por economia solidária reflete um movimento oriundo da sociedade civil que envolve uma nova concepção de cidadania. Nesta nova concepção, as fronteiras e os campos de atuação ultrapassam os limites formais e jurídicos e amplia o leque de categorias sociais, abrangendo desde catadores de lixo até pessoas das elites (GOHN, 2003).

O processo de difusão da economia solidária ensejou o surgimento de uma nomenclatura que envolve conceitos e termos, os mais diversos, que buscam definir teoricamente e dar conta do papel da economia solidária na diversidade de suas práticas. Esta outra economia (CATTANI, 2003) se vê, dessa forma, refletida na sua abordagem.

De um modo geral, sob a visão de seus principais comentadores, a economia solidária se apresenta com alguns aspectos nucleares que lhes dão uma face comum e uma dimensão para além da materialidade econômica: a cooperação e a

solidariedade, os compromissos com a vida, o ser humano e a natureza, a busca de uma via de desenvolvimento com justiça social são o ponto de união entre todos os autores. Para Ortiz Roca (2001), a economia solidária inclui formas de organização em que as próprias pessoas envolvidas se encarregam de criar sua própria fonte de trabalho, com vistas ao acesso a bens e serviços de qualidade, numa dinâmica de solidariedade e reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos. Também Singer (1999b), identifica a economia solidária com a diversidade de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, especialmente, segundo ele, tendo a cooperativa como modelo clássico.

Sob alguns enfoques mais específicos, que propiciam ênfases em alguns aspectos de seu ideário e práticas, e que alguns autores destacam conforme a linha do estudo, a economia solidária é vista como economia alternativa (SINGER, 1995 e 1997); como forma de colaboração através de redes de solidariedade (MANCINI, 2001); como economia popular baseada em unidades familiares ampliadas (CORAGGIO, 2000). Gaiger (2000) oferece um conceito de economia solidária em que apresenta as características ideais, verdadeiros princípios, que devem se materializar na prática dos empreendimentos de economia solidária: a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2000, p.31).

Nesta perspectiva, os empreendimentos caracterizáveis como de economia solidária são iniciativas de cunho associativo em que o trabalho, os meios de produção e operacionais (distribuição, consumo, crédito), os resultados e a gestão são compartilhados pelos trabalhadores; são, assim, iniciativas centradas no trabalho e tendo a sua geração e manutenção como prioridade.

À organização do trabalho com base na autogestão, na lógica cooperativa e solidária, no coletivismo e na democracia participativa, acrescenta-se a retomada de uma visão integral do trabalhador e do trabalho, incluindo a concepção, a execução, a distribuição e a repartição, para compor a lógica da Economia Solidária. O caráter marcante da reciprocidade, do coletivismo e da combinação de fatores não apenas mercantis, que se traduzem em experiências e iniciativas desenvolvidas sob uma base voluntária e não individualista, o que favorece a criação de espaços públicos de proximidade e cidadania.

Este modo diferente de lidar com o econômico, de produzir, trocar, distribuir, num pensar coletivo, se apresenta, assim, com uma vocação alternativa de geração de trabalho e renda e de inclusão social, que se materializa através de experiências econômico-sociais sob a forma de cooperativas, associações, empreendimentos autogestionários, dentre outras, e desenvolvem atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, segundo as ideias de comércio justo e consumo solidário e a inspiração da solidariedade.

Esse caráter distintivo do ideário da economia solidária, em relação aos modelos conhecidos de ação econômica, coloca o ser humano e o trabalho na centralidade da atividade econômica, quando estimula a ação coletiva, o trabalho cooperado e sob autogestão, privilegiando a justiça social e o cuidado ambiental, numa prática de produção e consumo diferente da que caracteriza o modo de produção capitalista e sua base de acumulação privada da riqueza.

Ademais, a opção solidária pretende ser um meio de geração de renda e bens para os mais pobres e marginalizados, para os quais propicia a prática e o fortalecimento da organização comunitária, dentro de uma perspectiva de que o trabalho e a renda não se subordinam às relações tradicionais e formais de emprego; antes, a atividade produtiva dos empreendimentos solidários pretende ocorrer sob condições que incentivem e incluam, através de cooperativas e redes de solidariedade e dentro destas, o crédito, a produção, o comércio justo, a cooperação e a solidariedade e a visão do local como espaço de articulação privilegiada desses fatores.

### 3.2 AS INSTITUIÇÕES VOLTADAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS

A economia solidária em sua busca de afirmação, como política pública e meio alternativo de organização popular sócio-econômica, depende da atuação de várias formas organizativas, que sustentam a prática das atividades ou dão suporte material, institucional, político ou técnico a seu desenvolvimento e sustentação. A forma de organização solidária por excelência tem representação nos chamados EES – Empreendimentos Econômicos Solidários. Estas organizações típicas

constituem-se em formas coletivas, que englobam, comumente, um variado leque de atividades.

A construção de uma política pública especificamente direcionada à economia solidária além da consideração do contexto econômico social global, das condições materiais e ideológicas que envolvem o Estado, que são condicionantes mediatas, tem como primeiro passo lógico o reconhecimento do terreno concreto e dinâmico que já se desenvolve sob a atuação das entidades historicamente constituídas nessa área.

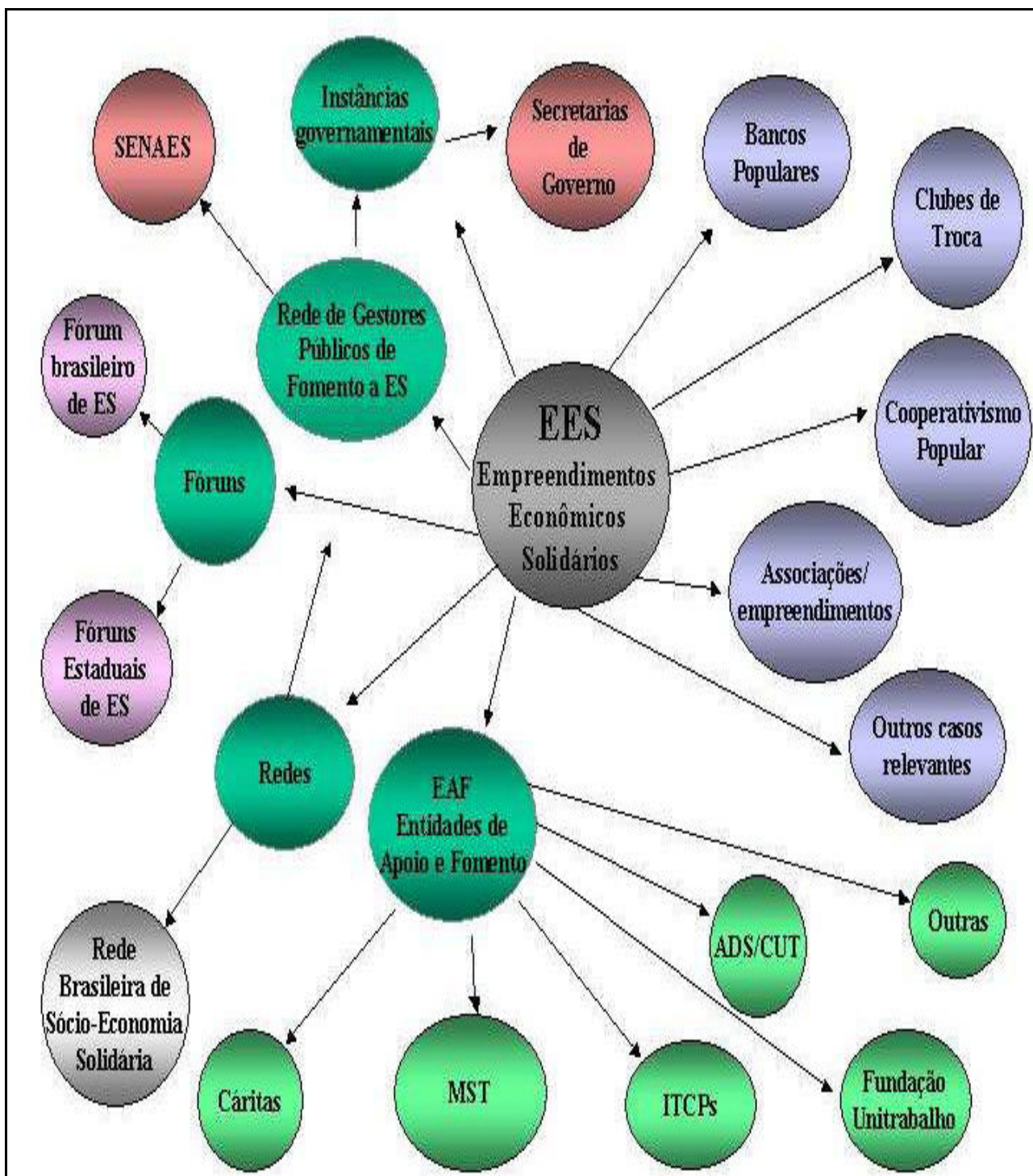
A presença de uma política pública de economia solidária, através das instâncias próprias do Estado faz emergir dois aspectos importantes no entendimento da construção da política enquanto prática real de transformação. O primeiro refere-se à constatação de que, apesar do peso dessas instâncias, a origem e a emergência dos movimentos populares, como o de economia solidária, impõem a consideração desses movimentos na formulação e implementação da política. Esta peculiaridade algo mais típica é exigível no contexto atual da realidade econômica e do papel do Estado, torna-se ainda mais forte quando se consideram os aspectos não econômicos que integram o desafio do desenvolvimento da economia solidária.

De fato, a afirmação de aspectos sociais, culturais e comunitários está intimamente ligada à participação efetiva dos atores envolvidos e à absorção do ideário solidário conjuntamente com as transformações econômico-materiais. Neste sentido - e este é o segundo aspecto - o ente estatal entra como mais uma das instituições que manifestam a economia solidária no Brasil, o que requer uma atuação que desafia a estrutura e a dinâmica estatal, histórica, legal e culturalmente construída.

França Filho (2006a), ao reconhecer o papel das instituições típicas de economia solidária na expressão de suas bases, como o cooperativismo, as finanças e o consumo solidários e o comércio justo, identifica a presença estatal como uma dessas instâncias organizativas, integrando o grupo mais recente, ao lado dos EES (primeiro grupo – que corresponde ao núcleo material das atividades), das entidades de apoio e fomento – EAF e dos fóruns e redes de economia solidária (instâncias de auto-organização política). Uma das iniciativas de destaque para a evolução das práticas de políticas públicas constituiu-se na Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Trata-se de uma articulação de gestores

públicos que lidam com a economia solidária nas três esferas de governo, prefeituras e governos estaduais e federal, constituída a partir de uma idéia dos próprios gestores participantes da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Através da Rede de Gestores Públicos, tem sido possível o debate, a troca de experiências e a difusão de instrumentos de gestão direcionados ao desenvolvimento da economia solidária, tanto em termos de apoio e fomento quanto na organização da sociedade.

No Quadro 01 adiante, esboça-se um apanhado da presença das organizações voltadas para a economia solidária e as inter-relações entre os diversos segmentos:



**Quadro 01 – Campo Da Economia Popular e Solidária no Brasil**

Fonte: FRANÇA FILHO (2006c, p.63).

Os empreendimentos econômicos solidários constituem-se nas unidades em que concretamente as atividades econômicas se materializam. Obedecendo a princípios de livre-associação de trabalhadores, autogestão e cooperação, os EES são organizações suprafamiliares, de caráter multifuncional e com abrangência não



só econômica, mas também com atuação nos âmbitos social, político e cultural (GAIGER, 2003). Às atividades econômicas, nas áreas de produção, serviços, comercialização e crédito, somam-se outras ações, como aquelas voltadas aos interesses comuns, segundo princípios de voluntarismo, cooperação, gestão e esforços coletivos (PAEZ, 2001).

Na mesma linha, segue França Filho (2006a), que vai caracterizar os EES como organizações de primeiro nível, ou seja, o núcleo fundamental, de auto-organização sócio-econômica. Incorporam experiências de bancos populares, cooperativas de crédito ou de trabalho, clubes de trocas, empresas recuperadas autogestionárias, associações de serviços; em alguns casos, um único EES abriga várias dessas iniciativas.

As instituições de segundo nível compreendem as entidades de apoio e fomento (EAF), especializadas, de origem universitária ou de tradição no movimento popular, sem fins lucrativos, cujo papel consiste na assessoria qualificada aos processos de criação, incubação, gestão e manutenção de empreendimentos. Além do relevante papel de apoio à criação e sustentabilidade dos EES, essas entidades atuam como verdadeiras mediadoras entre a prática das atividades econômico-sociais concretas dos empreendimentos e o ambiente institucional em que se encontram inseridos (FRANÇA FILHO, 2006a). Dentre essas formas de organização, é possível destacar as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Concebidas como centros universitários de suporte tecnológico e de conhecimento, as ITCPs atuam na formação e no desenvolvimento de empreendimentos solidários autogestionários, como alternativas de geração de trabalho e renda, em grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Os fóruns e redes de economia solidária representam instâncias de expressão, articulação, fortalecimento e troca de experiências entre as diversas manifestações da economia solidária, tanto no que se refere a iniciativas nascidas em diferentes territórios, como à diversidade das atividades. Além disso, constituem-se, na prática, em importantes instâncias de relacionamento e intermediação com instituições públicas, como a SENAES, em nível federal, e a SESOL, em nível estadual. Incluem empreendimentos, entidades de assessoria, gestores e entidades públicas redes e fóruns estaduais e nacionais.

### 3.3 MUITO ALÉM DO MERCANTIL, MUITO ALÉM DO ECONÔMICO: UM NOVO CUIDAR DO COMUM

A chamada Economia Solidária tem sido colocada como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento social historicamente apresentado sob a hegemonia capitalista. A partir de atividades econômicas formais e informais nas camadas populares, com um modo humanitário de enfrentamento da pobreza, seus princípios, como consensualmente destacam vários autores (CORAGGIO, 1996; DAL RI e VIEITEZ, 1999; FRANÇA FILHO, 2002 e 2006d, GALVÃO, 1999; LISBOA, 1999; RAZETO, 1998; SINGER, 1997) vão além dos elementos de natureza econômica, com a perspectiva de universalização do bem viver e a solidariedade e a cooperação como base para a organização do trabalho. Seu ideário envolve o fortalecimento das relações de convivência comunitária, com base na criação e fortalecimento de vínculos de organização e de laços culturais, de parentesco, de vizinhança e afetivos. A ênfase, aqui, é dada à geração de trabalho e renda a partir das iniciativas solidárias, dentro de uma lógica integrativa que envolve os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e territoriais,

A economia solidária contempla práticas e sentidos que ultrapassam a noção do econômico na forma como usualmente pensamos este conceito. Ao lado das possibilidades de geração trabalho e renda, pretende também, na visão de Bertucci e Silva (2003) proporcionar mudanças nas relações sociais e culturais no espaço de trabalho, através de novos padrões de participação que levem a mudanças na visão de mundo, nos valores e comportamentos.

Um novo relacionamento entre economia e sociedade é também vislumbrado por França Filho (2002), ao identificar a perspectiva de um novo projeto político de sociedade, fundado essencialmente nas próprias características peculiares à economia solidária e na superação da centralidade no mercado e no Estado:

Defendemos a tese de que se elabora uma outra forma de regulação da sociedade através desse fenômeno (mesmo que ainda de forma modesta hoje), pois ele articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos. Trata-se aqui de um dos traços característicos do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem,

ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário). (Ibid., p.13)

Em outro trabalho, o mesmo autor insiste:

Trata-se de buscar operar novas institucionalidades ou marcos regulatórios territoriais, ressignificando o sentido das práticas econômicas que vão se operar em relação estreita com a própria vida social, política, cultural e ambiental nos seus respectivos territórios. O econômico passa a fazer sentido apenas em relação a outras esferas da vida local, assim como, enquanto modo de articulação associativa entre produtores e consumidores locais a fim de evitar processos de exclusão. (FRANÇA FILHO, 2006d, p. 266).

O termo “economia”, originado do grego *oikós* (casa, habitat) e *nomos* (norma, regime), que formaram *oikonomia* (em latim *oeconomia*<sup>5</sup>), carrega um sentido muito mais abrangente do que aquele que lhe é comumente vinculado. Etimologicamente, remete ao cuidado e à organização da vida material em um espaço comum<sup>6</sup>. A visão dominante, entretanto, associa o conceito de fato econômico à ideia de mercado e de troca mercantil (FRANÇA FILHO, 2007, p.157), em coerência com as definições comumente encontradas nos manuais de economia, as quais se referem à alocação de recursos escassos segundo ditames de cálculos racionais de custos e benefícios (Idem apud CAILLÉ, 2003, p. 220). Tal forma de ver o fato econômico estreita seu conceito nos limites da racionalidade e do utilitarismo e o subordina a uma suposta escassez de recursos, que existiria em termos absolutos, independentemente da forma e dos fins de sua exploração.

A concepção predominante sobre o que se entende por economia restringe-se, assim, a um entendimento subordinado ao modo de produção capitalista, e não dá conta das demais formas de realização do fato econômico.

Para França Filho (2007), é possível generalizar a noção de economia vinculando-a à utilização de meios materiais na satisfação das necessidades, em contraponto à definição formalista, conforme os termos de Polanyi (citado por França Filho):

---

<sup>5</sup> ECONOMIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio. Curitiba: Positivo, 2004, p. 711.

<sup>6</sup> O termo grego *oikos* equivale ao prefixo “eco”, no sentido de “casa”, “habitat”, “meio ambiente”, da mesma forma que compõe a palavra “ecologia”. (Ibid., p. 710).

A definição substantiva, por outro lado, especialmente em seu sentido polanyiano, compreende a economia como “um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um provisão regular de meios materiais para satisfação de necessidades” (Caillé, 2003, p. 221). [...] Inspirados numa concepção muito próxima desta, os economistas clássicos ingleses (incluindo Marx) visualizam a economia política como o estudo científico da produção, da troca e da distribuição da riqueza material, ou, ainda, conforme resume Caillé (2003, p. 222) como a “a ciência dos sistemas econômicos, entendidos como sistemas de produção e de intercâmbio de meios para satisfazer necessidades materiais”.(2007 p. 158).

A pluralidade reconhecida nesse modo substantivo de encarar as relações econômicas encontra, segundo o mesmo autor, suporte em três formas históricas de economia e os respectivos princípios que as fundamentam (LAVILLE,1994 apud FRANÇA FILHO,2007): a mercantil, baseada no mercado autorregulável, onde o preço da mercadoria e não a relação social determina a lógica do sistema; a economia não-mercantil, baseada na redistribuição, caracterizada pela verticalidade e obrigatoriedade nas relações de troca e pela presença impositiva do Estado; e a economia não monetária, baseada na reciprocidade, *“um tipo de relação de troca orientada principalmente pela lógica da dádiva, tal como descrita por Mauss (1978)”*. (FRANÇA FILHO, 2007, p.160).

A concepção pluralista da economia, dessa forma, resulta da incorporação substantiva dos diversos modos de produção e distribuição de riquezas, e possibilita o pensar na economia solidária, em suas práticas, identificada com esse pluralismo<sup>7</sup>.

Em resumo, a noção de economia plural, que aqui adotamos como desdobramento da opção por uma definição substantiva de economia, corresponde à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Esse modo de conceber o funcionamento da economia real permite ampliar o olhar sobre o econômico para além da visão dominante, que reduz seu significado à ideia de economia de mercado, permitindo, ainda, perceber certas singularidades, próprias às práticas de economia solidária. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 159).

A identificação da singularidade das práticas de economia solidária caracteriza uma visão intimamente relacionada com a realidade social histórica e contextual, pois considera a existência de uma pluralidade econômica e de uma supremacia do modo de produção capitalista. Assim, é possível conceber as práticas

---

<sup>7</sup> Esta abordagem da economia solidária do ponto de vista plural é retomada na seção 3.4, que a discute como alternativa ao modelo capitalista.

de economia solidária como “*uma projeção, no nível micro ou mesossocial, do conceito macrossocial de economia plural*” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 159) e, mais ainda, como uma articulação entre as outras formas de economia. A ideia, neste caso, não é identificar na forma solidária uma “nova economia”, mas caracterizar um outro modo de definir o ato econômico, em que a economia solidária não seja identificada com um papel funcional e complementar ao modelo dominante, tratando dos pobres e excluídos desse modelo.

A predominância do modo de produção capitalista, entretanto, não significa exclusividade. França Filho (2008), nesta linha, numa abordagem em consonância com um sentido ampliado de economia e com base na realidade de formas distintas sob inspiração solidária, ataca os reducionismos que confinam em limites mercantis as ideias de empresa e atividade econômica, e a visão da ação humana como necessariamente ação interessada. Esta visão ampliada reconhece as ações econômicas não voltadas à acumulação privada e as possibilidades de formas alternativas como a que se centra na solidariedade.

A visão da economia solidária que a identifica com uma lógica que vai além do mercado como predominantemente o conhecemos é reforçada pela ideia que a vocaciona, no dizer de França Filho (2007), à construção conjunta da oferta e da demanda. Esta vocação resulta e materializa-se através das iniciativas associativas e cooperativas num determinado território, envolvendo a participação – que, afinal, configura-se como uma articulação sócio-econômica e política – de moradores em busca de solução para os seus “*problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas*” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 160). A face dessa vocação, que avança para além da ideia de economia de mercado, é bem delineada por França Filho:

Tal economia estimula, no território, um circuito integrado de relações sócio- econômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede. Neste tipo de economia, perde sentido a consideração da oferta e da demanda como entidades abstratas, supostamente vocacionadas a harmonizarem-se graças à ação da mão invisível, num processo mais conhecido como autorregulação do mercado. Do mesmo modo, a competição também deixa de ter importância nesta lógica. O objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual dos regimes de mercado, supostamente autorregulados em relação à produção e o

consumo (por seus efeitos danosos em temas sociais), e o estímulo à livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), permitindo a criação do conceito de prossumidores. Nesta economia de prossumidores, a regulação ocorre através de debates públicos no espaço associativo, num exercício de democracia local em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação das atividades sócio-econômicas), em função de suas próprias demandas, que são identificadas previamente. FRANÇA FILHO, 2007, p. 160-161).

Entretanto - cabe a advertência -, como bem frisou Coraggio (2003), a economia solidária, na sua concretude prática, não se constitui em uma proposta antimercado, visto que o nível de atividades que a viabilizam não pode prescindir de mercados regulados e livres de monopólios. A dimensão econômica da economia solidária se manifesta na força das iniciativas locais em intercâmbio com o espaço de solidariedade global. A par disso e de outros modelos históricos de organização econômica fora da noção capitalista, a economia solidária não se esgota no fato econômico. Oriunda de movimentos populares singulares, sua dinâmica parece tender a evoluir de formas de auto-organização sócio-econômica para formas de auto-organização sócio-política, sem o sentido de superação da segunda sobre a primeira, mas como meio de estabelecer bases de sustentabilidade (FRANÇA FILHO, 2007).

### 3.4 UMA CONCEPÇÃO ALTERNATIVA

A discussão sobre se é possível ou não caracterizar a economia solidária como alternativa ao modelo capitalista exige, previamente, algumas considerações. A primeira, de natureza redundantemente preliminar mesmo, pretende esclarecer o alcance do que se possa entender por “alternativa”. A questão que se coloca é: o termo envolve substituição, exclusão, superação, isto é, refere-se a uma prática nova de ação econômica cuja emergência implica necessariamente no desaparecimento da anterior dominante, ou representa a indicação de um novo caminho que se oferece como opção transformadora e cuja adoção não despreza a força econômica e cultural da práxis hegemônica e, ao contrário, obriga-se a conviver e a relacionar-se com sua realidade material? Este trabalho segue a segunda opção, ao compreender que as experiências de empreendimentos em

economia solidária não partem de um movimento articulado de transformação total e generalizada do modo de produção econômica, nos termos marxistas, mas surgem de iniciativas de grupos sociais, populares, em resposta ao contexto de exclusão, pobreza e falta de opções de trabalho e renda. E mais: a economia solidária coloca-se como uma concepção de organização da vida segundo práticas econômicas plurais, cultivo de laços culturais comunitários e fortes raízes territoriais.

A segunda consideração resgata para a discussão a inserção da economia solidária como política pública. A relevância de tal debate, neste caso, atrela-se às possíveis influências que determinada visão sobre a economia solidária terá sobre a implementação de políticas voltadas ao seu apoio e fomento. Como se sabe, as políticas públicas, em sua concepção e colocação em prática, sujeitam-se a fatores e influências que se apresentam na forma de domínio ideológico do Estado e, por conseguinte, determinantes das escolhas e práticas. Dessa forma, a opção por uma política pública de economia solidária, se não retórica e meramente formalística, implica menos numa declaração de comprometimento com o elenco ideal de seus princípios, do que num compromisso com as próprias transformações sócias (o combate à pobreza e à exclusão social, a superação dos problemas de oferta de trabalho com renda, a criação de um novo modo de viver, etc).

Esta discussão, portanto, pretende situar as visões da economia solidária como alternativa ao modelo atual porque isto tem implicações naquilo que se espera de uma política pública voltada à sua difusão.

Um primeiro ponto que pode ser levantado a respeito do caráter alternativo da economia solidária é a recuperação de formas históricas de atividades econômicas (LAVILLE, 1994<sup>8</sup>, apud FRANÇA FILHO 2008), não voltadas para o mercado (troca do produto por moeda), como, por exemplo, a produção doméstica (consumo próprio) e as trocas personalizadas de produtos (reciprocidade), o que afasta a exclusividade – embora não o predomínio – da produção capitalista. Do mesmo modo, FRANÇA e LAVILLE (2004) reconhecem a diversidade inerente à atividade econômica, ao submetê-la à realidade histórica e social que a constrói, e afastam a ideia de uma forma atual representativa da evolução humana.

---

<sup>8</sup> LAVILLE, J.L. (org). *L'économie solidaire – une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994).

Por outro lado, a economia solidária se insere numa realidade de, salvo momentos isolados de crescimento econômico, avanço do desemprego e de controle dos meios e recursos de produção pelos representantes do capital. Neste cenário, configura-se, de fato, como uma alternativa, pois busca modificar esses efeitos da acumulação capitalista, que resulta em cada vez mais exclusão social, desemprego e concentração da riqueza. Neste quadro, só restam aos excluídos os benefícios públicos que atendem uma parcela dessas pessoas, mas não criam condições de transformações a partir da própria sociedade. Neste sentido, a economia solidária surge como uma força de emancipação do trabalhador e de reversão das relações econômicas sob a égide capitalista, afastando a submissão do trabalho ao capital, em um processo de transformação democrática. Busca bases integradoras e inclusivas, tanto do ponto de vista das pessoas – num processo de integração de toda a sociedade – como das diferentes faces da existência – os processos econômicos, sociais, culturais e afetivos, além de vislumbrar um modo de viver material e subsistente sob bases de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

Entre os autores, há uma forte vinculação da economia solidária à crise do mundo do trabalho e à conseqüente geração de uma crescente massa de desempregados. Em geral, reconhece-se a origem do problema como concernente ao próprio modelo capitalista e suas faces mais recentes, no neoliberalismo e na globalização. A economia solidária, então, é colocada em sua potencialidade de busca de soluções para a crise social, a partir de uma outra concepção de organização da produção que é a da solidariedade. Nesta perspectiva, aparece ligada e como parte integrante da história do associativismo dos trabalhadores como forma de articulação e viabilização de meios de sobrevivência.

A ideia de uma saída fora da economia de mercado para a crise do trabalho assalariado, segundo uma lógica inclusiva, em contraposição ao caráter excludente, monopolista e acumulativo do capitalismo, aflora das próprias características da economia solidária. Esta distinção é assim posta por Leão (2003):

Uma alternativa que vem ganhando destaque devido à ação teórica e prática de setores ligados a partidos, sindicatos e movimentos sociais é a ideia da constituição da *economia solidária* como uma *solução não-capitalista ao desemprego*. Trata-se não apenas de incentivar os trabalhadores a iniciar seu próprio empreendimento como tem sido comum em algumas propostas de políticas públicas de trabalho.



Consiste na criação de um novo *modo de produção*, alternativo ao capitalismo, no qual o paradigma da competição seria substituído pela solidariedade. (LEÃO, 2003, p. 12).

Gaiger (2002, p.2), reconhecendo o caráter alternativo das formas populares de organização, acrescenta, contudo, a necessidade de uma transformação radical na democracia, que a torne efetiva, como condição para a afirmação de novos meios de produção que superem o capitalismo existente; vincula o sucesso de um modo solidário à existência concomitante de novos arranjos sociais. Para ele, a realidade material imediata não gera, por si só, modelos antagônicos ao capitalismo: a afirmação de tais modelos depende, em sua visão, de uma conformação social também antagônicos ao modelo hegemônico.

Quijano (2002) vai mais longe: numa linha de reconhecimento da penetração do capital nas esferas estatais (em sentido estrito) e da sociedade civil, não crê na afirmação de formas alternativas de produção, sem que se crie estrutura de autoridade alternativa à do Estado capitalista. Para ele,

O capital existe única e exclusivamente como eixo dominante de articulação de todos os restantes modos de produção conhecidos, e nunca existiu de outro modo, nem teria podido desenvolver-se e tornar-se dominante. (2002, p. 508).

A minimização do potencial das formas alternativas de produção a menos que submetidas a um processo revolucionário aproxima, assim, as possibilidades de transformação efetiva da neutralização do Estado e, ao mesmo, as afasta de iniciativas localizadas pontuais.

Autores como Santos (2002b) vinculam as formas alternativa ao contexto social maior. A economia solidária integraria a luta por uma globalização não hegemônica e motivar-se-ia, no fundo, pela resistência aos valores e às práticas do capitalismo, visto, este, não só como sistema econômico, mas como uma forma de civilização. A economia solidária seria, assim, nesta forma de ver, uma opção política desafiadora do próprio sistema capitalista e se insurgiria contra a desigualdade de recursos e poder, o patriarcalismo e a destruição do meio ambiente.

Didaticamente, Singer (1997) nos apresenta o capitalismo como modo de produção e de distribuição característico, em que também o trabalho se torna mercadoria apropriada privadamente. Os meios de produção e distribuição estão concentrados nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua

capacidade individual de trabalho. A economia solidária é um contraponto a este sistema ao apresentar a ideia de democratização dos meios de produção, isto é, o compartilhamento de sua posse e uso e da distribuição de seus resultados. O caráter alternativo da economia solidária é reafirmado por Singer ao pontuar que ela *“surge como modo de produção e distribuição alternativo do capitalismo, criado e recriado periodicamente por aqueles que se encontram ou temem ficar marginalizados do mercado”* (Singer, 2002, p. 13). Para ele, embora a inserção da economia solidária se dê, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista e daí decorra um aparente hibridismo entre os dois modos de produção, o modo solidário seria uma síntese que supera o modelo dominante.

A tese de Singer, de certo modo, vai ao encontro do pensamento de Santos (2002b), que vê a economia solidária avançando nas zonas desprezadas pelo capitalismo, pois não podem competir com o capital transnacional no processo de globalização, num processo semelhante ao que ocorreu quando o capitalismo inicialmente se instalou às margens do feudalismo para depois se tornar dominante.

Singer (2002, p.112) vislumbra o avanço da economia solidária onde as contradições do capitalismo abrem brechas ao desenvolvimento de organizações econômicas em bases opostas à dominante. Assim, as crises sociais provocadas pela competição entre capitais privados propiciam o surgimento de outros modos de produção. Para Singer, a viabilização de modos alternativos como a produção solidária só ocorre efetivamente quando a maioria da sociedade, isto é, os que não detêm o capital, se conscientizam e assumem o interesse em organizar a produção de um modo em que os meios sejam propriedade de todos.

Santos (2002b, p.25), acredita que as brechas que escapam do sistema capitalista podem ser aproveitadas por formas alternativas e que estas, no vácuo deixado pela crise dos sistemas socialistas centralizados, necessitam configurar-se como práticas sociais anticapitalistas, para que se tornem, concretamente, emancipatórias. Segundo ainda Boaventura Santos, as novas propostas devem afirmar seu caráter antissistêmico e contemplar uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante, do contrário *“por mais alternativas que se julguem tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito”* das experiências não capitalistas (id., 2002, p.26).

Lisboa (2000) também amplia o espaço de colocação da economia solidária ao dizer que ela faz parte de um movimento social que luta pela devida inserção da atividade econômica nas relações sociais “*através da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro*”.(Ibid., p.67). As possibilidades de transformação social estão quase sempre vinculadas a uma mudança da sociedade inclusive do ponto de vista ideológico. Assim é que, como outros autores, Santos e Rodriguez (2002) veem as formas desiguais de produção e distribuição de riquezas como características do capitalismo hegemônico e neoliberal.

Como se vê, a produção dos estudiosos tende a convergir para o caráter alternativo da economia solidária em suas práticas populares que envolvem autogestão e cooperação e, mais, indica a introdução de rupturas no modelo hegemônico, mesmo quando essas práticas se inserem em espaços dominados pelo mercado capitalista ou com ele pragmaticamente se relaciona. As experiências voltadas para a economia solidária sinalizariam, então, a emergência de um modo alternativo de atividades econômicas, baseadas em novo formato de organização da produção e do trabalho gerador de renda e novas relações sociais. Como enfatiza Gohn, têm como objetivo o enfrentamento do avanço dos processos de exclusão social e, completa a autora, se vale da “*inserção coletiva dos trabalhadores no mercado de trabalho, com o objetivo de gerar renda e promover o exercício da cidadania*” (GOHN, 2003).

A economia solidária faz parte de um movimento social amplo, de insurgência contra uma lógica que tem predominado no mundo ocidental. Sua afirmação em fóruns sociais e seu caráter alternativo, entretanto, ainda não a caracterizam como uma força articulada e centralizadora das energias revolucionárias a ponto de torná-la o motor ideológico da superação do capitalismo. A economia solidária – pode-se dizer pela análise das posições dos seus diversos estudiosos – insere-se no bojo de uma reação ampla, variada e constante, mas não suficientemente articulada e ideologicamente assimilada pelos atores sociais, ao capitalismo.

O caráter alternativo da economia solidária, independentemente da discussão sobre o alcance das transformações que possa atingir, vincula-se a um modo econômico diferente e, mais do que isto, antagônico, do modo de produção capitalista hegemônico, porque inspirado e baseado na solidariedade e não na competição. O traço distintivo e nuclearmente característico da economia solidária

ganha especial relevância quando ela se torna objeto de políticas públicas, pois implica na consideração, pelos formuladores e implementadores, de elementos que vão além da visão de incremento material de riqueza para aqueles a quem se destinam tais políticas.

Assim, neutralizada a visão que se tenha da forma, do espaço ocupado e do potencial da economia solidária e apesar do papel que o Estado assume na manutenção das relações econômicas existentes no sistema capitalista, não devem ser subestimadas as possibilidades que os mecanismos de governo oferecem para o fomento e o apoio a atividades econômicas e transformações sociais. Neste sentido, ainda que num ambiente de disputa ideológica, ganham relevância as políticas públicas voltadas ao incentivo aos empreendimentos e práticas de economia solidária, como indutoras afirmativas das novas formas de organização do trabalho e geração de renda e de uma sociabilidade construída sob bases mais justas.

A partir de uma postura crítica em relação às perspectivas de solução para os problemas sociais sob a ótica capitalista em geral e sob o processo de globalização, a economia solidária é vista como uma alternativa ao atual modelo (SINGER,1997) Os graves resultados da globalização e a impossibilidade de respostas adequadas do atual sistema econômico para os problemas do mercado de trabalho inerentes ao desemprego indicam o caminho da solidariedade social como a sustentar novas formas de organização do trabalho (GALVÃO,1999).

Da mesma forma, a perspectiva solidária é colocada como um processo de construção de uma nova lógica de criação de um “mercado” sob novas bases, mas de questões que precisam ser resolvidas, como a conciliação da visão global com as iniciativas locais (TEIXEIRA, 2001).

## **4 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CONSTRUÇÃO CONDICIONADA**

### **4.1 O PAPEL DO ESTADO**

Uma das grandes questões do nosso tempo diz respeito ao papel do Estado, sua dimensão e seus campos de atuação, dentro da complexa realidade gerada pela nova modelagem econômica, política e social, a partir da intensificação do que chamamos de processo de globalização. Esta discussão, bastante relevante quando se olha para a importância das intervenções estatais, deve ultrapassar a análise pura e simples das intervenções em si mesmas, para atingir o ambiente as forças que conformam a atividade estatal.

Marx (1983), ao enfatizar o caráter de classe do Estado, via a ação estatal como mantenedora e garantidora, através da coerção monopolística da lei e da força, do interesse de determinada classe como se fosse o interesse geral. Gramsci (COUTINHO, 1989) foi além de tal conceito: incluiu a sociedade civil como parte do Estado ampliado, agindo na manutenção da hegemonia através de meios próprios, diferentes dos utilizados pela sociedade política, que, em sua visão, corresponderia ao Estado formal. O cenário globalizado parece, ao contrário do que se poderia supor, confirmar as ideias marxistas e gramscianas.

Com efeito, apesar do anúncio do fim do Estado-nação, vivemos num mundo em que o controle e a direção dos processos econômicos e políticos mundiais ainda não prescindem da atuação estatal. Ao contrário, assistimos a uma prática

intervencionista que está longe do imobilismo pregado pelos neoliberais. O que podemos afirmar é que parece haver um movimento de acentuação da perda de autonomia dos Estados periféricos, ao lado de uma tendência ao aumento e centralização de poder no grupo dos países líderes.

Theborn (1999), referindo-se ao persistente poderio do Estado na era globalizada, afirma que o êxito econômico então alcançado por países Asiáticos – Japão, Coreia, Taiwan e China – indica economias orientadas e capitaneadas pelo Estado; e insiste: *“a importância dos Estados e a capacidade estatal para assegurar um padrão de igualdade e de segurança e estabilidade social não é incompatível com uma orientação da economia de mercado mundial ‘globalístico’ e nem está necessariamente num trade-off com a mesma”* (Id., p. 81). Como estes, há vários outros exemplos da interferência estatal na economia, ainda que, a partir do final do século passado, a intervenção direta através do Estado fornecedor de bens e serviços tenha diminuído. Não é mais necessário que o próprio Estado atue como empresa. Convinha à difusão do neoliberalismo o afastamento do Estado-empresário mesmo, em algum grau, nas próprias hostes dos países desenvolvidos. Além do ganho doutrinário mundo afora, a competição entre nações desenvolvidas impunha como melhor alternativa a concentração da produção e a redução de custos, o excedente, como sempre, viria dos países periféricos.

O papel do Estado, o grau, a natureza e as áreas de sua intervenção, dentre outras discussões que envolvem análises a respeito de políticas públicas, enfim, têm tido como referência principal as condições de domínio de uma visão neoliberal, segundo as características acentuadas como determinantes da atuação estatal atualmente (ANDERSON, 1995; COUTINHO, 1989; CARNOY, 2005). Há uma tendência nas duas últimas décadas a estudarem-se as formas de atuação do Estado nas políticas sociais sob o ponto de vista que dá ênfase não a uma visão macroeconômica do problema, mas a soluções de meios e de focalização de áreas de ação com a intenção de privilegiar as comunidades locais apenas como espaço territorial, dentro de uma lógica do modelo capitalista, sem, entretanto, a busca de vocações a partir de uma visão integrada e com a efetiva participação dessas comunidades na solução de seus problemas.

O papel das instituições e dos atores políticos na formulação e escolha de políticas públicas tem sido objeto de análises e discussões que, longe de esgotar o

assunto, estão constantemente se renovando, mercê principalmente da dinâmica social, política e econômica a que a sociedade está submetida. As abordagens sobre o papel do estado, marcadamente influenciadas pelo viés econômico subjacente, sujeitam-se a teorizações cuja correspondência com exemplos específicos às vezes necessitam de considerável tempo para serem constatadas.

A visão liberal sobre o papel do estado fundamenta a opção neoliberal pela defesa de um estado minimizado, ao mesmo tempo em que amplifica o poder da sociedade civil como instituição autônoma, isenta de interesses e, por isso mesmo, capaz de buscar em sua própria dinâmica as soluções para os problemas sociais. Além disso, as limitações impostas pelo ajuste do estado preconizado pelo neoliberalismo requerem a utilização de determinado conceito de pobreza (FRANCO, 2000) que parece restringir a atuação dos governos. O resultado dessa visão se traduz numa forma de atuação governamental que privilegia as instituições não estatais, as ações pontuais fragmentadas e desarticuladas e o espaço local no encaminhamento das soluções para os problemas sociais (DOWBOR, 1998). Defendem-se os arranjos produtivos e as iniciativas locais, em detrimento de uma visão universalizadora da solução de demandas sociais (KLIKSBURG, 2002a).

Outros conceitos, como os de *capital humano*, *sustentabilidade*, e *desenvolvimento local integrado*, políticas *compensatórias* (IVO, 2003) dão suporte teórico a essas ações, trazendo à luz uma discussão sobre os papéis do Estado e da sociedade civil, das comunidades locais em particular, sobre a efetividade das políticas dentro dessa visão e sobre a crescente influência de setores não governamentais na formulação e implementação de políticas públicas. Assim, as ações tendem a afastar o Estado, sobrevalorizar a atuação privada, em que a participação comunitária se transforma numa prática de empresariamento e não de poder político (IVO, 2003). Sob essa base, a estratégia de intervenção privilegia a focalização (CANDIA, 1998), remodelando os papéis do Estado e da sociedade. Franco (2003), por exemplo, numa análise das funções essenciais das políticas sociais, vê a compensação social como uma das vertentes necessárias, mesmo com o caráter assistencialista que possa ter.

Por outro lado, as condições sociais, caracterizadas pela pobreza e precarização do mercado de trabalho, devem ser analisadas tomando-se como partida a visão que inclui outros parâmetros para além da renda, mas também a

partir de outras perspectivas relativas a educação, saúde e condições humanas e sociais dos indivíduos (ROCHA, 2000; FRANCO, 2000), de forma que o desenvolvimento seja encarado com uma perspectiva de integração que ultrapasse a visão puramente economicista. Neste modo de pensar a questão, França Filho defende que a efetividade das políticas voltadas ao desenvolvimento social não prescinde de intervenções integradas:

Essa política demanda ações transversais que articulem instrumentos de várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade. (SCHWENGBER, 2006, p. 294 apud FRANÇA FILHO, 2007, p. 172.).

Reconhece-se, assim, o relevante papel estatal como indutor do desenvolvimento sócio-econômico. Esta virtude estatal se dá através de políticas públicas. No caso da economia solidária, trata-se de implementar uma política pública específica, intimamente a ela vinculada. Cuida-se, aqui, de ressaltar que, além dos fatores e forças que reconhecidamente agem na definição das políticas, as próprias características da economia solidária representam condicionantes das escolhas quanto aos meios e resultados.

#### 4.2 CONCEITOS E MODELOS: A RACIONALIDADE LIMITADA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito mais simples e direto para *política pública* é o clássico perpetrado por Thomas Dye: “... *política pública* é tudo que os governos escolhem fazer ou não fazer”. (DYE, 1995, p.3). A abrangência de tal conceituação coaduna-se, como veremos adiante, com a perspectiva de incerteza sobre opções em políticas públicas. Sob outra visão, política pública pode denotar várias coisas: campo de atividade governamental, um propósito geral, uma situação social desejada, proposta de atividade específica, etc, como pontuou Villanueva (citado por SARAIVA, 2006).

Maria das Graças Rua (1998, p. 17), referenciando ao clássico conceito de política pública como *outputs*, resultante da atuação de grupos de pressão, e



acentuando a distinção entre política pública e decisão política, refere-se “ao conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, que envolve e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões.

A decisão por determinadas políticas públicas e sua efetivação supõem, dessa forma, a existência de acordos entre as forças sociais, e implicam no sacrifício de algum interesse particular e no comprometimento e engajamento nas políticas pactuadas. (LEROY, 2002).

Dentro desta dinâmica, em que as forças sociais se caracterizam pela diferenciação e interesses diversos, cruzados e, até, conflitantes, a racionalidade humana não dá conta de todas as informações, além do que o processo de tomada de decisões carrega inúmeras ambigüidades (RUA, 1998). Ademais, completa a autora:

[...] o governo e o Estado não são unitários: ao contrário, são compostos por indivíduos, que tem interesses próprios, diferenciados e que fazem seu cálculo político pessoal, circunstancial e de longo prazo. (RUA, 1998, p. 11).

Saravia (2006), por sua vez, identifica uma política pública com decisões que visam manter ou modificar a realidade social, através de mecanismos que reforçam ou alteram o equilíbrio existente. Segundo ele, tal processo não detém racionalidade manifesta; seu desenrolar não se submete a controles infalíveis. A carência de racionalidade tranquila, expressa por Saravia, reflete-se nas diversas fases (agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação). Tal entendimento estimula o pensamento de que a consolidação de determinada opção em termos de política pública sujeita-se a desafios que, para além das próprias características da opção escolhida, resvalam mesmo a natureza dinâmica do processo.

Os modelos de políticas Públicas (DYE, 1995, p.18 a 41), alguns deles resumidos no Quadro 02 a seguir, também justificam a ideia de incerteza, racionalidade limitada, busca de resultados e forças em movimento, como presentes nas decisões e implementações sobre políticas públicas.

Institucionalista	A adoção de um determinado movimento ou concepção de ação por instâncias de governo, com seu poder de impor, obter adesões e legitimar, é condição para que tal seja considerada como uma política pública.
Teoria das Elites	Distingue uma minoria de camada sócio-econômica privilegiada com o poder de decisório.
Racionalista	O governo prioriza a maximização dos ganhos, tendo em conta os custos sociais.
Teoria da Escolha Racional	A decisão pública subordinada ao alcance de resultados coletivos através de um processo conduzido por atores individuais que buscam elevar seus benefícios ao máximo possível.
Incrementalista	Implementação, com poucas mudanças, de soluções já existentes.
Sistêmico	Reconhece a existência e a atuação de forças políticas e sociais; o sistema é alimentado por entradas (oriundas da atuação das forças) e gera saídas como resultado das políticas de governo definidas.
Teoria dos grupos	A ação dos governos busca equilibrar os movimentos de pressão de grupos de interesse, que intermedeiam as relações poder público e a sociedade.

### **Quadro 02 - Modelos de Políticas Públicas**

Fonte: DYE, 1995, p.18 a 41.

Essas características reforçam a ideia de que mais importante do que o modelo teórico que sustenta a política é o seu alcance e resultado. Contudo, a efetividade de políticas públicas depende também de outros aspectos. Para Schwengber (2004b), as políticas públicas no Brasil têm favorecido o sistema privado capitalista e, quando distribui recursos efetivamente aos mais pobres, o faz sem uma correspondente estruturação sustentável de uma nova ordem social. Além disso, como bem enfatiza Pedro Demo (2003), essas políticas têm de privilegiar os discriminados com políticas redistributivas ostensivas e sistemáticas. A perda de espaço do público para o privado redundou em políticas fragmentadas e frágeis, de caráter assistencialista e compensatório.

A reversão desse quadro requer a organização e a participação dos atores sociais pertencentes às camadas mais carentes no processo de desenvolvimento de políticas que reduzam a distância entre os incluídos e os excluídos da sociedade. O que se busca é o fortalecimento dos mecanismos democratiza de representação política e social. (CORAGGIO, 2003, pág. 18). Ao avançar no mesmo sentido de aspectos imateriais das políticas públicas, Leroy (2003) agrega a necessidade de que estas impliquem em pactos entre os setores da sociedade abertos às mudanças, que estejam dispostos a negociar e, em consequência, sacrificar interesses e a se engajarem nas políticas pactuadas, condições que parecem essenciais à afirmação uma nova visão do desenvolvimento.

#### 4.3 POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Comumente, o desenvolvimento está associado ao aspecto econômico. A ideia quase sempre presente é a de que o crescimento na produção de riqueza de um país representa a via de geração de trabalho e de desenvolvimento. Sachs (2004) e Santos (2005), a partir da constatação da finitude material do planeta, contestam a ideia de crescimento ilimitado e a vinculam ao componente ideológico presente na noção dominante de desenvolvimento, que afirma a primazia do econômico sobre o social. No contexto de imobilidade estatal e sem perda de vista da noção de crescimento para o desenvolvimento, as políticas públicas passaram a considerar pelo menos três grandes aspectos dentro do processo de transformação

econômica experimentado na segunda metade do século passado; dois desses aspectos, como condicionantes da formação de uma nova visão e outro como resultado delas: na ordem, o surgimento de uma consciência que podemos chamar de ecológica, a exclusão social decorrente das transformações do capitalismo global (DUPAS, 2001) e, como resultante, a emergência de políticas públicas caracterizadas pela valorização do espaço local (DOWBOR, 1998).

De fato, a partir dos primeiros questionamentos sobre o esgotamento do modelo capitalista depredador dos recursos naturais e o surgimento dos primeiros movimentos mais organizados, especialmente os de consciência ecológica, a noção de desenvolvimento começou a ganhar novos componentes associados. Ainda nos anos 1970, Furtado (1974) já alertava para as consequências e os custos do modelo de sociedade fincado num consumismo desenfreado. Para ele, o conceito de desenvolvimento, relacionado ao incremento da eficácia do sistema social de produção, à satisfação de necessidades elementares da população, reflete os objetivos dos grupos dominantes de uma sociedade, na disputa por recursos escassos. Assim, a noção de desenvolvimento e as ações práticas voltadas para este fim apresentam-se em acordo com a estrutura social e as formulações ideológicas predominantes.

Por outro lado, como foi visto no capítulo que contextualizou este trabalho, o avanço do capitalismo global provocou profundas modificações no mercado de trabalho, num quadro de precarização e exclusão social, fazendo emergir modelos alternativos de inclusão da população mais afetada pelo processo de acumulação do capital. Tendo como motivações a atuação dos novos movimentos sociais emergentes e as limitações impostas às possibilidades de atuação estatal, o foco das ações de governos direcionou-se, então, para a sociedade civil e ao espaço local, com políticas compensatórias e limitadas. As políticas de fomento ao desenvolvimento afastaram-se da centralidade da política econômica nacional, inclusive através de grandes projetos, e subordinaram-se à descentralização materializada em governos regionais e locais, entidades privadas e sob a ótica de novos espaços territoriais.

Os caminhos das políticas públicas, nesse contexto, em geral obedeceram à nova realidade ditada pelas forças hegemônicas. Dentro da lógica do modelo capitalista, o avanço econômico traduz-se como crescimento, num sistema em que o

resultado “natural” é a acumulação. A busca do desenvolvimento em sua face social passa, então, a constituir-se como apêndice dos fins econômicos e a visar o mínimo de atenção às necessidades básicas, como meio de preservação do próprio sistema.

Dessa forma, a distribuição da riqueza não se torna uma prioridade. Santos (2005) acredita que é inerente ao capitalismo a ideia de crescimento econômico sem limites, o que faz com que a acumulação necessariamente se sobreponha à distribuição. Sendo assim, far-se-ia necessária a modificação dessa tendência, de modo que os objetivos econômicos fossem submetidos aos interesses sociais da maioria. Conforme Dowbor (1996), as demandas sociais não podem permanecer a reboque do processo econômico; ao contrário, tornam-se essenciais em um equilíbrio assentado em novas bases de definição das prioridades da sociedade.

As condições que enfatizaram as políticas focalizadas e pontuais permitiram o florescimento de conceitos como o de desenvolvimento local que, apesar muitas vezes da retórica de integração e sustentabilidade a ele associadas, não se aproximam do ideal transformador das comunidades que permeia a economia solidária, mas refletem ações e práticas coerentes com o clientelismo, a participação limitada e formal dos atores comunitários e, sobretudo, a inserção direcionada ao mercado.

A tendência à ênfase nos processos de focalização territorial em termos de desenvolvimento reflete, em termos econômicos, um deslocamento em direção ao local (FRANÇA, VAZ E SILVA, 2002, p. 6). Ocorreu, claramente, uma alteração, provocada pelo restrito contexto de atuação estatal dentro dos novos rumos capitalistas, no sentido do fortalecimento de políticas de descentralização e de envolvimento da população local.

[...] Análises tendem a convergir para o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento. Neste sentido, a capacidade de mobilização e articulação de atores sociais aparece como uma dimensão fundamental, indicando que os aspectos sociais e políticos desempenham um papel chave nos resultados econômicos, tornando sua dissociação não recomendada. (FRANÇA, VAZ E SILVA, 2002, p. 6 -7).

A ideia de desenvolvimento local, como se referem vários autores, dentre eles Oliveira (2001) - tanto enfatizando as possibilidades da dinâmica dos arranjos locais, o aproveitamento de potencialidades e as possibilidades de ascensão de uma nova

mentalidade cidadã e participativa das pessoas, como ressaltando as limitações e uma subordinação ao sistema hegemônico, sem interferências modificativas neste -, está intimamente ligada ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Independentemente da discussão conceitual, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, espaço da economia solidária, devem considerar os aspectos positivos presentes na consideração territorial das ações. As possibilidades de transformação econômica e social, seja através da geração de trabalho e renda, seja criando canais de participação popular ou reforçando laços comunitários, configuram-se como um esforço de mobilização de pessoas, entidades e recursos locais, numa dinâmica alimentada por raízes e peculiaridades de um determinado território.

Esta concepção geral pode convergir para a economia solidária e seus empreendimentos, conforme as políticas públicas reflitam o seu ideário e os princípios que a norteiam. Tem-se que ir além dos projetos de iniciativa econômica, para alcançar uma estratégia alternativa não centrada no modelo atualmente predominante. Busca-se a emancipação e uma nova relação homem-trabalho, em que as pessoas assumam a centralidade do processo de desenvolvimento. Com efeito, a economia solidária, em razão de suas características, apresenta grande potencial de organização e integração de cadeias de produção e comercialização, além de possibilitar o emergir de uma dinâmica local que se fortalece não só do ponto de vista econômico, com as demais iniciativas populares relacionadas ao consumo, crédito e trocas, mas, também, em relação aos laços sociais e culturais.

A visão solidária na economia acena com uma concepção alternativa de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e renda e compartilhamento dos resultados entre os trabalhadores. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica e estende as transformações a aspectos além da materialidade econômica.

#### 4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO COERENTE

A grande motivação da economia solidária é a geração de trabalho com renda. Como se viu, a crise no mercado formal de trabalho foi uma das condicionantes contextuais que induziram as iniciativas populares no campo econômico. As políticas de apoio e fomento à economia solidária chegam como reforço a essas iniciativas e, deve-se constatar, a partir do reconhecimento de que o nível de desemprego surgido no contexto já visto não poderia ser facilmente suprido por ocupações formais geradas pela retomada do crescimento econômico. Desta maneira, a economia solidária surge também como política pública a ser construída com o fim de suprir a classe excluída com ocupação.

De fato, os princípios da Economia Solidária – solidariedade, cooperação, autogestão, coletivismo – dentre os reiteradamente afirmados por vários autores (CORAGGIO, 1996; DAL RI e VIEITEZ, 1999; FRANÇA FILHO, 2002 e 2006d) pressupõem uma opção alternativa não só quanto aos resultados desejados, mas também quanto aos meios empregados. A intervenção estatal, então, terá que manter coerência com aqueles princípios e com as ideias e iniciativas e que lhes são correlatas; destas, citam-se a formação de redes de colaboração e instituições de microcrédito, o comércio justo, a sustentabilidade (SINGER, 1997; DOWBOR, 1998; MANCE, 2001; KLIKSBERG, 2002b; FRANÇA FILHO, 2002).

A constatação de que as políticas públicas de economia solidária no Brasil caracterizam-se principalmente por se tratarem de políticas em construção é apresentada por França Filho (2006c, 2006d) como um traço generalizado a todos os casos em que há formalmente uma ação pública voltada para a economia solidária. Entretanto, há, ainda, outras características que parecem ser mais evidentes naquelas políticas consideradas mais “exitosas” (idem, p. 134). Estas características não generalizáveis são aspectos que, nesta maneira de ver a questão, contribuem para um melhor resultado de tais políticas. Assim, a fundamentação das políticas em parcerias, a vocação indutiva e o caráter organizador da sociedade seriam possíveis fatores de sucesso das políticas dentro desse conjunto caracterizador.

A caracterização das políticas voltadas para a economia solidária como “processos em construção” repousa também na presença de grande heterogeneidade na concepção, estruturação e execução dessas políticas. Aqui na Bahia, por exemplo, cuja política de economia solidária se apresenta, os projetos ainda não se desvincularam completamente das relações conceituais imprecisas, relativas principalmente a visões sobre participação, autogestão e territorialidade, voluntariosamente abraçados nas políticas anteriores. Aliás, a propósito dos traços compensatórios e incipientes dessas políticas, Pochmann (2004) enxerga nelas aspectos positivos, como a possibilidade de desenvolvimento da economia solidária e a ocupação do espaço público por novas experiências econômicas populares. Para este autor, a organização ainda embrionária dos atores sociais para a constituição de espaços públicos de consenso pode levar à superação do centralismo, do autoritarismo e do clientelismo que caracterizam a implementação das políticas públicas no Brasil.

Outro fator que indica o caráter precário dessas políticas reside na falta de consenso a respeito do que vem a ser a economia solidária. Tal polimorfismo conceitual (França Filho, 2002) explica-se não só pela relativamente recente emergência da economia solidária como movimento mais organizado e objeto da atenção de governos, mas também do caráter voluntarioso e isolado de algumas iniciativas nascidas dentro do Estado, apesar da promissora perspectiva que surge com a criação da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, no sentido da troca e difusão de experiências.

O traço conceitualmente marcante do que se entende por economia solidária e seu princípio mais fundamental e orientador é, sem dúvida, a solidariedade. Este princípio extrapola, inclusive, a noção do econômico para inspirar um modo próprio de ser e relacionar-se aplicável a pessoas e instituições. Este fio condutor dos movimentos de economia solidária, entretanto, não mantém as iniciativas de economia solidária incólumes aos efeitos da realidade onde se processam. Assim também ocorre com as iniciativas governamentais voltadas para o apoio e o fomento da economia solidária. Como reflexo dos objetivos das políticas públicas de combate à pobreza e de inserção social muito destacadamente expressos nos últimos anos, a adoção da economia solidária no âmbito estatal, assim, de certa forma assumiu, como face mais nítida, a preocupação com a geração de trabalho e renda.



A preocupação com a geração de trabalho e renda, segundo França Filho (Ibid. p. 135), constituiu-se em um avanço no que tange às políticas de trabalho no Brasil, por tratar o problema em termos de trabalho e renda e não como de emprego formal e assalariado, relação que reflete exatamente um mundo (o do trabalho) em crise e cuja solução não poderia, de modo contraditório, estar na tentativa de incentivo à reprodução dos mecanismos de ocupação a ele vinculados.

Como se pode constatar, a superação da crise do desemprego não pode se dar exclusivamente pela via da formação e qualificação das pessoas com o objetivo de inseri-las no mercado formal de trabalho, mas considerando-se alternativas de ocupação sustentáveis e emancipatórias. Neste sentido, a economia solidária preconiza outro tipo de política, segundo uma concepção sustentável-solidária (FRANÇA FILHO, 2006d), em oposição à concepção insercional-competitiva. Esta seria admitida como resposta a certas demandas por ocupação ou pela necessidade de organização de ações dispersas dentro do mercado de trabalho informal. O ponto principal de discussão, entretanto, prende-se à natureza diversa das duas concepções: enquanto a primeira, mesmo que partindo da superação da simples relação de emprego para uma visão de geração de trabalho e renda, ainda foca na qualificação profissional e no empreendedorismo, sob um ponto de vista comercial e competitivo. A visão sustentável-solidária pensa numa política a ser construída em torno de estratégias territoriais de fomento de outra dinâmica econômica, como se observa nas palavras de França Filho:

*Mais do que simplesmente uma política de geração de trabalho e renda para parcelas marginalizadas da sociedade, trata-se, portanto, de uma concepção de política estratégica, na medida em que pensa o desenvolvimento centrado em contextos territoriais específicos. (...) Trata-se de pensar a construção de iniciativas econômicas articuladas em círculos socioprodutivos locais e ainda integradas a outras formas de iniciativas locais, visando ao fortalecimento (além do econômico) das dimensões social, política, cultural e ambiental num determinado contexto espacial. (FRANÇA FILHO, 2006d, p. 262).*

Conforme a concepção solidária, assim, uma política pública voltada para a economia solidária, além da dimensão de trabalho e renda, deve estar condicionada por outras perspectivas que considerem o desenvolvimento integrado (áreas e grupos de atuação), o território e a mobilização social.

## **5 A POLÍTICA PÚBLICA BAIANA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Um grande e representativo passo na implantação de uma política pública direcionada para a economia solidária no Estado da Bahia foi dado, sem dúvida, com a criação da Superintendência de Economia Solidária – SESOL. O aparecimento da SESOL representa uma contundente sinalização da intenção governamental de criar e manter uma política pública de economia solidária, com ênfase na geração de trabalho e renda e alternativa às políticas tradicionais de criação de empregos formais mediante a incorporação de grandes empreendimentos. A SESOL insere-se no âmbito da SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, unidade administrativa estadual que sucedeu a antiga Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS. Parte da área de atuação da SETRAS, que abrangia os programas de assistência social, foi redirecionada para a SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, no bojo da reestruturação administrativa<sup>9</sup> levada a cabo pelo novo governo estadual, eleito em 2006.

A criação de uma unidade administrativa, no nível de administração direta, de apoio e fomento à economia solidária atendeu a antiga reivindicação de movimentos sociais, manifestada mais explicitamente através do Fórum Baiano de Economia Solidária. A fonte inspiradora e modelo foi a Secretaria Nacional de Economia

---

<sup>9</sup> Lei nº 10.549 de 28 de dezembro de 2006 – modificou a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Solidária – SENAES, ligada ao MTE – Ministério do Trabalho e Emprego<sup>10</sup>. A importância que o governo estadual empresta ao desenvolvimento da economia solidária na Bahia pode ser mensurada pelo gigantesco avanço na dotação orçamentária destinada a esse fim: de algumas dezenas de milhares de reais anteriores, o orçamento atual reserva mais de doze milhões de reais, sem contar as possibilidades de aportes oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FUNCEP.

Com o objetivo de incentivar e estimular projetos voltados para a consolidação de iniciativas de economia solidária, através de iniciativas próprias e parcerias com entidades públicas e não-públicas, são apoiadas e fomentadas ações voltadas à geração de trabalho e renda e de combate à pobreza, mediante o apoio a arranjos produtivos, idealizados sob os princípios da economia solidária. As atribuições da SETRE compreendem a coordenação e a execução de políticas públicas voltadas para a promoção do trabalhador, tendo três linhas de objetivos básicos: a organização dos trabalhadores, a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho – através da identificação de oportunidades de trabalho e emprego, da qualificação profissional e da orientação – e a melhoria das relações de trabalho.

No ideário da SETRE, as ações são norteadas por princípios da promoção do trabalho decente para todos, do desenvolvimento sustentável, do combate à pobreza e do exercício da cidadania. Objetiva-se a promoção de políticas integradas e transversais com outras iniciativas de diversas áreas do Governo, especialmente as que visam o fortalecimento da agricultura familiar, a dinamização e adensamento de cadeias produtivas e a inclusão social.

Ao longo de quase dois anos de atividade, a SETRE, através da SESOL, vem se afirmando através da criação de políticas e programas de promoção do acesso ao emprego e a outras formas de trabalho digno, realizadas em condições saudáveis, com remuneração adequada, por meio de relações que respeitem os direitos humanos e trabalhistas. Atua no fomento a empreendimentos e iniciativas populares e solidárias como estratégia utilizada para elevar a renda do trabalho e integrá-lo de forma mais autônoma no processo produtivo. Dinamiza a preservação, modernização e comercialização do artesanato como bem cultural e ramo ativo da

---

<sup>10</sup> A SENAES foi criada no primeiro mandato do Presidente Lula, quando o atual governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, era titular da pasta do MTE.

economia popular. Apoia o exercício do esporte, nas suas diversas modalidades e propósitos (alto rendimento, educacional e comunitário), estimulando sua prática por um grande contingente de cidadãos e cidadãs a fim de promover saúde, qualidade de vida, renda e desenvolvimento.

A ideia que inspira e orienta a atuação da SESOL é a da economia solidária como forma alternativa de combate às desigualdades sociais, à pobreza e à exclusão social. Basicamente, através do incentivo à prática do trabalho decente, de atividades autogestionárias, em cooperação e segundo princípios solidários, pretende fortalecer e estimular as iniciativas geradoras de trabalho e renda como resposta às desfavoráveis condições, para o trabalhador, do mercado formal de trabalho. Além desses aspectos mais voltados à prática de uma atividade econômica geradora de renda, há os benefícios ligados ao fortalecimento dos laços sociais, como observa o atual Secretário do Trabalho, Emprego e Renda, Nilton Vasconcelos<sup>11</sup>:

[...] à organização sócio-política das pessoas e das suas comunidades, um forte estímulo à cidadania como, por exemplo, a constituição e fortalecimento de associações de moradores de bairros, núcleos produtivos de trabalhadores, cooperativas, dentre outras formas de organizações formais e informais que, na maioria das vezes, conseguem transcender os objetivos meramente econômicos e criam condições de reconstituição e fortalecimento das relações sociais, assegurando trabalho digno à juventude, mulheres pobres e afrodescendentes discriminados e alijados por esse modelo de desenvolvimento excludente que prevaleceu por tanto tempo na Bahia e no Brasil.

A SESOL, cabem as atribuições direcionadas para o fomento da economia solidária, do microcrédito e das finanças solidárias e de divulgação e formação em economia solidária, através do planejamento, coordenação, execução e acompanhamento de programas e ações. Buscam-se integração e transversalidade nas ações do Governo, especialmente em áreas direcionadas à inclusão social. Essas três linhas programáticas são orientadas no sentido de que a intervenção estatal busque o desenvolvimento e a superação da realidade que alia exclusão e desigualdades sociais, respeitando as seguintes diretrizes:

- 1 - criação de condições mais justas de produção e distribuição de riquezas;
- 2 – consideração e valorização das condições específicas de cada território;

---

<sup>11</sup> Em entrevista ao jornal *ATARDE*, Caderno Especial pp. 04, Edição de 01/11/2008.

- 3 – consolidação da política pública estadual de economia solidária como uma estratégia viável de desenvolvimento;
- 4 – incentivo a relações sociais de produção, comercialização e consumo, com base nos princípios e concepções da economia solidária, como a cooperação, a solidariedade, a autogestão, a valorização das pessoas e a sustentabilidade ambiental.
- 5 – estabelecimento de relações de integração e colaboração com as demais unidades do governo estadual, com atuação em ações de formulação, implementação e avaliação de políticas sociais, de desenvolvimento, trabalho e renda;
- 6 – estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas, com os movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades de fomento da economia solidária, de finanças solidárias e voltadas ao cooperativismo e ao associativismo;
- 7 – fortalecimento das manifestações organizadas e participativas da sociedade, na formulação de políticas públicas para a economia solidária;
- 8 – criação de mecanismos de desenvolvimento e divulgação da economia solidária e seu ideário, através de campanhas, utilização dos meios institucionais de publicidade, estudos, pesquisas e formação de pessoas.
- 9 – construção de marco legal, com participação da sociedade civil, afirmativo da economia solidária;
- 10 – garantia de apoio técnico-gerencial aos empreendimentos econômico-solidários (EES) com vistas à comercialização;
- 11 – incentivo aos EES através da viabilização do financiamento, do estímulo às linhas de crédito, ao cooperativismo de crédito e aos bancos comunitários;
- 12 – a geração de trabalho e renda como principal objetivo das ações voltadas à economia solidária.

O meio institucional de fomento e apoio à economia solidária se dá através do Programa *Bahia Solidária*, um leque de ações nas áreas de fomento, crédito, formação e divulgação, que busca articular as iniciativas e atividades relacionadas à dinamização da economia solidária, fortalecer o associativismo e cooperativismo, promover a economia solidária, por meio de políticas integradas de geração de trabalho e renda, respeito à cidadania e promoção do desenvolvimento justo e solidário. O Programa *Bahia Solidária* reforça as ações direcionadas à formação, incubação, crédito e apoios diretos a empreendimentos. Dentre as iniciativas<sup>12</sup> sob o guarda-chuva desse programa temos o apoio às cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, a criação dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL), o mapeamento dos empreendimentos solidários e o financiamento de EES e micro e pequenos negócios através do CrediBahia.

## 5.1 O APOIO A EMPREENDIMENTOS: OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍTICA

O principal foco observado nos programas, projetos e ações do Governo do Estado, de apoio e fomento à economia solidária, dirige-se ao fortalecimento de empreendimentos de economia solidária (EES), através do incentivo à articulação de cadeias produtivas e diversificação territorial. Além disso, privilegia-se o que se poderia chamar de “governança solidária”, com a instituição de mecanismos de diálogo com a sociedade organizada, estimulando o controle e a participação popular.

A política pública baiana de economia solidária, no que diz respeito ao fomento a empreendimentos, centra-se, basicamente, no apoio à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária e para a população carente, com apoio direto à implantação de estruturas físicas e produtivas, além de qualificação e redes de comercialização. Com essa finalidade, foram aplicados em 2008 cerca de três milhões de reais, distribuídos em regiões centradas em 13 municípios do Estado, beneficiando mais de nove mil famílias. A abrangência territorial dos empreendimentos apoiados pode ser constatada na Tabela 03. Os

---

<sup>12</sup> No Anexo B, estão detalhadas ações no âmbito do *Programa BahiaSolidária*.

municípios indicados representam, além da sede, diversos povoados, localidades e zonas abrangidos no território municipal.

**Tabela 03**

**Apoio Direto a Empreendimentos Coletivos no Estado da Bahia - Ano 2008**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>FAMÍLIAS BENEFICIADAS</b>
Arací	840
Banzaê	1100
Guanambi	1023
Irecê	100
Itapicuru	707
Heliópolis	751
Lauro de Freitas	30
Matina	1055
Nazaré das Farinhas	170
Palmas de Monte Alto	1072
Pintadas	40
Salvador	2030
Tucano	180
<b>Total</b>	<b>9098</b>

Fonte: SETRE/SESOL

Na materialização da proposta estadual de apoio e fomento à economia solidária, podem ser destacadas as áreas de artesanato e reciclagem. A par das características de informalidade, complementaridade e iniciativa em camadas populares presentes nessas atividades, contou nesta preferência inicial a circunstâncias de relativa facilidade de articulação com os atores sociais envolvidos, peculiaridade altamente favorável à necessidade politicamente gerada de ações concomitantes às formulações de reconhecimento e planejamento menos emergentes.

No que diz respeito ao artesanato, adotou-se uma parceria com o Instituto Mauá<sup>13</sup>, o que, neste caso, facilitou a implementação da política pública pela estrutura e conhecimento acumulado por aquela instituição. O incentivo público vai desde a orientação e apoio a novos empreendimentos, associações e cooperativas, até a comercialização, mediante a aquisição da produção de associações e artesãos individuais e a viabilização de feiras, exposições e outros eventos que permitem o escoamento da produção. Além disso, existem iniciativas voltadas para a identificação de produções artesanais no território baiano, não apenas para possibilitar a inclusão dessas áreas entre as apoiadas pelo Estado, mas para mapear e alimentar o acervo de produção artesanal da Bahia, como forma de preservar a memória dessa atividade culturalmente tão rica.

A política de apoio à atividade de reciclagem se dá através do incentivo à organização dos trabalhadores, em cooperativas, associações e a formação de redes de empreendimentos. Para isso, os trabalhadores são capacitados profissionalmente para a reciclagem, além do incentivo e apoio ao estabelecimento de unidades de triagem. O objetivo é avançar além do processo de catação e venda, com vistas a tornar os catadores independentes de atravessadores, com aumento de renda e de qualidade de vida. De fato, a atividade de recolhimento de resíduos sólidos surge informal e precariamente nas ruas dos grandes centros urbanos e representa um meio alternativo de sobrevivência para uma parcela da população de excluídos. Não organizados, esses trabalhadores submetem-se a desproporcional

---

<sup>13</sup> O Instituto de Artesanato Visconde de Mauá é uma autarquia vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, do governo do Estado da Bahia, e tem como finalidade a execução da política de preservação, fomento, promoção e comercialização do artesanato baiano. O Instituto Mauá, como é conhecido, cuida de todas as etapas da cadeia produtiva do artesanato e da qualificação dos artesãos nas áreas de desenvolvimento profissional, design, formação de preços, e técnicas e métodos de produção, gestão, associativismo e comercialização.



relação entre o volume de trabalho e a renda auferida, mercê da ação dos chamados atravessadores.

Além do apoio a empreendimentos de economia solidária sob a forma de arranjos de produção e comercialização, especialmente em atividades informais, a política estadual contempla também o apoio e suporte a trabalhadores organizados sob a forma de autogestão para recuperação de empresas em situação de falência ou recuperação judicial. Centrada efetivamente na região metropolitana de Salvador, onde há um campo significativo neste sentido, a intervenção estatal objetiva o suporte institucional - que passa pela orientação e encaminhamento jurídico-legal e pela formação em gestão empresarial - e financeiro, mediante a mobilização de recursos públicos ou privados. Inicialmente, identificam-se empresas em situação falimentar e com altos níveis de dívidas trabalhistas que possam ser reorganizadas sob o comando dos trabalhadores. Na implantação da organização autogestionária, os trabalhadores submetem-se a processos de formação e sensibilização, cujos conteúdos obedecem não só a adaptação do novo modelo aos métodos tradicionais de gestão, como o planejamento, finanças, marketing e distribuição, como também aos princípios e práticas relativos à organização autogestionária do trabalho e da Economia Solidária.

O tipo de apoio ofertado pela SESOL, pode-se ver, estende-se ao estímulo aos agrupamentos associativos e cooperativistas, às redes e outras formas de autogestão, numa opção pelo estímulo a iniciativas emancipatórias de auto-organização. O que se salienta, aqui, é o que França Filho (2006d, p. 266) chama de caráter indutivo da política pública.

## 5.2 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: UM CAMINHO A PERCORRER

O estágio de desenvolvimento em que se encontra o financiamento voltado para a economia solidária na Bahia, como de resto em todo o país, está muito aquém das reais possibilidades desse tipo de atividade. Além da óbvia vinculação ao próprio estágio da economia solidária no Brasil, há que se considerar outros aspectos, como, por exemplo, o baixo nível de poupança pública e as dificuldades

inerentes a uma legislação específica do setor financeiro, que impõe entraves à constituição de cooperativas de crédito e à captação da poupança por entidades fora Sistema Financeiro Nacional.

O mais característico exemplo de instituição de crédito solidário encontra-se nos chamados bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs). Tendo como grande paradigma a experiência exitosa do Banco Palmas<sup>14</sup>, segundo França Filho e Silva Júnior (2009, p. 31), os BCDs constituem-se em “*uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano*”. São organizações singulares de microfinanças porque incorporam variadas formas de financiamento, a exemplo da moeda social, do crédito produtivo e de empréstimos subsidiados, e, mais, a construção conjunta da oferta e da demanda (FRANÇA FILHO 2007). Essas instituições se diferenciam das demais experiências de crédito pela gestão comunitária dos recursos e pela aplicação destes na produção local, possibilitando a geração de renda e trabalho no âmbito comunitário. Além disso, há uma conjugação de incentivo ao consumo local com o controle social da utilização do crédito. Aqui, acentuam-se as relações de vizinhança e domesticidade que se configuram não só no controle social, mediante as garantias não patrimoniais, mas também no estímulo ao consumo local, através, por exemplo, do uso de cartão de crédito e moeda social, ambos de circulação e aceitação local. Como se vê e como reforça França Filho (2007), os bancos comunitários representam verdadeiras experiências de economia solidária, tanto pelos princípios que os movem, quanto pelo reflexo positivo em termos econômicos, sociais e humanos nas comunidades.

Ao lado dos bancos comunitários, outra experiência de financiamento solidário vem dos Fundos Rotativos Solidários. Estas instituições constituem-se, na verdade, em formas de poupança comunitária, em que a aplicação dos recursos

---

<sup>14</sup> A experiência conhecida como Banco Palmas trata-se de uma instituição de crédito criada por moradores do bairro Conjunto Palmeiras, em Fortaleza – CE, apoiados por organizações não-governamentais que, através da circulação de uma moeda comunitária, o palma, e a disponibilização de crédito a juros baixos, permite a circulação da riqueza dentro do próprio bairro. Com o dinheiro alternativo, as pessoas recebem como fruto do trabalho ou da prestação de serviços e o utilizam dentro da própria comunidade. Além de financiamentos, o banco promove investimentos produtivos de moradores. A iniciativa gera emprego e renda dentro do Conjunto Palmeiras, além de reforçar raízes comunitárias e laços sociais locais.

ocorre dentro da mesma comunidade, no financiamento de empreendimentos geradores de trabalho e renda.

O início da política pública baiana formalmente voltada para a economia solidária encontrou a maior parte do crédito dirigido a pequenos empreendimentos distribuído através de subsídios propiciados por organizações não governamentais, religiosas, estrangeiras entidades públicas, além das linhas oficiais de financiamento oferecidas por instituições financeiras estais. A linha de atuação da política pública estadual de economia solidária contempla o incentivo às finanças solidárias e ao microcrédito voltado aos pequenos negócios.

A atuação estatal no campo do financiamento se dá através do apoio à concessão de crédito produtivo, acompanhado de orientação e vinculado ao fomento da economia solidária. Assim, os objetivos da política creditícia baiana situam-se na esfera da criação de condições de acompanhamento e a avaliação das instituições quanto ao emprego dos recursos segundo a vinculação proposta, bem como a difusão e divulgação do programa estadual de crédito, a capacitação gerencial dos micro e pequenos empreendedores e o apoio à implantação de instituições de finanças solidárias, bancos comunitários e outros.

O fomento ao crédito solidário se constitui numa das linhas de ação mais promissoras da política pública de incentivo à economia solidária, por suas efetivas condições de proporcionar a dinamização econômica das comunidades assistidas. Além do mais, por suas peculiares características, no que tange principalmente à possibilidade de agregação de recursos e apoio na superação de entraves legais e operacionais na sua formação e distribuição, esta é uma das áreas de maior potencial da participação do Estado, especialmente para as comunidades e empreendimentos localizados em zonas mais remotas ou pobres.

Outra ação do governo do Estado da Bahia na área do microcrédito se dá através do Programa CrediBahia – Programa de Microcrédito do Governo do Estado da Bahia. Trata-se de um programa implementado em parceria com o DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia e o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas e executado em conjunto com as prefeituras municipais. De forma convergente à prioridade do Governo da Bahia na promoção do crescimento com distribuição, o Programa CrediBahia estimula o desenvolvimento e a inclusão social apostando no fortalecimento dos pequenos

empreendimentos individuais. Este programa pretende oferecer crédito às micro e pequenas unidades produtivas com juros subsidiados abaixo das taxas praticadas pelo sistema financeiro tradicional e, além disso, conferindo agilidade e desburocratização dos processos concessórios. São priorizados neste programa os empreendedores que já atuam com micro e pequenos negócios de produção, comércio ou prestação de serviços, os quais têm acesso ao crédito para aquisição, reforma e manutenção de máquinas, equipamentos e instalações físicas, compra de matéria-prima e insumos de produção e capital de giro.

O programa CrediBahia envolve, ainda, a implantação de postos de atendimento, distribuídos em todo o Estado, com prioridade às regiões com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), especialmente na região do semiárido, com iniciativas que buscam valorizar e mobilizar investimentos territoriais, envolvendo o fornecimento de crédito às unidades e redes produtivas, ao consumo local. A distribuição territorial das ações do Programa CrediBahia pode ser vista na Tabela 04 a seguir. Como se observa, dentre os territórios de identidade, o semiárido absorveu, em 2008, mais de 70% dos postos de atendimento, dos empreendedores beneficiados e dos valores financiados, o que se coaduna com a intenção de favorecer as regiões mais pobres.

Tabela 04

## Credibahia - Dados por Territórios de Identidade - Ano de 2008

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	QUANTIDADE DE POSTOS DE ATENDIMENTO	CONTRATOS LIBERADOS	
		QUANTIDADE	Valor (R\$1,00)
<b>REGIÃO DO SEMIÁRIDO BAIANO</b>			
Irecê	3	196	189.290
Velho Chico	4	347	516.234
Chapada Diamantina	5	128	218.645
Sisal	9	193	1.162.165
Itapetinga	4	215	324.780
Vale do Jiquiriçá	8	340	481.343
Sertão do São Francisco	5	190	190.257
Litoral Sul	11	753	988.348
Baixo Sul	4	131	163.524
Extremo Sul	14	861	1.420.621
Bacia do Paramirim	2	115	560.673
Sertão Produtivo	6	271	458.296
Piemonte do Paraguaçu	5	378	457.145
Bacia do jacuípe	4	216	13.324
Piemonte da Diamantina	2	117	123.200
Portal do Sertão	10	619	729.126
Bacia do Rio Corrente	2	484	620.100
Itaparica	2	313	1.886.433
Piemonte Norte do Itapicuru	2	331	283.776
Vitória da Conquista	6	646	985.795
Semiárido Nordeste II	9	267	527.512
<b>SUBTOTAL – SEMIÁRIDO</b>	<b>117</b>	<b>7.111</b>	<b>12.300.587</b>
<b>PERCENTUAL DO TOTAL</b>	<b>76,47</b>	<b>78,99</b>	<b>76,13</b>
<b>DEMAIS TERRITÓRIOS</b>			
Oeste Baiano	2	228	325.689
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	7	295	649.033
Recôncavo	11	393	449.693
Médio Rio de Contas	6	613	851.648
Região Metropolitana	10	362	1.581.610
<b>SUBTOTAL –DEMAIS TERRITÓRIOS</b>	<b>36</b>	<b>1.891</b>	<b>3.857.673</b>
<b>PERCENTUAL DO TOTAL</b>	<b>23,53</b>	<b>21,01</b>	<b>23,87</b>
<b>TOTAL</b>	<b>153</b>	<b>9.002</b>	<b>16.158.260</b>

Fonte: Desenbahia.

### 5.3 FORMAÇÃO, DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO: AFIRMANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

As iniciativas da SESOL no campo da formação e divulgação da economia solidária centram-se em direção a caminhos essenciais ao avanço da consolidação da política pública. O entendimento, neste caso, é de que a sustentação das bases de apoio e fomento à economia solidária não pode prescindir da construção de um ambiente futuro em que os próprios atores envolvidos adotem, como crença, o seu ideário. Com esta visão, as ações de divulgação e formação objetivam o fortalecimento dos empreendimentos solidários, acrescentando ao apoio material a formação dos trabalhadores e, mais ainda, a difusão dos princípios e práticas do movimento de Economia Solidária.

As iniciativas estendem-se aos atores envolvidos em EES, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, incluindo atividades como cursos, feiras, seminários e plenárias. A ênfase, além do conhecimento dos conceitos ligados à economia solidária, é dada à formação de redes solidárias e à inter-relação dos vários tipos de empreendimentos, segundo a visão de potencialidade de geração de renda e melhoria das condições de vida e propagação desse setor econômico, e sob os princípios diferenciados de organização social dos trabalhadores.

A atuação da SESOL busca não só o apoio e o fomento à economia solidária do ponto de vista do estímulo material a empreendimentos, inclusive com a facilitação de crédito para tanto, mas, também, a expansão da ideia de viabilidade desta forma alternativa de enfrentamento da questão sócio-econômica. Por este caminho, põe-se bastante ênfase nas ações que visam à promoção da economia solidária e a disseminação do conhecimento sobre seus conceitos, princípios e importância como política pública.

O primeiro ponto destacável no que tange à promoção institucional da economia solidária é a divulgação. Abrange o desenvolvimento de pesquisas, banco de dados e informações sobre economia solidária e a atuação governamental. As informações são disponibilizadas, além dos meios eletrônicos públicos disponíveis, por publicações e publicidade oficial, via meios legais e institucionais de divulgação governamental; além disso, através de seminários, encontros e outros eventos de promoção da economia solidária. As ações de difusão da economia solidária como

alternativa ocorrem, ainda, como forma de ampliação do conhecimento dos conceitos, princípios e características da economia solidária, ideia que ultrapassa a simples proposta de difusão para tentar alcançar o enraizamento de uma nova visão das relações econômicas e sociais, pautada nas concepções de solidariedade e cooperação.

A publicidade em torno da economia solidária, além de tornar pública a atuação governamental nesta área, pretende difundir o seu conceito e princípios de economia solidária e divulgar produtos e serviços originados de empreendimentos solidários. A exposição do movimento de economia solidária age como um mecanismo social de propagação, em um trabalho coordenado e coerente com o já implementado pela SENAES.

A promoção da economia solidária, no âmbito da SESOL, utiliza-se também de meios de formação de gestores e demais atores envolvidos nessa área de atuação.

A formação de trabalhadores atende aos objetivos de conscientização política e organizativa, de difusão dos conceitos e práticas da economia solidária e de aprimoramento técnico no âmbito do tipo de empreendimento apoiado. Pode, assim, ser generalista ou específica. Busca-se a fundamentação ideológica das pessoas e o fortalecimento material das iniciativas dos trabalhadores em termos de produção e comercialização.

A formação de gestores inclui profissionais de várias áreas de governo, não apenas da SETRE ou da SESOL, e objetiva a criação de uma rede que propicie, inclusive mediante o alcance de uma integração nacional, um intercâmbio que favoreça a troca de experiências e de conhecimentos técnicos, de modo que a estrutura administrativa governamental seja influenciada positivamente no sentido de “aderir” à causa e “comprar” a ideia que carrega a economia solidária.

Além da capacitação de gestores, a política estadual de médio prazo prevê a formação de educadores, cuja missão engloba o trabalho articulado em empreendimentos solidários ou junto a público-alvo potencial, no intuito de difundir e os princípios e práticas da economia solidária, o que se considera essencial à efetividade da política pública e ao fortalecimento dessa alternativa econômica.

Apesar do aparente caráter romântico ou utópico que possa transparecer em tais ideais, o objetivo bastante pragmático da Superintendência é a profissionalização das ações em prol da economia solidária. Pretende-se que a rede de gestores possa servir de efetivo instrumento de atuação do governo e de incentivo à organização da sociedade. Nesta linha, busca-se o fortalecimento e a inclusão de empreendimentos solidários, por meio da identificação de potencialidades associativistas e cooperativistas e de ajuda na sua integração com outros arranjos produtivos; ademais, a rede integrada de gestores possibilita uma atuação propulsora na formação de consciência política e organizativa da sociedade, no âmbito da estruturação dos empreendimentos locais.

Como foi dito, insere-se nesses objetivos a busca pela difusão de elementos fundamentais no ideário da economia solidária, como os de solidariedade e cooperação, por exemplo, e elementos conceituais bem próximos das atividades produtivas desenvolvidas nos empreendimentos, como os de comércio justo e consumo consciente, ético e solidário.

As ações da SESOL no campo da formação dos trabalhadores e gestores e da divulgação da economia solidária têm acontecido ora mediante iniciativas no âmbito da própria Secretaria, ora em parceria com outras unidades da esfera administrativa estadual ou entidades não governamentais. São exemplos dos dois tipos de iniciativa, respectivamente, o *Seminário Economia Solidária: Caminhos e Desafios Para uma Política Pública Estadual*, realizado em Junho de 2007, evento voltado à discussão e difusão de ideias sobre a economia solidária, com a participação de 350 pessoas entre Gestores Públicos, Movimentos Sociais, Empreendimentos Solidários e Estudantes, e a *Feira Baiana de Artesanato*, exposição semanal em parceria com o Instituto Mauá, voltado à divulgação da economia solidária e à comercialização de produtos oriundos de empreendimentos solidários. A perspectiva em foco no apoio à realização de eventos é a de que estes são espaços privilegiados de formação e divulgação, pois garantem a possibilidade de ampla troca de saberes entre os atores envolvidos e de visibilidade para a economia solidária.

A SESOL tem apoiado Feiras, Conferências, Plenárias e Seminários. Destaca-se, neste cenário, a realização, pela segunda vez, neste ano de 2008, em Salvador, da Feira Baiana de Economia Solidária, que se configura como um espaço



para comercialização, divulgação, troca de conhecimentos e experiências, aprendizado e construção coletivos. A participação de centenas de empreendimentos e a circulação de milhares de pessoas durante seu acontecimento garantem a este tipo de evento não apenas o sucesso como movimentação comercial dos produtos dos empreendimentos solidários, como também a possibilidade de espaço na grande mídia, operando como vetor de divulgação da economia solidária.

Outro espaço importante de comercialização e divulgação foi estabelecido em articulação com o Instituto Mauá, onde, semanalmente, em esquema de rodízio, diversos empreendimentos solidários têm a oportunidade de mostrarem seus produtos.

Na área de formação, destaca-se o apoio da SESOL a seminários, oficinas e cursos. Dentre outros, em parceria com o Fórum Baiano de Economia Solidária, com a Cáritas Brasileira e com a Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBAHIA, e com a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, através da Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA e outras entidades, aconteceu o Seminário Estadual de Formação em Economia Solidária, evento que contou com a participação de representantes dos 26 territórios de identidade do Estado da Bahia e em que a SESOL coordenou a elaboração de distribuição de material didático e o apoio logístico aos participantes.

Através do Projeto Estadual de Incubadora Pública de Economia Solidária, a SESOL mantém parcerias com dez instituições desta natureza. As incubadoras integram a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e atuam como estimuladoras de empreendimentos populares e solidários, que são orientados no sentido da autossustentabilidade e tendo como referência os princípios do cooperativismo e da economia solidária. O alvo são grupos, cooperativas e associações populares que trabalham especialmente nas áreas de produção de alimentos, artesanato, confecção de roupas e outras de aplicação tecnológicas menos complexas, ainda que, às vezes, novas. Além disso, as incubadoras procuram difundir os conceitos e princípios da economia solidária entre os projetos incubados, dentro do processo de transferência do conhecimento universitário para a prática cooperativista. A importância das ITCPs é ressaltada por

França Filho e Cunha (2009) ao identificarem o papel de capacitação que essas instituições cumprem junto aos empreendimentos, “*tirando muitos deles da informalidade e da precariedade e propiciando uma renda digna a seus participantes*” (Ibid. p. 224). Estes autores enfatizam, ainda, o papel desempenhado pelas ITCPs na articulação de novas políticas públicas de geração de trabalho e renda. (Exemplos importantes de ITCP são as incubadoras ligadas à Universidade Federal da Bahia – ITCP-UFBA, Universidade Estadual da Bahia - ITCP-UNEB e ao Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - ITCP-CEFET.) Na elaboração e implementação do Programa Estadual de Incubadoras Públicas, a SESOL conta ainda com parcerias com a Fundação Banco do Brasil, Rede Unitrabalho e Fórum de Cooperativas, na formação de grupo de trabalho contando com representantes dessas entidades e da própria SETRE.

Ainda dentro dos objetivos de formação, a SESOL realiza oficinas de com vistas à capacitação de pessoas na elaboração de projetos e no conhecimento da economia solidária. Estas oficinas são divididas em duas partes: no primeiro módulo, o conteúdo visa à sensibilização em economia solidária; o segundo, é a própria oficina de elaboração de projetos. No ano de 2008, cerca de 180 pessoas participaram dessas oficinas.

Principalmente na região metropolitana da capital, mas também no interior do Estado, várias parcerias várias foram feitas com vistas à formação de trabalhadores dentro dos princípios solidários. Com o Instituto Mauá, a parceria objetivou a formação de artesãos, alinhando as especificidades técnicas do ofício à sensibilização para os conceitos da economia solidária e a prática cooperativa. Nesta mesma linha, dentro do Programa Boa Pesca, foram geradas iniciativas de formação, dentro das comunidades pesqueiras, de agentes do desenvolvimento práticas solidárias, baseadas na construção coletiva e desenvolvimento local, e agentes multiplicadores encarregados de difundir os conhecimentos nas comunidades. Essas atividades utilizam módulos de conhecimento em economia solidária que abordam a temática da economia solidária, cooperativismo popular e associativismo.

Atualmente, está em andamento uma iniciativa de parceria entre a SETRE/SESOL e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com vistas a articular as diversas políticas públicas estaduais de economia solidária com

as ações da SENAES. O objetivo é que a política baiana, em termos de resultados e abrangência das ações, venha a ampliar os benefícios aos trabalhadores que atuam em empreendimentos solidários na Bahia.

A SESOL oferece à sociedade civil, representada por entidades organizadas, a possibilidade de orientação na elaboração de projetos que serão submetidos à superintendência. Neste caso, os técnicos da SESOL atuam com a orientação técnico-burocrática formal necessária, com a orientação legal e com a avaliação de viabilidade.

A busca de articulações e transversalidade nas ações de divulgação e formação da SESOL tem sido uma marca de sua atuação. Diversas instituições e entidades, públicas e privadas, têm sido parceiras na elaboração, organização e realização de atividades, projetos e ações de apoio a empreendimentos solidários, formação de gestores e trabalhadores e divulgação do ideário e das práticas de economia solidária. Dentre os parceiros da SESOL, destacam-se: o Instituto Mauá, Fundação Banco do Brasil, CUT – Central Única dos Trabalhadores, Caritas Brasileira, Fórum Baiano de Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum Metropolitano de Cooperativas, Rede UNITRABALHO, Rede de ITCPs, SEBRAE, SENAES, SAEB – Secretaria da Administração, SEMA – Secretaria do Meio Ambiente, SJCDH – Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade, SEDIR – Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, através especialmente da CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, SEC – Secretaria da Educação, SICM – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, SEPLAN – Secretaria do Planejamento e SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.

Por fim, a SESOL vem criando uma base de informações sobre a economia solidária, denominada como Sistema Estadual de Informações em Economia Solidária, com o objetivo de, em conjunto e com o auxílio da SENAES, alcançar o mapeamento dos EES no Estado da Bahia. Tal banco de dados em construção obedece à prática já implementada e consagrados pela SENAES, e em acordo com as diretrizes formuladas pela Coordenação Gestora Nacional – CGN e Coordenação Gestora Estadual - CGE.

## **6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA IDEIA, MUITOS DESAFIOS**

### **6.1 O DESAFIO DA SUPERAÇÃO DAS TENSÕES COM O MODELO HEGEMÔNICO**

A economia solidária emerge em um ambiente capitalista; tal acontece tanto do ponto de vista macro, da disputa por afirmação em uma sociedade em que determinado modelo reina hegemonicamente, com todas as influências e pressões ideológicas daí decorrentes, quanto do ponto de vista micro, dos próprios EES que florescem num mercado sujeito à lógica da competição, da exclusão e da acumulação e do qual muitas vezes dependem. Essas circunstâncias representam um desafio ao próprio movimento de economia solidária, mas uma tensão a ser superada por uma visão especial da política pública, que direcione a ação estatal afirmativa e favoravelmente em prol desse movimento.

O conflito aqui colocado estende-se a aspectos, além do econômico, sociais e culturais. A disputa se dá por espaços de crédito, produção, comercialização e consumo e, também, pela afirmação de novas relações de trabalho, de trocas e comunitárias. O papel da política pública, neste caso, deve ser o de utilizar a estrutura, as prerrogativas e recursos estatais em consonância com os objetivos de criar as condições de viabilização de uma alternativa ao modelo dominante, que favoreça o florescimento e o desenvolvimento de iniciativas populares alternativas, de desenvolvimento econômico e social, de geração de trabalho e renda, de superação do modelo capitalista.

Uma política que apenas amenize a situação de grupos populacionais restritos, sem uma perspectiva de transformação social viável, ainda que em construção em longo prazo, não poderia ser caracterizada como uma política pública de economia solidária, pois esta, como se viu, representa uma alternativa ao modo de produção econômica dominante, que visa à inserção de outros valores e práticas nas relações econômicas e sociais. As políticas assistencialistas e compensatórias são modelos a serem superados.

A economia solidária, como forma de organização coletiva, por seu caráter eminentemente popular tenta inserir-se e ganhar visibilidade dentro de um ambiente capitalista e de ideias arraigadas secularmente a respeito do papel do Estado. Este choque envolve as diferenças de concepções, a participação da sociedade civil, os aspectos legais e as estruturas existentes no Estado; estas, por exemplo, subordinam-se a uma racionalidade radicalmente diferente da racionalidade específica dos empreendimentos de economia solidária - concepção solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho, os aspectos empreendedores e de organização, na forma como Gaiger (2004) os coloca. Além disso, em vários aspectos, o resultado da operação econômica nos empreendimentos solidários, coerentes com a ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária em seu interior (RAZETTO, 1998), deve enfrentar as diversas limitações do modelo atual.

Na perspectiva dessa forma de análise, surge uma discussão, aparentemente simples na sua concepção, mas relevante diante da importância do tema, a respeito de como se dá a implementação de uma política de economia solidária numa situação real e concreta de uma unidade administrativa estatal voltada para tal fim, em se tratando de um modelo alternativo, não subordinado ao mercado capitalista. Sem dúvida, como ação da economia no sentido da pluralidade em oposição ao processo de mercantilização (FRAISSE, 2006) e à condução recorrente do estado, a economia solidária, como forma de organização coletiva, por seu caráter eminentemente popular, luta contra uma cultura e uma estrutura instituída secularmente no poder público, inclusive do ponto de vista legal, que reflete e reproduz forças e modo de produção capitalista – cujo arcabouço institucional não responde às demandas das camadas mais pobres da sociedade.

Esses aspectos condicionantes e limitantes fazem com que a construção de uma política pública de economia solidária, muito além das dificuldades naturais

inerentes à elaboração e à implementação de quaisquer projetos governamentais, apresente-se como um verdadeiro desafio a envolver desde o ambiente econômico atual até questões mera operacionalização das ações correspondentes. Há, dentro deste contexto de influência capitalista e da comum ação do Estado, o perigo de políticas, mesmo alternativas e opostas à atuação estatal costumeira, afastarem-se dos princípios alternativos que as moldam e aproximarem-se de uma atuação similar ao que historicamente já se faz no âmbito estatal. A questão aqui colocada é motivo de preocupação também para Schwengber; segundo ela:

O Estado brasileiro está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e todos os seus instrumentos e mecanismos – para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas – não enxergam outras estratégias econômicas que não funcionem nesta mesma lógica. Portanto, a economia dos setores populares, arquitetada sobre outras bases, é vista como residual, subordinada e, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo. (SCHWENGBER, 2004a, p. 2).

A perspectiva solidária é colocada como uma alternativa, como visto, cujo processo é de construção de uma nova lógica de criação de um “outro mercado”, o que gera, por exemplo, a necessidade de conciliação da visão global com as iniciativas locais (TEIXEIRA, 2001). Essa nova forma de encarar o direcionamento estatal entre tensões globais, de formulação de políticas macro, e locais, da realidade determinada por condições sociais precárias e visão dos trabalhadores, desafia o Estado a investir na construção de novas relações com a sociedade civil. É na mesma linha, de destaque ao papel do Estado e à reconstrução de sua relação com a sociedade, que Dupas (2001) recomenda um Estado atuante, normatizador, regulador e indutor, como condição ao prosperar de iniciativas populares locais. Carbonari (1999), por sua vez, embora afaste o Estado de, diretamente, planejar as atividades econômicas solidárias - para ele uma prerrogativa dos trabalhadores -, reconhece ao ente público a possibilidade de proporcionar um ambiente em que a auto-organização dos produtores e consumidores efetivamente ocorra.

Supera-se, desse modo, a ideia de Estado como burocracia administrativa em nome da ideia de Estado como sociedade organizada, espaço público de enfrentamento de interesses privados, arena de disputa por intervenções públicas.

Assim, observa-se que qualquer política pública de fomento à economia solidária deve considerar as condições reais para sua implementação, dentro de

uma visão nova do próprio papel do Estado. Como bem salientou Schwengber (2004b, p.12), é preciso resgatar a natureza pública do Estado. A utilização do Estado e suas políticas em prol da estrutura econômica privada, como tem acontecido, significa exclusão dos trabalhadores na disputa por recursos e tem como consequências a exclusão social e a miséria. A incapacidade estatal em atender as demandas sociais, em articular soluções junto com a sociedade civil, de voltar-se para as parcelas mais necessitadas da população, por conta do receituário neoliberal, abriu espaço para que organizações da sociedade, o que se convencionou chamar de terceiro setor, assumissem precária e insuficientemente as tarefas que são do Estado. A economia solidária, portanto, é uma alternativa de inclusão social através do trabalho que depende de políticas públicas favoráveis e diferenciadas para a sua expansão e consolidação.

## 6.2 O DESAFIO DA EFETIVIDADE: O ALCANCE DE UMA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma primeira questão, de cuja resposta depende a continuidade de qualquer discussão sobre as possibilidades da economia solidária enquanto política pública, diz respeito ao caráter que a própria iniciativa estatal carrega consigo: qual o alcance desse meio de transformação social? Trata-se de opção que, em longo prazo, irá se constituir em resposta alternativa e efetiva às contradições, condições e efeitos do modo de produção capitalista, ou, numa visão ainda ideologicamente subordinada, a economia solidária permanecerá restrita a iniciativas e grupos localizados, inserida funcionalmente no espaço não explorado pela economia capitalista?

A questão colocada tem uma primeira resposta evidente que decorre do próprio caráter de política em construção, bem acentuado por França Filho (2006c e 2006d) que caracteriza as iniciativas estatais no atual estágio de desenvolvimento da economia solidária. As possibilidades da economia solidária fomentada por uma política pública surgem, nessa forma de pensar, como diretamente vinculadas ao próprio processo de construção em si mesmo, o que envolve as ações concretas de

apoio a iniciativas solidárias, mas à criação de um ambiente social favorável ao seu progresso.

As intenções do governo do Estado da Bahia, expressas no PPA-2008-2011, documento que orienta a ação governamental pelo menos durante um quadriênio, não deixam dúvidas da opção real pela economia solidária como meio relevante de superação das condições de exclusão social, através da geração de trabalho e renda e, até, como fator potencial de crescimento econômico. Assim, a economia solidária é reconhecida como força transformadora

As escolhas feitas pelos governos passados privilegiaram, quase que exclusivamente, os grandes empreendimentos empresariais, na crença ilusória de que eles bastariam para assegurar o desenvolvimento da Bahia e a melhoria da qualidade de vida da sua população. Sem desconsiderar a importância da implantação de grandes empreendimentos produtivos, a política adotada pelo atual Governo considera essencial assegurar decidido apoio à agricultura familiar, ao micro e pequeno empreendedor e às práticas da economia solidária. Corrigindo, assim, uma grave lacuna da política anterior que deixou ao largo o grande potencial de crescimento econômico e de inclusão social oferecidos por estes segmentos. (Governo do Estado da Bahia – PPA 2008-2011, p. 11).

e, por esta razão, trazida ao Estado como política pública:

A expansão do nível de ocupação e elevação da renda da população é prioridade absoluta do Governo. Para isto estão sendo privilegiados os investimentos capazes de promover maior absorção da força de trabalho. O apoio à agricultura familiar se inscreve nesta estratégia, por meio do acesso à terra, à tecnologia adaptada e à regularização fundiária, bem como a oferta de microcrédito e o fomento à economia solidária. Em articulação com o Governo Federal implantaremos a Política Pública de Economia Solidária. (Id., p.13)

A disposição do Governo do Estado, manifestada em documento oficial de planejamento de ações de longo de prazo, reforça a ideia de que a política pública pretende, de fato, adotar a economia solidária como vetor de transformação social. O desafio que aqui se coloca é o da inserção de empreendimentos, apoiados dentro desta política, num ambiente econômico dominado pela lógica e relações capitalistas.

Como salientou Singer (2002) e outros autores, a economia solidária é um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo; e embora tenha surgido em grupos da sociedade civil, conta com a interferência estatal para reforçar a sua afirmação mediante a multiplicação de iniciativas e experiências organizativas de



atores envolvidos, com políticas públicas propiciadoras da inclusão de cada vez mais pessoas marginalizadas em trabalhos gerados por empreendimentos solidários.

A difusão dos empreendimentos solidários, a ponto de ganhar visibilidade e relevância e de permitir a formação de redes de produção, comercialização, trocas e crédito próprios, dependerá de uma atuação estatal afirmativa em termos de preferências e base legal.

A questão aqui colocada quer ressaltar duas condicionantes que caminham juntas e desafiam a política de economia solidária: a primeira diz respeito à necessidade de a política pública de economia solidária dar resultados, ser efetiva; a segunda diz que isto tem de ocorrer dentro de uma política que segue os princípios da economia solidária. A efetividade da política de economia solidária não poderá ser medida apenas pelo alcance de seus resultados na geração de trabalho rentável, mas também pelo grau de dinâmica própria e independência do Estado que os empreendimentos vão adquirindo ao longo do tempo, resultado do seu adensamento e difusão. Além disso, o ambiente e a lógica dos empreendimentos solidários têm de inspirar-se no ideário da solidariedade e cooperação, de forma que o seu avanço se dê sob outras bases, incorporando a sustentabilidade econômica e novo ideário de relações sociais. Ou seja, a efetividade e a coerência com os princípios solidários justificarão as ações e lhes darão identidade de economia solidária; ao mesmo tempo, as afastarão da lógica da ação social prevalecente, subordinada ao que permite hegemonia capitalista.

A ascensão da economia solidária ao *status* de política pública traz consigo o risco de ser encarada como um modismo ou uma iniciativa mais retórica do que efetiva; a coerência entre as ações desenvolvidas e os princípios dessa concepção alternativa e os resultados reais de sua aplicação apresentam-se como condições indispensáveis a que ela se torne, de fato, uma política consolidada no âmbito estadual.

Outro risco presente é de a economia solidária, como política pública, vir a ser tratada (como, de resto, não é assim nas suas concepções nucleares, como movimento surgido na sociedade civil) como uma solução economicista a um problema de fundo econômico, político e social. Há um campo de atuação a ser explorado e desenvolvido que diz respeito a relações sociais sob uma visão mais ampla, que engloba a dinâmica social e cultural típica de cada território.

Por outro lado, a ação pública, se encarada apenas como uma ação meramente técnica, cirúrgica até, como instrumento de intervenção pontual e localizada, com vistas à correção de determinada situação social inadequada, terá ação limitada em relação aos objetivos de transformação a que se propõe. A ação pública visa à criação de estruturas que criem condições de avanço em busca de uma nova realidade idealizada. Nesta forma de ver, os fins e as estruturas são resultados de consenso ou admissão pelas forças sociais em jogo. Assim, os caminhos escolhidos são tanto objeto de disputas político-ideológicas quanto os próprios objetivos. O papel do Estado (e aqui é necessário tornar à mente o conceito de Estado e sua instrumentalização classista observados por Gramsci) - (COUTINHO, 1989), ainda que definido aprioristicamente pela relação de forças sociais concretas, pode pender para determinada direção segundo o circunstancial exercício do poder formal por determinado grupo político-ideológico.

A oportunidade – se a expressão de uma política governamental tende a buscar a transformação da realidade segundo um ideário que costumamos identificar como progressista – requer que o exercício do poder, para além de elementos técnico-administrativos, assuma um papel de intervenção que afirme a opção escolhida e busque neutralizar o histórico domínio de forças quantitativamente minoritárias, mas economicamente mais poderosas e propicie, nos territórios em que atue, efetivas e reais transformações econômicas e sociais. Neste caminho, é necessário que as iniciativas incorporem determinados valores imateriais que sirvam de suporte ideológico, conceitual, ético e filosófico às transformações. Um primeiro e grande desafio, portanto, é a busca da transformação da realidade social, através do exercício do poder estatal em suas instâncias executórias inspirado ideologicamente pelas novas ideias.

Dentro dessa visão, ainda que aqui se trate de uma abordagem mais ampla do papel do Estado, ganha destaque o caráter de solidariedade recíproca preconizada por França Filho e Laville (2006) e a necessidade de articulação entre política e economia sob uma ótica redistributiva, condição em que, tipicamente, cabe ao implementador das políticas um papel central de articulação. Há, apesar da tendência de direcionar para a sociedade civil as ações que são típicas de governo e da histórica independência da economia solidária em relação ao Estado, um papel importante a ser cumprido por este não apenas no incentivo financeiro e logístico e

da capacitação técnica, mas na criação de um ambiente voltado para a difusão das ideias da economia solidária e para o desenvolvimento, pela formação, de atores comprometidos com a solidariedade.

### 6.3 O DESAFIO DA ADERÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária como política de geração de ocupação e renda pode ser um importante instrumento para a emancipação dos trabalhadores e no processo de desenvolvimento local. É, assim, uma ferramenta de ação do poder público em que se espera uma aderência, em seus meios e fins, aos princípios norteadores da economia solidária. O risco, contudo, é o da transformação de empreendimentos nascidos sob a inspiração econômico-solidária em meras ações formalmente cooperativadas, que até acabem por alcançar certo nível de ocupação e renda para os trabalhadores envolvidos em determinada comunidade, mas que perca as características de solidariedade, tornando-se apenas ações isoladas, empreendimentos comuns, inseridos na realidade mercantil tradicional.

Portanto, independentemente da discussão sobre as possibilidades da economia solidária como alternativa ao modelo econômico, ainda que inicialmente em abrangência incipiente, a intervenção estatal em prol da economia solidária, para manter a lógica e a consistência da decisão, deve guardar coerência com seus princípios e, de fato, buscar ser uma alternativa e não vir a ser uma simples política de apoio a empreendimentos sociais que objetivam geração de renda e trabalho com todas as características dos já existentes e apenas sob a retórica da economia solidária.

Evidentemente que não se trata de sugerir uma revolução patrocinada pelo Estado, a transformar da noite para o dia um modelo de mercado já estabelecido. É preciso considerar que os empreendimentos solidários inserem-se no mercado tradicional e em suas compras e vendas mantêm algum grau de relacionamento com entidades mercantis. Além disso, o Estado, como via Gramsci, incluído em sua visão o que conhecemos como sociedade civil (COUTINHO, 1989) reflete a hegemonia que sustenta o modelo econômico existente. Entretanto, a determinação de um

governo de adotar a economia solidária como uma política institucionalizada exige que suas ações daí decorrentes caminhem na direção de efetiva implementação de tal política, ainda que com as limitações derivadas da correlação de forças sociais concretas.

#### 6.4 O DESAFIO DA ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esse desafio pressupõe algumas medidas inerentes à política de fomento à economia solidária. Tais medidas visam a fortalecer e a sustentar o movimento segundo suas bases conceituais e como alternativa de desenvolvimento local. Nesta linha, surge a necessidade de incentivo à criação de espaços de intercâmbio e solidariedade entre os diferentes empreendimentos e componentes da economia solidária, mediante a articulação de redes em que as relações de compras e venda e financiamento ocorram de forma privilegiada e preferencial (comercio justo e finanças solidárias) e de um modelo alternativo de contrato e financiamento entre os empreendimentos de economia solidária e poder público e o setor privado. Essas iniciativas exigem, além de uma visão integrada das ações, marco legal específico, o que, como se verá adiante, torna-se um desafio particular.

Dessa forma, ganham evidência duas medidas estratégicas, de origem estatal, para os destinos da economia solidária sob a forma de uma política pública: a criação de condições para o enraizamento e diversificação produtiva e econômica dos empreendimentos solidários e, ao mesmo tempo e em perfeita articulação com a primeira, a implementação de um projeto de desenvolvimento que contemple, ultrapassando o apoio material, e cristalizando na sociedade civil as ideias e as práticas solidárias, a sensibilização, informação, educação e formação técnica. Uma política voltada para a economia popular solidária não pode, assim, ser encarada como assistencialista ou compensatória, mas uma ação que propicie condições de autossustentabilidade ao território envolvido. Deve predominar seu caráter emancipatório e integrador de políticas de geração de trabalho e renda.

A forma de estruturação da economia solidária como política pública diz respeito em primeiro lugar à criação de condições para o desenvolvimento dos empreendimentos econômico-solidários. Neste aspecto, as chamadas redes sociais aparecem, para os gestores de políticas públicas, como objetivo da articulação com vistas ao desenvolvimento da economia solidária. A dinâmica necessária ao avanço das formas populares de economia depende de uma organização, que em pequena medida já existe, capilarizada das variadas atividades (produção, comercialização, crédito, consumo, assessoria e formação). A atuação pública, neste caso, tem em conta o fomento, mediante recursos e assessoria, a formação dessas redes. Para tanto, é preciso que o Estado adapte e até crie estruturas diferenciadas e específicas, tanto do ponto de vista da própria implementação operacional da política pública, quanto da criação de instâncias sociais de acompanhamento e controle de ações e de elaboração e aplicação de orçamentos.

De fato, numa sociedade em que a atividade econômica cada vez mais se organiza em redes (Castells, 2006) de produção e distribuição, sendo já uma marca do atual estágio do desenvolvimento capitalista e um fator de competitividade, o Estado tem condições de levar adiante uma política que favoreça a organização econômica solidária através do apoio e incentivo à formação e articulação também de suas próprias redes. O objetivo aqui é a conjugação das forças dos empreendimentos e demais iniciativas solidárias em redes que propiciem, através da complementação produtiva e de consumo, da otimização do financiamento, da difusão de tecnologia e da troca de experiências, um desenvolvimento suportado por tal integração.

A articulação das diversas iniciativas de produção em cadeias solidárias (MANCE, 2003) funda-se na necessidade de complementação entre os empreendimentos e entre estes e o consumo e o financiamento, e carece de instrumentos de análise de vantagens e oportunidades, um dos campos em que a política pública pode apoiar.

## 6.5 O DESAFIO DE UM NOVO MODELO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O Estado, enquanto estimulador da dinâmica econômica, tanto na atuação macroeconômica como na estruturação de condições para o surgimento de empreendimentos, tem aplicado políticas condicionadas a uma visão aderente à lógica capitalista e neoliberal. No caso do mercado de trabalho, como se viu, a viabilização da inserção tende a priorizar quando não apenas a relação formal de emprego, alguns elementos de competição e empreendedorismo, sem romper com a dinâmica aí envolvida. O desafio que se apresenta, neste aspecto, refere-se à adoção do modelo da economia solidária, alternativamente, em busca da geração de trabalho e renda além dos limites do mercado formal de trabalho, cuja ampliação requer, necessariamente, a significativa ampliação do crescimento econômico, fator em que a influência de governos locais e regionais é pequena.

A crise do trabalho, como foi visto, expressa-se nas altas taxas de desemprego e na irrecuperabilidade de postos de trabalhos decorrentes principalmente do avanço tecnológico e da forma de ampliação da acumulação capitalista. Dentro da lógica econômica predominante, manifesta-se a incapacidade de o Estado oferecer soluções para a inclusão social e econômica dos trabalhadores. A busca de alternativas ao desemprego longo e disseminado depende da abertura de possibilidades fora dessa lógica. O processo de minimização do Estado e em favor da amplificação das virtudes do mercado causou danos materiais concretos aos trabalhadores, mas, também, afetou valores imateriais ligados às relações sociais. A busca por uma sociedade mais justa funda-se, historicamente, em valores humanos condicionantes da ação econômica. Para Sachs (2004), este condicionamento deve ser retomado com a subordinação da política e da economia à ética, como pré-requisito à transformação do Estado.

Uma política pública de economia solidária, tendo em vista o caráter público do espaço estatal, como lugar de embate entre forças privadas, pode representar, favoravelmente aos trabalhadores excluídos, a busca de soluções coletivas, que visem ao enfrentamento da perversa situação de desemprego e exclusão social.

Neste campo da geração de trabalho e renda, a política pública arrisca-se a aderir ao modelo de inserção já estabelecido, que não atende tem condições de

atender, nem quantitativa, nem qualitativamente, à demanda existente. França Filho (2008), como já foi visto, defende com razão a política de geração de trabalho e renda orientada pela concepção sustentável-solidária em lugar da concepção insercional-competitiva, diante da realidade atual de prevalência da antiga concepção, quando elas diferem radicalmente e a nova proposta vai de encontro a características culturais, sociais e econômicas já arraigadas na atuação estatal, acima de tudo o caráter hegemônico da política tradicional. Ademais, o modelo sustentável-solidário - que implica numa nova dinâmica, ultrapassando a simples política de geração de trabalho e renda para parcelas marginalizadas da sociedade, como enfatizou França Filho (2008) – pode gerar certo polimorfismo conceitual, por aproximação com o modelo insercional-competitivo, tendo em vista os também objetivos de inclusão social presentes neste último.

## 6.6 O DESAFIO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

A efetivação de um sistema de finanças solidárias compreende desde a criação de instituições comunitárias, populares, sob a forma de cooperativas, bancos, fundos, etc, até a afirmação de uma moeda local, aceita e com poder circulante; tais elementos inserem-se, segundo os princípios da economia solidária, sob a percepção de que os trabalhadores não têm acesso ao crédito como ocorre com os detentores do capital. A ideia subjacente neste caso é a do controle autônomo da comunidade sobre as suas finanças, mediante disponibilidade de crédito popular oriunda de poupança da própria comunidade, o que afastaria as altas taxas de juros e a concentração de lucros, características comuns ao sistema financeiro tradicional.

A dinâmica necessária ao estabelecimento de um sistema creditício próprio envolve, portanto, a atuação governamental em nível nacional, numa ação macro, estruturante e integrada, que crie condições de incentivo ao comércio justo e solidário, à utilização de moedas comunitárias e a regulação do sistema financeiro como meio de promoção da atividade econômica. A atuação estatal, nesta linha, aparece como importante fator de estímulo, vez que os trabalhadores não dispõem de capital nem de acesso a crédito como ocorre com os capitalistas. Estes, o que

não acontece com o proletariado, têm acesso ao crédito, não só por questões de influência e jogo de pressão junto ao Estado, mas também por disporem de propriedades e bens que podem ser oferecidos como garantia. Além disso, as empresas capitalistas contam com outras formas indiretas de apoio estatal, através de mecanismos de subsídios, renúncia de receitas e isenções diversas.

A institucionalização das finanças solidárias, através da política pública de economia solidária, envolve a constituição de um movimento, destacado das formas tradicionais, não só no que diz respeito aos recursos devidamente subsidiados propriamente ditos, mas, também, mediante a concretização de condições legais para o seu desenvolvimento. Os entraves legais à criação de cooperativas de crédito e de captação de recursos financeiros por entidades desvinculadas do sistema financeiro regular impedem o deslanche de mais iniciativas que impulsionem o crédito e o financiamento dos empreendimentos solidários.

Assim, o setor de finanças solidárias constitui-se num verdadeiro desafio a uma política pública que pretenda alavancar a economia solidária. A construção de um sistema composto por cooperativas, organizações sociais, consórcios e fundos como agentes de crédito representa uma condição para a consolidação de um setor autoalimentado de recursos financeiros, voltado ao financiamento e apoio a empreendimentos e iniciativas aderentes aos valores e princípios solidários.

A política voltada para o microcrédito popular e solidário, como mostram exemplos bem sucedidos de iniciativa nesse sentido, conjuga a disponibilidade de crédito com as visões de solidariedade e cooperação, os objetivos de desenvolvimento local e geração de ocupação e renda e a articulação com uma de produção e consumo locais.

## 6.7 O DESAFIO DE UM MARCO LEGAL FAVORÁVEL

Talvez um dos maiores desafios à consolidação de uma política pública estadual de economia solidária esteja na criação de um arcabouço legal adequado. A priori, há duas considerações a observar. A primeira trata da constatação de que a atuação governamental baseia-se inteiramente na lei. A legalidade é um princípio



constitucional<sup>15</sup> que condiciona toda e qualquer ação do poder público. Este regramento à lei tem como consequência imediata que o ente estatal só pode fazer o que a lei prevê explicitamente, ao contrário das relações civis, privadas, em que se age no campo não proibido pela norma legal.

Além desse aspecto mais genérico e comum à ação pública em geral, há outro mais atinente à economia solidária enquanto prática a ser priorizada. Trata-se da constatação de que o movimento social de economia solidária necessita de condições especiais de frutificação, para além daquelas que são corriqueiras a empreendimentos sociais comuns.

A ideia é a de que, através da legislação, os empreendimentos solidários sejam favorecidos. A justificar tal privilégio encontram-se razões na própria natureza da economia solidária. Esta tem características especiais que diferencia os empreendimentos sob sua égide dos demais empreendimentos de ação social. Na economia solidária, como vimos, não se pretende apenas a produção de bens e serviços – este é objetivo comum a qualquer ação de geração de trabalho e renda; a economia solidária pretende tal fim, mas sob bases que se contrapõem ao modelo capitalista dominante, como uma alternativa e segundo os princípios da solidariedade. Dessa forma, o apoio às iniciativas econômicas solidárias passa pelo tratamento diferenciado como forma de alimentação e reprodução dessas iniciativas, sob pena de tornarem-se meras ações pontuais, com todas as características de ações sociais comuns, mas sem as fundamentais características da economia solidária. Tal tratamento só será possível através do ordenamento legal ao qual o Estado está umbilicalmente ligado. A título de exemplo de iniciativa legal, é fundamental para o apoio à economia solidária, a obrigatoriedade de que as compras públicas deem prioridade a produtos oriundos de empreendimentos solidários. Trata-se, portanto, como se vê, de um grande desafio, tendo em consideração o atrelamento do Estado e de suas instâncias, inclusive legislativas, ao sistema hegemônico.

Por outro lado, o sistema normativo que regula algumas das áreas, como a financeira, por exemplo, em que há necessidade de intervenção do Estado inclui-se no âmbito de competência exclusiva do governo federal, o que demanda uma

---

<sup>15</sup> Cfe. Art. 37, caput, da Constituição Federal.

iniciativa do governo central – algo que depende do jogo de forças políticas em nível mais amplo.

Além disso, uma legislação favorável à economia solidária pode contrariar interesses econômicos estabelecidos, os quais subordinam o sistema jurídico no sistema capitalista e muito especialmente em países como o Brasil, em que o Estado reconhecidamente fraco.

À parte essas dificuldades da ordem da estrutura político-econômica, reconhece-se a importância do papel do Estado para a definição de um marco legal que inclua e articule as iniciativas populares solidárias. Dentre as várias possibilidades de intervenção do Estado no âmbito legal situa-se a área de crédito e financiamento. O movimento de economia solidária, do microcrédito popular, através das instituições que o compõem ou apoiam, necessita de um regramento legal que favoreça a sua atuação, superando-se as restrições impostas pela legislação que regula o sistema financeiro atualmente.

Além das finanças solidárias, outras áreas também carecem de definição e até proteção legal. A inexistência de leis específicas inviabiliza ou dificulta desde a constituição de um esquema de financiamento oriundo de poupança popular até um sistema de compras públicas direcionada aos EES, passando pela criação e circulação de moedas comunitárias.

A criação de uma estrutura jurídico-legal de apoio à economia solidária envolve várias áreas, tanto das atividades dos empreendimentos como da participação do Estado nas relações econômicas. Assim, o marco legal se constituiria num verdadeiro estatuto que contemplasse as áreas de produção, comercialização, consumo, finanças, trabalho, tributos, compras governamentais, etc. Ademais, esse estatuto da economia solidária abrangeria, como forma de regular a política pública, diversos aspectos que serviriam de parâmetros para as intervenções estatais e para o enquadramento das atividades e empreendimentos dentro da política. Dessa forma, caberiam definições de tipos de empreendimentos, de condições de exercício de atividades, de limites (de valores, de trabalhadores, etc), de práticas aderentes aos princípios solidários, de regras de comercialização e consumo, etc, elementos necessários à garantia do foco da política pública e do desenvolvimento do movimento solidário.

A constituição de uma legislação específica para a economia solidária deve observar as suas características peculiares, sua diversidade de iniciativas e a necessidade que tem de articulação dessas diversas manifestações. A legislação atual que trata de iniciativas econômicas populares, por ser esparsa e elaborada do ponto de vista da constituição e regulação de instituições, não contempla a dinâmica que a economia solidária requer para constituir-se em um outro setor econômico. As leis que disciplinam as atividades de cooperativas, associações e entidades sem fins lucrativos, dentre outras normas, não dão conta da complexidade e da configuração completamente diferente que envolve a economia solidária. Esta peculiaridade é vital na medida em que, de certa forma, impõe limites à atuação dos governos. Não se discute aqui a validade ou não de tal princípio, que, fora os exageros, parece garantir uma certa coerência, transparência e segurança na condução da coisa pública. Entretanto, não se pode deixar de reconhecer esta realidade, que limita e condiciona as ações estatais.

## 6.8 O DESAFIO DA GESTÃO: TRANSVERSALIDADE E INTEGRAÇÃO

A implementação de uma política voltada para a economia solidária vai exigir uma nova forma de atuação estatal no que diz respeito a aspectos organizacionais e operacionais. O desafio que se apresenta, além de uma nova mentalidade condizente com a articulação com setores não governamentais, envolve, em conjugação com as necessárias adaptações legislativas e a superação da estrutura organizacional das esferas administrativas do Estado estabelecida em “ilhas” encarregadas de atividades estanques e, às vezes, descontinuadas.

A multiplicidade de condicionantes e de carências que envolvem as manifestações populares no campo econômico exige uma organização também dinamicamente estruturada do ente público. Além do foco prioritário, defende-se que a atuação estatal ultrapasse os limites da unidade administrativa diretamente responsável pelo fomento à economia solidária e atinja, através da coordenação de ações articuladas e transversais, outras áreas do governo (educação, saúde, infraestrutura, assistência social, etc).

Esse é um aspecto particularmente desafiador para a política pública, pelo que envolve da necessidade de que a visão integrada difunda-se pelas instâncias administrativas, horizontal e verticalmente, como identificação de uma prioridade de governo. Além disso, faz-se fundamental a participação da sociedade civil organizada nos movimentos populares a requerer a efetivação de uma política pública direcionada aos pequenos negócios autogestionários, voltados para a produção e comercialização que ofereçam impactos positivos na geração de trabalho.

A institucionalização de uma política de economia solidária, nas condições atuais – em que o modelo orientador de políticas públicas é radicalmente diferente do inspirador da economia solidária -, sinaliza a intenção de prioridade e expansão, o que exige transversalidade e integração entre áreas de governo (como educação, saúde, trabalho, desenvolvimento econômico, financiamento, etc), conforme Schwengber (2006, apud FRANÇA FILHO, 2007). A suposição é de se criar um contexto favorável, a partir da ação pública, que permita uma alteração significativa no “modo de fazer” políticas públicas, estabelecendo-se horizontes inspirados nos princípios da economia solidária, o que exige a estruturação de meios de articulação intragovernamental neste sentido.

A economia solidária, por seu caráter dinâmico, suas variadas faces nos campos econômico e social, requer uma visão abrangente e articulada de suas diversas manifestações. Nesse sentido, a política pública voltada ao seu fomento deve considerá-la como um projeto de desenvolvimento integrado, que propicie condições para o estabelecimento e a expansão de seus empreendimentos produtivos.

A necessária integração das demais esferas da administração, especialmente as voltadas à atuação social, em torno da economia solidária, torna-se um imperativo em razão da existência de outras iniciativas no campo social. Mesmo em governos, como o atual da Bahia, que optaram por uma política pública de economia solidária, esta convive com ações e empreendimentos, mesmo de geração de trabalho e renda, fora do eixo econômico solidário. São ações coordenadas, apoiadas, supervisionadas e financiadas pelo governo, mas que se tornam – ainda que sob forma de cooperativa, empreendimentos isolados e, depois de assentados, que prosseguem isolados e dependentes do mercado. A implementação de uma

política de economia solidária pressupõe a integração dentro da própria máquina estatal; a ação social em diversas unidades de governo deve, quando for o caso, submeter-se à coordenação técnica da unidade voltada para a economia solidária; os empreendimentos existentes devem integrar a grande rede solidária, num processo gradativo de afirmação do movimento.

A emergência de profundas modificações no aparelho estatal, visando à regulação *“das contradições entre antigos e novos modelos de gestão social”*, é enfatizada por Martins (2006, p.250), que no mesmo texto completa:

Esta reforma das estruturas de poder mostra-se particularmente atual e urgente nas sociedades em que a influência oligárquica e agrária é preponderante, como na América Latina. Nesta zona, assistimos e contradições importantes entre estruturas estatais piramidais, verticalizadas e controladas por certas corporações e grupos oligárquicos, e a demanda popular para a criação de novos mecanismos de participação e de decisão coletivas mais justos e mais igualitários.(MARTINS, 2006, p.250).

## 6.9 O DESAFIO DO CONHECIMENTO E DA CONSCIENTIZAÇÃO: A FORMAÇÃO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A gradativa afirmação da economia solidária, como uma alternativa de raízes comunitárias de inserção econômica de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, não depende somente do incentivo público através do apoio aos empreendimentos na forma de recursos. A afirmação do movimento, para além da estruturação material, não prescinde da consolidação de consciência, motivações e conhecimento técnico dos envolvidos na sua construção – tanto os trabalhadores, como os gestores públicos. O desafio que se apresenta à política pública é o de, superando a pressão dos grupos ideologicamente dominantes, estabelecer objetivos de formação com faces técnica e política.

A visão política da formação comporta duas dimensões que, na verdade, se entrelaçam: a formação para o exercício político da cidadania e o autorreconhecimento, pelos atores, do seu papel em um movimento de transformação. O fortalecimento do movimento de Economia Solidária requer a atuação de pessoas que se identifiquem como agentes da transformação e sintam-

se integrados a esse fim. Este é um aspecto a ser levado em consideração pelo Estado, ao implementar uma política pública de economia solidária, como parte das condições determinantes das mudanças. Assim, a formação incentivada pelo poder público deve privilegiar a estruturação, a organização e a articulação em redes das iniciativas populares, como forma de capilarizar e, conseqüentemente, fortalecer as suas bases.

Os valores solidários e os princípios da autogestão, da cooperação, etc, devem ser reforçados pela concepção político-ideológica dos atores envolvidos com a sua construção, o que, embora não envolva necessariamente posições formais e clássicas de esquerda ou socialistas, abrange a compreensão por cada um da realidade que o cerca, dos interesses em jogo e da importância da mobilização e da participação no processo de criação de uma nova realidade social.

A implementação de ações de formação técnica exige a articulação governamental com entidades de apoio, tais como organizações não-governamentais voltadas para a economia popular e solidária e universidades. O fundamental é a qualificação voltada para, especialmente, as áreas de gestão, produção, comercialização e finanças, como forma de capacitar os trabalhadores na busca por inserção dos seus produtos no mercado. Esta é uma condição de ampliação das iniciativas solidárias em escala produtiva e em número de empreendimentos.

Os empreendimentos de economia solidária, no sentido apresentado por Dowbor (2002), configuram-se, em si mesmos, como verdadeiras experiências com potencialidades educativas. Esse autor defende que, ao contrário das empresas capitalistas, cujas práticas obedecem a uma racionalidade historicamente assentada e prevalecente, os empreendimentos solidários necessitam de participantes reeducados, em função da nova atitude cooperativa e solidária que exigem.

Em linha semelhante, caminham França Filho e Laville (2004), ao reconhecerem que a atuação nos campos da geração de trabalho e renda representa a realização de uma dupla dimensão, a saber: a elaboração de atividades econômicas e, articuladamente com a primeira, a atuação dentro de um espaço público.

Por sua imaterialidade visível e imediata, o desafio da formação e capacitação dos trabalhadores e demais atores envolvidos com a economia solidária tende a ser suplantado em importância quando comparado com as ações estatais mais de apoio e fomento voltadas às próprias atividades produtivas dos empreendimentos. Neste aspecto, entretanto, pelo menos no caso da política descrita neste trabalho, como pode ser visto no capítulo dedicado à atuação da SESOL, observa-se a dedicação de importância a essa área, não só pela existência de um setor responsável por sua coordenação, bem como pelas ações empreendidas em sua direção.

Por fim, como mais um desafio à atuação estatal no apoio à economia solidária, temos uma questão não muito visível, porém requerente de ações proporcionais à sua importância no longo prazo. Trata-se da construção de uma nova visão das pessoas sobre a atividade econômica, fundada em princípios de solidariedade, cooperação e complementaridade, contra a percepção predominante de irremediabilidade do mercado capitalista, como forma de estruturação das atividades econômicas, e da competição, como valor paradigmático.

O desafio da comunicação significa que a opção real pela economia solidária compreende um programa permanente de divulgação dessa alternativa e das ações correlatas, tanto em nível de institucional, através da informação sobre a economia solidária, seus princípios e vantagens e as intenções governamentais, até os empreendimentos típicos, com incentivo a sua difusão e utilização preferencial. O desafio aqui é comunicar, informar e educar.

As possibilidades de sucesso, de frutificar uma nova consciência, encontram um ambiente de domínio ideológico, de baixa participação comunitária, de desmotivação política e, até, de certa indiferença da população quanto à efetividade de algo novo e quanto à confiabilidade da própria atuação das instâncias estatais implementadoras da política. Nesse sentido, as ações da política pública devem também se direcionar para a divulgação do que é, das possibilidades e das atividades da economia solidária.

## 6.10 O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: A MOBILIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

As questões que o Estado - não somente uma unidade federativa, como o Estado da Bahia, mas tomado em seus sentidos mais amplos de instituição política, de ente e espaço público, de instância reguladora e mediadora de conflitos e demandas sociais – tem de enfrentar na construção de uma política pública de economia solidária envolvem diversos níveis de atuação, além de aspectos atinentes ao contexto econômico, político e social e, mais especificamente, a modelos e objetivos de gestão. A criação das condições propícias à afirmação de uma política nova e alternativa não é tarefa que dependa apenas de iniciativas estatais restritas à organização de meios e fins, ainda que a aspectos de gestão seja agregada alguma orientação política. Neste complexo conjunto de fatores e influências, surge como uma diretriz desafiadora a mobilização de comunidades no sentido da participação real no processo de construção da via alternativa.

Embora o contexto econômico recente tenha tido como algumas das consequências a desagregação social, caracterizada pela condenação de camadas da população à exclusão social e à despolitização da visão de mudanças, e o enfraquecimento das políticas sociais, o foco nas instâncias locais propiciou, por outras vias, um certo revigoramento da sociedade civil, mediante a possibilidade de entrada em cena de novos atores sociais e de novas práticas participativas. Ou seja, um novo “espaço público” surgiu no vácuo da ausência do Estado e da perda de credibilidade das formas tradicionais do fazer político.

Dentro desse quadro de mudanças, o discurso participativo ganhou uma nova ênfase, com forte conotação, plural e diversificada, de luta por direitos e exercício de cidadania. Neste sentido, Fedozzi (2005) assim se manifestou, constatando a existência de duas abordagens nas relações entre movimentos sociais e o poder estatal:

[...] a primeira, voltada para a importância de “determinadas garantias institucionais e legais à manifestação, expressão e organização políticas [...] a segunda, enfatizando o caráter público/publicista presente na ideia de esfera pública, marcada pela emergência de novos atores, que buscariam a redefinição do espaço público e do



espaço privado, ampliando desta forma, as fronteiras da política". (COSTA, 1997<sup>16</sup>, apud FEDOZZI, 2005, p. 143).

Pois bem, se as novas relações entre Estado e sociedade sugerem a emergência de uma nova vigorosa participação popular, que dizer da implementação de uma política especificamente voltada para a economia solidária? Esta, por suas características de movimento popular e organizado a partir das chamadas entidades de apoio e fomento - EAF (França Filho, 2006a), instâncias com conhecimento acumulado na área da economia popular e solidária, apresenta-se vocacionada à articulação entre poder público e a sociedade civil representada por essas entidades. Para França Filho (2006d),

[...] as articulações com entidades da sociedade civil, por outro lado, representam uma condição mesmo para efetividade de tais políticas. É como se devêssemos afirmar que tais políticas não se constroem ou podem ser implementadas prescindindo de um tal nível de articulação. (FRANÇA FILHO, 2006d, p. 265).

Este mesmo autor, contudo, mais adiante, adverte:

Embora resida neste aspecto, nitidamente, uma tendência de redemocratização significativa das relações entre Estado e sociedade, elas evidentemente não ocorrem sem dificuldades no espaço da constituição de tais políticas. Muitas são as tensões e fricções caracterizando tal relação, o que parece apontar um paradoxo constitutivo da sua natureza mesmo, ou seja, o de supor um padrão de relação que é sempre o mesmo de cooperação e conflito. Um paradoxo, aliás, que parece inerente à condição e possibilidade do exercício democrático. (Ibid., p. 265).

Portanto, como indica França Filho, para além de uma resposta a demandas e pressões, as políticas públicas de economia solidária aportam uma vocação indutiva de processos de organização da sociedade, caminho também seguido por Ângela Schwengber, ao afirmar:

[...] cabe, sim, ao Estado algum protagonismo; não de ser protagonista da organização da sociedade, mas de ser protagonista de políticas públicas que possam fortalecer a organização da sociedade nessa direção, de que a gente possa realmente construir um modo de produção associado. (SCHWENGBER, 2006, p. 41).

Aos traços inerentes ao próprio caráter inovador da economia solidária, deve-se ter em consideração que essas políticas inserem-se em ambientes sujeitos a

---

<sup>16</sup> COSTA, S. Contextos da construção do espaço público no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 47, p. 179-192, mar -1997.

mudanças políticas conjunturais, o que as torna muito vulneráveis à descontinuidade.

Numa visão mais ampliada, as condições de predomínio de uma economia de mercado, as próprias características históricas do Estado em países como o Brasil, os modelos arraigados de trato, condução e gestão da coisa pública, o histórico domínio político por grupos oligárquicos, especialmente em Estados nordestinos, são, dentre muitos outros, fatores que impõem às ações voltadas para a construção de outra via de desenvolvimento a articulação com a sociedade civil.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O chamado progresso científico, tecnológico associado ao avanço capitalista em nível global, representado pelo crescimento da riqueza produzida, não se traduziu em melhores condições sociais da população em geral e em garantia de trabalho para todos. Assiste-se ao crescimento do fosso entre ricos e pobres; entre os que detêm o capital e os que só têm sua força de trabalho para oferecer. Por outro lado, a intervenção estatal para fazer face a tal situação encontra-se fragilizada pelo que se convencionou denominar de crise do Estado. A direção política e econômica dos países sob estas condições caminhou na direção de, ao seguir o receituário preconizado por organismos internacionais financiadores de projetos de desenvolvimento, afastar-se, em favor de entidades não-governamentais, de atividades antes consideradas típicas de sua atuação. As políticas públicas, então, assumiram caráter compensatório e fragmentado, sob diversos argumentos, dos ideológicos até os supostamente técnicos, como as virtudes do mercado capitalista como alocador eficiente de recursos ou a crônica ineficiência estatal, em resposta à ausência ou insuficiência de políticas universalizadoras e estruturantes e às demandas sociais insatisfeitas. No campo da criação de ocupação para a população socialmente desfavorecida, ganhou terreno a aposta na qualificação profissional, segundo o conceito de empregabilidade, como meio de inserção no mercado de trabalho formal.

As discussões a respeito do papel do Estado, a despeito dos primeiros sinais de esgotamento do modelo de estado-mínimo, a partir de meados desta década, permanecem. Sujeitam-se, nem sempre de forma bem explícita, ao histórico debate

ideológico entre as tendências à esquerda e à direita, e, mais comumente, a razões de suposta racionalidade técnica. A importância da atuação estatal, entretanto, como observado ao longo da exposição sobre políticas públicas, é referendada por vários autores e sob formas diversificadas, seja pela intervenção direta, pela força política, pelo exercício direto de atividade econômica, ou, como no caso da política pública de economia solidária, pelo apoio e fomento a iniciativas populares.

As condições sociais de exclusão, pobreza, desigualdades e desemprego, presentes na realidade brasileira, devem ser vistas a partir de outros parâmetros que determinem um desenvolvimento social integrador e superior ao modelo vigente. Superior em meios e fins. Parte-se, assim, do reconhecimento do importante papel do Estado, através de políticas públicas, no desenvolvimento sócio-econômico. Em se tratando da economia solidária, cuida-se de conduzir uma política pública especial coerente com seu ideário. Trata-se, aqui, de acentuar as próprias características da economia solidária como determinantes das políticas públicas.

Ainda que a atuação de um Estado federado, como é o caso da Bahia, pouco influencie em nível macro e pouco responda às discussões aqui colocadas, parece evidente que este deva conformar sua política de economia solidária a um modo diferente de fazê-la, condizente com os princípios a ela vinculados e dentro de uma real perspectiva de mudança.

Embora a economia solidária não se restrinja a uma ação econômica, a geração de trabalho e renda é o seu grande fio condutor. A crise no mundo do trabalho ofereceu oportunidade de surgimento a meios alternativos de enfrentamento da situação precária dos trabalhadores desempregados. Uma política de apoio e fomento à economia solidária representa um reforço às iniciativas surgidas em camadas populares; uma política pública de construção de condições de superação das dificuldades em encontrar ocupação com renda pelas classes excluídas da sociedade.

Entre o ideal e a realidade, todavia, vai um longo caminho. As limitações e desafios à implementação de qualquer política pública inclusiva e socialmente mais justa, em geral, e de economia solidária, mais particularmente, estão, de saída, sempre presentes, seja por resistência ideológica, seja pela inexistência de condições políticas e legais propícias. Além disso, há outras razões de variadas ordens, desde as limitações (econômicas, orçamentárias e legais) próprias de uma

unidade da federação, como é o caso da Bahia, até a motivos de ordem técnico-administrativo-operacionais da própria organização estatal.

O desenvolvimento social e econômico preconizado pela economia solidária prevê, alternativamente, a ação além do econômico; busca-se uma nova relação homem-trabalho, em que as pessoas assumam a centralidade do processo de desenvolvimento, num processo de emancipação. Além do mais, devido às suas características, grande potencial de articulação em redes e cadeias produtivas e de comercialização, a economia solidária favorece uma dinâmica territorial, do ponto de vista econômico e social, que permite a integração com outras iniciativas, com vistas também, à inclusão do consumo, do crédito e das trocas nessas redes.

Na Bahia, o desenvolvimento econômico, como meio de geração de trabalho, baseou-se, em sua história mais recente, na opção macroeconômica de atração de investimentos mediante facilidades fiscais e como atrativo ao aporte de investimentos privados, numa ponta, e pelo direcionamento à qualificação do trabalhador como fator de empregabilidade, na outra. Ainda no mesmo cenário, como consequência da política neoliberal em nível nacional, as ações tornaram-se pontuais e fragmentadas, mesmo que o discurso justificador fosse o da sustentabilidade e do desenvolvimento local integrado.

Não residem apenas em questões contextuais os obstáculos à implementação de políticas públicas de economia solidária e que as definem como políticas em construção; ou, mesmo, a pluralidade de concepções, estruturação e execução dessas políticas. Há aí presentes, além disso, a própria natureza das iniciativas de economia solidária como movimento popular histórico, as diferentes formas de compreender o que seja a economia solidária, e, enquanto empreendimentos específicos, a lenta inserção em um ambiente marcadamente adverso de predominância da economia de mercado.

A implementação de uma política pública de economia solidária difere, por várias razões, do comum da implementação de outras iniciativas estatais. Talvez a maior diferença esteja mesmo na própria singularidade da economia solidária, como modelo alternativo. Com efeito, o caráter econômico plural, a diversidade de suas faces não-econômicas, o modelo peculiar de sua organização e os princípios a ela vinculados, tornam a economia solidária um desafio a ser decifrado e carregado pelo Estado ao longo do tempo. A variedade de forma de produzir, distribuir, poupar e

investir, presentes em suas iniciativas populares, fazem com que a política pública seja de tal forma variada e transversal que acompanhe essa mesma dinâmica.

A afirmação da economia solidária como forma alternativa do fazer econômico coincide com a exacerbação da exclusão social decorrente do modelo capitalista neoliberal. A crise do desemprego jogou e manteve significativa parcela de pessoas em condições de trabalho na desocupação e informalidade em países como o Brasil.

A criação da SESOL foi, de fato – o que é corroborado pela descrição de sua atuação ao longo desses dois anos -, um importante marco na implantação de uma política pública de economia solidária no Estado da Bahia. O claro sinal dado pelo Governo do Estado com a sua criação manifestou a pretensão de mudanças na política voltada à geração de trabalho e renda, para um modo alternativo de enfrentamento da exclusão social. No ideário de ação da SESOL constam a busca de integração e transversalidade nas ações do Governo direcionadas à inclusão social, segundo princípios da economia solidária, de justiça distributiva, de valorização dos territórios, de promoção e afirmação do ser humano e do trabalhador. Além disso, o apoio que a SESOL vem prestando, através de parcerias, a iniciativas de economia solidária, com o objetivo de estimular a criação, desenvolvimento e integração de projetos populares, representa um promissor divisor de águas na forma de atuar na área social pelo Estado, ainda que esteja distante da idealização presente nos princípios da economia solidária.

Na busca pela promoção do trabalhador e sua inserção econômica sob outras bases, a SESOL vem focando sua atuação no fomento a iniciativas de economia solidária, na criação de um sistema articulado de finanças solidárias e na formação dos trabalhadores e demais atores envolvidos para suprir carências técnicas e promover a conscientização quanto à importância e sentido da economia solidária. O elenco de ações privilegia o acesso ao emprego e trabalho digno, em condições saudáveis, realizadas em condições saudáveis, com remuneração adequada e relações de respeito aos direitos do trabalhador. A política baiana de economia solidária compreende, ainda, o apoio a empreendimentos geradores de trabalho e renda, em atividades de economia solidária e para a população mais carente, através do fomento direto à implantação de estruturas físicas e produtivas, redes de comercialização e qualificação.

Assim como ocorre no fomento a empreendimentos, a política de incentivo às finanças solidárias na Bahia ainda não se configura como uma realidade alternativa com resultados significativos percebidos e não reflete as reais possibilidades desse tipo de atividade. Isto ocorre devido ao estágio inicial da política baiana, ao nível ainda incipiente do movimento de economia solidária no Brasil, além das dificuldades advindas da falta de uma legislação adequada. As ações iniciais voltam-se para o crédito a pequenos empreendimentos, mediante subsídios de organizações não governamentais, religiosas, estrangeiras entidades públicas e financiamentos provenientes de instituições financeiras estatais. Apesar das dificuldades iniciais, as finanças solidárias representam um dos mais importantes campos de atuação da política pública. A capacidade de fomentar uma dinâmica econômica própria aos empreendimentos é fator decisivo na sustentabilidade e articulação das variadas iniciativas de economia solidária, tanto do ponto de vista da formação de redes da produção ao consumo, como de um setor de finanças solidárias estruturado por cooperativas, organizações sociais, consórcios e fundos, como agentes de crédito próprio, para a constituição de recursos voltados ao financiamento a empreendimentos e iniciativas aderentes aos valores e princípios solidários.

O avanço da SESOL no campo da formação e divulgação, vias fundamentais para a afirmação da política pública. As iniciativas representadas por cursos, seminários, apoio a incubadoras de empreendimentos, dentre outras ações, tendem a favorecer a adoção do ideário solidário pelos atores envolvidos, e não somente pelo aspecto técnico, o conhecimento da comunidade sobre a economia solidária constitui-se em fator essencial a sua consolidação como política pública. A gradativa afirmação da economia solidária, como uma alternativa de raízes comunitárias de inserção econômica de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, não depende somente do incentivo público através do apoio aos empreendimentos na forma de recursos. O movimento de economia solidária tem raízes populares; assumiu o espaço apresentado pela exclusão social e pela crise do emprego formal. Entretanto, não logrou ainda difundir-se em quantidade significativa. A expansão territorial das iniciativas depende, em boa medida, da ação das políticas públicas. Para tanto, além do apoio material e a assessoria a empreendimentos propriamente ditos, a presença do Estado tem de mirar aspectos de formação, conscientização e

divulgação das práticas solidárias e sua potencialidade. O conhecimento, no sentido aqui aventado, pode assumir dimensões distintas, a depender do tipo de informação e atores envolvidos. A dimensão técnica surge na qualificação dos trabalhadores organizados em cooperativas ou associações, que demandam o conhecimento de práticas como, por exemplo, as de gestão. A dimensão operacional dirige-se mais especificamente aos gestores e agentes públicos, responsáveis pela condução executiva das ações vinculadas à política pública de economia solidária. A conscientização engloba um aspecto político, de caminho contra-hegemônico e de cidadania participativa, e, outro, de autorreconhecimento pelos atores, em todos os âmbitos de intervenção, como partícipes integrados e identificado com um movimento de transformação da realidade que lhes é adversa.

O governo estadual baiano manifestou, através de um documento oficial de planejamento das ações executivas, a intenção de implementar uma política pública de economia solidária. A atuação da unidade administrativa diretamente encarregada de levar adiante tal política tem demonstrado, ao longo desses primeiros pouco mais de dois anos, a determinação de perseguir esse intento. Embora a efetividade das ações de governo devam sempre ser medidas em função dos resultados, o fato de a política ser denominada de economia solidária cria uma vinculação evidente de fins, mas, também, de meios. Assim, a política pública em implementação – cujas direções essenciais pretendem ser a da geração de trabalho e renda, do desenvolvimento econômico e social integrado dentro de um território e da criação de novos laços comunitários baseados na cooperação e solidariedade – submete-se à condição de assegurar consonância com os princípios nucleares da economia solidária e não encobrir, com a retórica, mais um modismo. Há, também, o perigo de políticas, mesmo intencionalmente alternativas e opostas à atuação estatal costumeira, afastarem-se dos princípios alternativos que as moldam e aproximarem-se, na execução das ações, de uma atuação similar ao que historicamente já se faz no âmbito estatal. Por outro lado, a política pública, a ser genuinamente dita de economia solidária, deve não só balizar-se em seus princípios, como também buscar a transformação social das comunidades em que floresça. Ações que reproduzam as práticas comuns de ação social, sem uma visão transformadora e de outro modo insercional, não será, efetivamente, uma política pública de economia solidária.



Alguns dos obstáculos no sentido da implantação da aderência da política à economia solidária residem, conforme as reiteradas manifestações de gestores executores da política pública, na estrutura, práticas e “cultura organizacional” da máquina estatal. Nesta, predomina uma racionalidade diferente da presente na prática de atividades fora do eixo estatal. No caso dos empreendimentos, as situações comuns em que há necessidade de agilidade de decisões ou providências por parte do acompanhamento e apoio estatal, as respostas muitas vezes demoram ou estancam barreiras nem sempre bem definidas.

A implementação de uma política voltada para a economia solidária exige, desse modo, uma remodelação cultural e operacional dentro da estrutura organizacional estatal. Configura-se, como visto, um verdadeiro desafio, que envolve a superação de esferas administrativas estabelecidas em “ilhas” encarregadas de atividades estanques e, às vezes, descontinuadas, e, até, possivelmente, aspectos legais. Propõe-se que a atuação estatal vá além do órgão encarregado diretamente da coordenação das ações e chegue, de modo integrado, em um processo de articulação e transversalidade, outras áreas do governo.

Da análise das características da economia solidária e, ao mesmo tempo, do direcionamento dado às ações do governo baiano, verifica-se a carência de um marco legal regulatório que abranja vários setores ligados ao incremento da nova política. Esta é uma condição essencial ao desenvolvimento da economia solidária como política pública. Primeiramente, porque a administração pública obedece ao princípio da legalidade, o que restringe o avanço para além de seus limites. Depois, as iniciativas populares necessitam de condições favoráveis de inserção e desenvolvimento em áreas como as de finanças, compras públicas e tributos, as quais se vinculam a legislações próprias e já estabelecidas.

Outra questão importante e desafiadora a destacar refere-se à opção por determinado modelo de geração de emprego e renda, que sirva de balizador para o apoio estatal aos projetos populares. O Estado, historicamente, tem optado por políticas subordinadas à lógica da acumulação capitalista. A postura estatal tem se traduzido em iniciativas visando à criação de condições de geração de empregos formais e, para estes, a preparação de parcela de trabalhadores. O modelo defendido pela economia solidária afasta-se dessa lógica e propugna o que se conhece como via sustentável-solidária (FRANÇA FILHO, 2008) como caminho de acesso de pessoas carentes a trabalho e renda.

O movimento de economia solidária luta em um espaço em que as ações e recursos de governo são demandados por diversos setores sociais, populares ou não. Vislumbra-se, então o desafio de a ação estatal utilizar sua estrutura, organização e meios em coerência com a intenção de viabilizar a economia solidária como uma forma alternativa popular de desenvolvimento econômico e social, de geração de trabalho e renda, de superação do modelo capitalista e de incentivo a novas formas de relações de trabalho e sociais.

As dificuldades surgidas na construção de uma política pública de economia solidária superam as condições adversas sempre presentes na implementação de quaisquer políticas públicas; têm origem no ambiente econômico que determina e conforma o Estado; surgem, também, em outro extremo, na operacionalização das ações que dão visibilidade à política. A ascensão recente, considerado o longo contexto histórico da realidade econômico-social brasileira, da economia solidária à condição de política pública e, mais particularmente, no caso da Bahia, o estágio ainda inicial dessa iniciativa estatal, permitem a afirmação de que se trata, em efetivo, de uma política em construção, independentemente da generalização possível desta característica a qualquer política pública ou dos demais elementos próprios da economia solidária que dão suporte à constatação. Este sentido, de política em construção, não se limita ao presente e ao que já foi feito, mas estende-se ao futuro, posto que a própria natureza transformadora desta política pública e as condições que cercam sua implementação sugerem um processo dinâmico e positivo de interação entre meios e resultados.

O papel do Estado é requerido como indutor do surgimento e avanço de práticas representativas de um modo alternativo de produção ao capitalismo e de novas experiências organizativas. A efetividade de sua atuação está relacionada a diversos fatores dos quais, destacam-se: o avanço no apoio aos empreendimentos solidários, à formação de redes de produção, comercialização e trocas, ao estabelecimento de um sistema de finanças solidárias; ao florescimento de uma consciência favorável nas comunidades envolvidas e entre os seus gestores; à constituição de um arcabouço legal apropriado e específico que inclua aspectos favoráveis em termos de tributação, compras públicas e crédito popular. Este e alguns outros não elencados são tópicos geradores de parâmetros de avaliação da política pública aqui tratada; a consolidação da política e sua afirmação, entretanto, dependerão do nível de aceitação social, o que, por sua vez, virá de seus resultados

transformadores nas comunidades e da mobilização destas através de suas instâncias organizadas.

A efetividade da atuação do poder público dependerá, desse modo, do sucesso em induzir a organização comunitária para as novas práticas econômico-sociais e em criar um novo ambiente de relações mais democráticas entre o Estado e a sociedade.

As ações iniciadas, as intenções declaradas e o ideário preconizado não fazem, por si mesmos, a efetividade de uma política pública. Os desafios que se apresentam são reais e de diversas naturezas. A política pública de economia solidária tenta se afirmar em um ambiente capitalista, tanto numa visão macro, em que se toma em consideração a prevalência do modelo hegemônico, quanto do ponto de vista mais próximo dos empreendimentos e outras iniciativas, que nascem num mercado sujeito à lógica da competição, da exclusão e da acumulação. Este contexto exige uma conformação peculiar da política pública de economia solidária, que deve ser direcionada para a afirmação e favorecimento deste modo alternativo de fazer o econômico.

A tarefa do Estado, na consolidação dessa nova economia, em que o ser humano esteja à frente da produção e em que os valores de cooperação e solidariedade sobrepujem os de acumulação e competição, é longa e difícil. Não cabem recomendações pontuais a fazer, em detrimento dos grandes desafios que se apresentam. Além do apoio aos empreendimentos e às instituições envolvidas, a política pública deve atentar para a necessidade de viabilização de sistemas de finanças solidárias e da criação de um marco legal favorável. Há que se ter cuidado com a aderência da política aos princípios da economia solidária, que justificam tal política, e com a formação de uma consciência política favorável às mudanças.

Como política ainda recentemente iniciada na conformação institucional atual, a política pública baiana parece promissora. As discussões e propostas dentro do tema, contudo, mal começaram; espera-se que a continuidade do debate, alimentado por novos estudos acadêmicos e pela prática da implementação pelo Estado, gere não apenas o aperfeiçoamento das visões sobre o tema, mas, também, se reflita na melhoria da atuação estatal e das condições de vida da população mais carente.

## REFERÊNCIAS

ALBAN, Marcus. **O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital**. In: Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional, XXI, 2005, Salvador, BA, Anais. Salvador: ANPUR, 2005.

ALVES, R. M. **Dilemas e Perspectivas da Construção Local e Territorial do Desenvolvimento Sustentável e Solidário**. Brasília: 2005, mimeo.

AMORIM, B. M. F. e H. E. ARAÚJO. **Economia Solidária no Brasil: Novas Formas de Relação de Trabalho?** Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Ministério do Trabalho e Emprego, p.45-52, agosto–2004.

AKTOUF, Omar. **Pós-globalização, a administração e a racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático**. Emir Sader & Pablo Gentili (Org.). Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.

ANTUNES, R. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho**. Revista de Serviço Social & Sociedade, n. 50, p. 79-86, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?: Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, SP: Cortez, 1999, 155p.

ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, jun. 1999, vol. 14, no. 40, p. 111-141.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A.D (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

AVENA, Armando. **A nova economia da Bahia**. Jornal Correio da Bahia – 10/12/2006. Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/conteudo.php?ID=1572>. Acesso em: 05/06/2009.

\_\_\_\_\_. Bahia: uma nova configuração econômica. In: AVENA, A. et al (Org.). **Temas estratégicos – subsídios para a formulação de políticas públicas**. Salvador: SEPLAN, 2006, pp. 13-27.

BEHRING, Elaine. **O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. **20 anos de Economia Popular Solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CANDIA, José Miguel. **Exclusion y pobreza. La focalizacion de las políticas sociales**. Nueva Sociedad. Caracas, n. 156, p 116-126, jul./ago. 1998.

CARBONARI, Paulo C. **Economia Popular Solidária: possibilidades e limites**. Seminário Regional de Trabalho e Economia Popular Solidária. Passo Fundo: IFIL, 1999.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papyrus, 2005.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CATTANI, Antônio David. Trabalho e autonomia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Economia Solidária**. Cultura Vozes n. 6 – ano 96 – nov-dez, 2002. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. A outra economia: os conceitos essenciais. In CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 9-14.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Economia Baiana: Configuração Estrutural e Desempenho Recente**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 35, nº 1, p. 77-93, jan-mar. 2004.

CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

COELHO, Franklin D. Reestruturação Econômica, Políticas Públicas e as Novas Estratégias de Desenvolvimento Local. In BAVA, Silvio Caccia (Org.).

**Desenvolvimento Local: Geração de Emprego e Renda.** São Paulo, Instituto Polis, n. 25, pp. 45-62, 1996.

CORAGGIO, José Luís. **Economia urbana: la perspectiva popular.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

\_\_\_\_\_. José Luis. A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal, in PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **Economia Solidária. Um Setor em Desenvolvimento.** Rio Claro. Prefeitura de Rio Claro, 2002.

COSTILLA, Lucio Oliver. **El Estado y la democracia em América Latina bajo la globalizacion neoliberal.** Caderno CRH. N. 35, jul/dez 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – Um Estudo sobre seu Pensamento Político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAL RI, Neusa Maria. & VIEITEZ, C. G. A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DEMO, Pedro. **“Focalização” de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 76, novembro de 2003.

DOWBOR, Ladislau. A Intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento. In BAVA, Silvio CACCIA (Org.). **Desenvolvimento Local: Geração de Emprego e Renda.** São Paulo, Instituto Polis, n. 25, pp.29-44, 1996.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DRAIBE, Sonia e WILNES, Henrique. **“Welfare State”, crise e gestão da crise: um balanço da literatura.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1988, v. 3, n. 6, fev. 1988, p. 53-78.

DUPAS, Gilberto. Os grandes desafios da economia globalizada. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 430-455.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, 1995. 8a. ed., cap. 1-2, p. 1-46.

FEDOZZI, Luciano. Participação nos Governos Locais do Brasil Contemporâneo. **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Gestão Pública e Participação**. Salvador, n. 8, p. 136-168, dez-2005.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRAISSE, Laurent. Os desafios de uma ação pública em favor da economia social e solidária. In: França Filho, G., Laville, J.L.; Magnen, J.P.; Medeiros, Al. (Org.). **Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional**. Salvador-Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, 2006, p. 237-243.

FRANÇA, C. L.; VAZ, J. C.; SILVA, I. P. **Do experimentalismo difuso a uma política nacional de desenvolvimento local: uma abordagem introdutória**. Instituto Polis - Publicações Polis, São Paulo, n. 40, p. 5-13, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Bahia Análise e Dados. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002 v.12, n.1, Jun/2002.

\_\_\_\_\_. A economia popular e solidária no Brasil. In: França Filho, G., Laville, J.L.; Magnen, J.P.; Medeiros, A. (Org.). **Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional**. Salvador-Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, 2006a.

\_\_\_\_\_. O estudo sobre os municípios do Recife, de Aracaju e São Paulo, e o Governo da Bahia. In: MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, A; SCHIOCHET, V. **Políticas Públicas de Economia solidária – Por um outro desenvolvimento**. Recife: editora Universitária da UFPE, 2006b.

\_\_\_\_\_. Exposição. In: **Políticas Públicas de Economia Solidária - Oficinas de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária – Centro de Pesquisas e Estudos Josué de Castro**. Dezembro, 2005. Recife. Anais: Editora Universitária – UFPE, 2006c, 199p.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: França Filho, G., Laville, J.L.; Magnen, J.P.; Medeiros, Al. (Org.). **Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional**. Salvador-Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, 2006d, p. 259-267.

\_\_\_\_\_. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**. Civitas, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan.-jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **A Via Sustentável Solidária no Desenvolvimento Local**. O&S – Organização e Sociedade. Salvador, n. 45, p. 219-232, abril-junho de 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de; CUNHA, E. V. da. Incubação de Redes de Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2009, p. 224-230.

FRANÇA FILHO, G. C.; SANTANA JÚNIOR, G. . **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: reflexões à luz da experiência baiana**. In: VI Conferência da Rede Regional América Latina e Caribe da International Society For Third Sector Research. 2007, Salvador. Disponível em: <http://dowbor.org/ar/07/genautolocal.doc>. Acesso: 16.dezembro.2008.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2009, p. 31-36.

FRANCO, Augusto de. **Além da Renda – A Pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Brasília: Millennium Instituto de Política, 2000.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, Luiz Inácio. **Significados e tendências da economia solidária**. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. Set. 2000. p.29-42.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. Porto Alegre: Cáritas Brasileira/RS e os Governos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, apoio CNPQ e FAPERGS (mimeografado), 2002.

\_\_\_\_\_. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: CATTANI, A.D (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

\_\_\_\_\_. As emancipações no presente e no futuro In: GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**, Porto Alegre, UFRGS, 2004.

GALVÃO, M. N. Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

GIRARD, Christiane. Exposição. In: **Políticas Públicas de Economia Solidária - Oficinas de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária – Centro de Pesquisas e Estudos Josué de Castro**. Dezembro, 2005. Recife. Anais: Editora Universitária – UFPE, 2006c, 199p.

GOHN, Maria da G. Políticas públicas e sociedade civil no Brasil nas últimas décadas. In: CARVALHO, D. B. B. **Novos paradigmas da política social**. Brasília:



UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002.

GÓMEZ, José Maria. Globalização da política – Mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. PLANO Plurianual – PPA – 2008-2011. Salvador: SEPLAN, 2007, 15p.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Tradução de Carlos Néelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, 143 p.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

IVO, Anete B.L. Políticas Sociais de Combate à Pobreza nos Anos 1990: Novas Teses, Novos Paradigmas, In: **Pobreza e Desigualdades Sociais**, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2003, 296 p. (Série Estudos e Pesquisas, 63).

KAPRON, S.; FIALHO, A. L. **Políticas Públicas para a economia solidária. A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez, 2002b.

KON, Anita. Impactos das políticas de estabilização econômica sobre a estruturação do trabalho na América Latina. In: KON, Anita et al. (Org.). **Costos sociales de las reformas neoliberales en America Latina**. Caracas: 2000, Miguel Ángel García e Hijo, v. 01, p. 204-216.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia de setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia de setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 15-37.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LANGER, A. **Pelo Êxodo da Sociedade Salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz.** Vale dos Sinos: Unisinos. 2004.

LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G. C. de; MEDEIROS, A., MAGNEN, J-P . Introdução. In: FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A., MAGNEN, J.P. (Org.). **Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre / Salvador, Editora da UFRGS / EDUFBA, 2006, pp. 11-17.

LEÃO, Geraldo M. P. **Dimensões educativas da economia solidária: potencialidades e contradições do trabalho autogestionário.** Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social. Salvador: n. 203, p. 9-24, janeiro-fevereiro 2003.

LEROY, J. P. et al. **Tudo ao mesmo tempo agora. Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis, Vozes, 2002.

LINDBLOM, C.E. **O Processo de Decisão Política,** Brasília: UnB, 1981.

LISBOA, A. M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de Estilo Acadêmico – Monografias, Dissertações e Teses.** 4. ed. Salvador: EDUFBA, 2006, 145 p.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos.** Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Cadeias Produtivas Solidárias. In CATTANI, Antonio David (Org.). **A Outra Economia.** São Paulo: Veraz, 2003.

MARQUES, Eduardo C. **Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos.** BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 43, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique. Poder político, ação Pública local e economia solidária. In: França Filho, G., Laville, J.L.; Magnen, J.P.; Medeiros, A. (Org.). **Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional.** Salvador-Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, 2006. p. 245-256.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. 1, Livro Primeiro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P.70-78.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1982. 203 p.

O'CONNOR, James. **A Crise do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

OFFE, Claus. **A democracia partidária competitiva e o "Welfare State" keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. A crise estrutural do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 356-386.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? IN: SPINK, Peter et al. (Org.). **Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção**. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV-EAESP, 2002, pp.11-31.

OLIVEIRA, Francisco. **O capital contra a democracia**. In: Seminário "Os sentidos da Democracia e da Participação". São Paulo: Instituto Polis, 2004.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa – Abordagem Teórico-Prática**. 12. Ed. Campinas: Papirus editora, 2006, 124 p.

PAEZ, L. F. V. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Cisma Edições, 2001.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília (DF): FUNCEP, 1986.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas Alternativos de Produção. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAZETO, Luiz. **O Papel Central do Trabalho e a Economia de Solidariedade**. Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, 1998.

REIS, Elisa P. **Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, no. 51, p. 11-14.

ROCA, Humberto Ortiz. **Economia Solidária. Hacia una nueva civilización**. 2001

ROCHA, Sônia. **Opções Metodológicas para a Estimação de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

RODRÍGUEZ, César e SANTOS, Boaventura de Souza. **INTRODUÇÃO: para ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria. (Org.). **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SACHS, Ignacy. **Quo vadis, Brasil?** In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 488-501.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento, includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalização e Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

\_\_\_\_\_. **O Futuro do FSM: o trabalho da tradução**. Revista Democracia Viva, n. 25, janeiro/fevereiro - 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Reginaldo de Souza. Políticas Públicas da Bahia nos anos 80 – O desempenho das finanças públicas baianas – anos 80. In: Santos, Reginaldo de Souza (Org.). **Políticas Públicas Baianas: Análises e Perspectivas**. Salvador: Editora Universitária Americana, 1991a, pp. 64 - 75.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e Pontos para uma Agenda de Governo. In: Santos, Reginaldo de Souza (Org.). **Políticas Públicas Baianas: Análises e Perspectivas**. Salvador: Editora Universitária Americana, 1991b, pp. 176-200.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. **Políticas Públicas – coletânea**. Brasília: ENAP, 2006, vol. 1, pp. 21-42.

SCHWENGBER, Ângela. **Diretrizes para uma política pública de economia Solidária: a contribuição da Rede de Gestores**. 2004a. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_rede.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_rede.pdf). Acesso em: 19.novembro.2008.

\_\_\_\_\_. Re-constituir o caráter público do Estado e das Políticas. In: SCHWENGBER, A.; GUIMARÃES, G. (Org.). **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: a contribuição dos gestores públicos**. Rio de Janeiro: Rede de Gestores/ITCP COOPPE/UFRJ, 2004b, p. 13-14.

\_\_\_\_\_. Exposição. In: **Políticas Públicas de Economia Solidária - Oficinas de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária – Centro de Pesquisas e Estudos Josué de Castro**. Dezembro, 2005. Recife. Anais: Editora Universitária – UFPE, 2006, 199p.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo**. Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999a. 182 p.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo, Contexto, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. e A. R. SOUZA. **A Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

SOUZA, Celina. **"Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, n. 51, p.15-20.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2002.

TAVARES, J. N. **O Conceito Marxista do Estado: Uma Introdução**. Encontros com a Civilização Brasileira. São Paulo: Vol. 7. janeiro 1979.

TAVARES, M. A. **Os fios (In)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, E. C. **O Local e o Global – limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

THERBORN, Göran. Dimensões da globalização e a dinâmica das desigualdades. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa Qualitativa em Administração – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, 237 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ANEXO A

### Regimento da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte –

#### Competência da Superintendência de Economia Solidária

Decreto nº 10.454 de 13 de Setembro de 2007

#### CAPÍTULO I: Finalidade e Competência

Art. 1º - A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, criada pela Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, modificada pelas Leis nos 7.435, de 30 de dezembro de 1998, 9.424, de 27 de janeiro de 2005, e alterada a sua denominação e estrutura organizacional pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, tem por finalidade planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de economia solidária e de fomento ao esporte.

[...]

#### CAPÍTULO III: Competência

##### Seção VII: SESOL - Superintendência de Economia Solidária

Art. 11º - À Superintendência de Economia Solidária, que tem por finalidade planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações e programas de fomento à economia solidária, compete:

I. promover ações que orientem a intervenção do Estado para o desenvolvimento, direcionando-as para a criação de condições mais justas de produção e distribuição de riquezas com valorização das especificidades dos territórios;

II. consolidar a economia solidária como uma estratégia viável de desenvolvimento;

III. estimular as relações sociais de produção e consumo, baseadas na cooperação, na solidariedade, na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

IV. planejar, executar, acompanhar, avaliar e subsidiar as ações e os programas relacionados à economia solidária e micro-finanças, tendo em vista a consolidação da política pública estadual de economia solidária;

V. colaborar com outros órgãos do governo estadual na formulação, implementação e avaliação de políticas sociais, de desenvolvimento, trabalho e renda;

VI. estimular e avaliar as parcerias com órgãos públicos nas três esferas de Governo, com os movimentos sociais, organizações não-governamentais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas de cooperativismo e associativismo;

VII. fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária;

VIII. promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

IX. estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive os de economia popular;

X. elaborar e propor medidas para a articulação de políticas de finanças em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados, legitimando novas institucionalidades econômicas;

XI. apoiar, tecnicamente, os órgãos colegiados da Secretaria, em sua área de competência;

XII. por meio da Coordenação de Formação e Divulgação:

a) promover e colaborar com o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas e de informações na área da economia popular solidária;

b) promover ações de troca de saberes e de formação interdisciplinar no campo da economia solidária;

c) orientar a gestão de informações, conhecimentos e dados estratégicos sobre a economia solidária e o uso dos recursos tecnológicos apropriados;

d) promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e a promoção da economia solidária;



e) coordenar estudos sobre temas que visem ao fortalecimento da economia solidária e à difusão do conhecimento;

f) viabilizar a construção do marco legal da economia solidária, com participação ampla da sociedade civil e de outros órgãos do Estado;

g) divulgar os conceitos e as práticas de comércio justo e consumo consciente, ético e solidário;

h) propor, elaborar e garantir o acesso a material de divulgação de economia solidária, garantindo a democratização da comunicação, fortalecendo as redes alternativas de comunicação popular e de massa;

i) desenvolver e manter atualizados sistemas públicos de informações sobre economia solidária;

j) exercer outras atividades correlatas.

#### XIII. por meio da Coordenação de Fomento à Economia Solidária:

a) promover ações, elaborar e coordenar programas e projetos que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária;

b) coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações governamentais, não-governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições para o desenvolvimento de programas de fomento à economia solidária;

c) promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante a abertura e fortalecimento de canais de comercialização;

d) fortalecer o assessoramento técnico e gerencial dos empreendimentos solidários e de produção comunitária;

e) estimular o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos empreendimentos solidários;

f) exercer outras atividades correlatas.

#### XIV. por meio da Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias:

a) coordenar, executar e acompanhar as ações de microcrédito e de finanças solidárias, no âmbito do Estado;

b) contribuir com as políticas de micro-finanças, estimulando o cooperativismo de crédito, os bancos comunitários e outras formas de organização deste setor;

c) promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes;

d) viabilizar, através de convênios, o acesso a fontes de financiamento para empreendimentos solidários e de produção comunitária;

e) realizar estudos de viabilidade técnica e econômica para projetos de micro-empresendimentos a serem financiados;

f) acompanhar e avaliar os empreendimentos financiados;

g) estimular, através do microcrédito, atividades sócio-ambientais sustentáveis nos espaços urbanos e rurais, considerando a diversidade dos territórios e das culturas;

h) exercer outras atividades correlatas.

## **ANEXO B**

### **AÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SESOL - ANO DE 2008**

#### **PROGRAMA BAHIA SOLIDÁRIA**

##### **1 - Apoio à Geração de Trabalho e renda em Atividades de Economia Solidária**

Esta Ação atividade se refere à sensibilização, mobilização, capacitação e financiamento por meio de processo seletivo, através de edital ou de chamada pública, para projetos sócio-produtivos de considerável viabilidade socioeconômica e que sejam capazes de apresentar contribuições e inovações de produto, processo e/ou gestão por parte de associações e cooperativas praticantes dos princípios e valores de Economia Solidária em parceria com instituições públicas ou privadas de pesquisa e ensino superior, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, centros tecnológicos, programas de responsabilidade sócio-ambiental de empresas e/ou instâncias do Poder Público Municipal.

##### **2 - Promoção de Ações de Geração de Trabalho e Renda para a População Carente**

A ação se destina a promover e apoiar o processo de inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, prioritariamente beneficiários do Bolsa Família, residentes em municípios pertencentes aos Territórios de Identidade previamente selecionados segundo critérios definidos e publicados no edital. Objetiva a geração de renda, por meio do trabalho coletivo com a formação de núcleos produtivos associativos (NPAs) para posterior constituição de cooperativas e/ou outros sistemas associativos. Busca, também, a consolidação de metodologia específica de monitoramento e avaliação de projetos de inclusão produtiva e/ou enfrentamento de pobreza, e em ultimo nível identificar experiências exitosas para multiplicação nos anos seguintes do Plano Plurianual (PPA).

### **3 - Apoio a Cooperativas e Associações Atuantes com Resíduos Sólidos**

O Programa Reciclar foi criado para apoiar a organização dos trabalhadores catadores de resíduos sólidos, em cooperativas, associações e a formação de redes de empreendimentos deste segmento. Neste sentido, o Programa busca reverter a situação de miséria em que se encontram estes trabalhadores, não apenas capacitando-os para o trabalho profissional de reciclagem, mas também fomentando a organização destes, de maneira cooperativa, formando redes solidárias, e apoiando a estruturação das unidades de triagem.

### **4 - Implantação e Manutenção de Centros Públicos de Economia Solidária**

A proposta de criação de centros públicos de referência em economia popular solidária visa suprir a muitos dos entraves que envolvem os empreendimentos da economia solidária por meio da criação e manutenção de estruturas especializadas capazes de oferecer os serviços demandados pelas organizações solidárias, que possuem muitas peculiaridades não interpretadas por estruturas e sistemas convencionais de apoio ao empreendedorismo. Além disso, estas estruturas multifuncionais servirão, também, como núcleos de desenvolvimento da economia popular solidária no seu território ou região de abrangência, permitindo que os próprios atores locais desenvolvam ações estratégicas para a resolução dos problemas na produção e comercialização. Outra peculiaridade é que os Centros Públicos de Economia Popular Solidária reúnem um amplo conjunto de funções voltadas para o setor, o que significa uma vocação para a transversalidade das ações voltadas para o desenvolvimento, uma vez que propicia o fortalecimento dos atores sociais que atuam na geração de trabalho, renda e desenvolvimento social de maneira integrada.

### **5 - Apoio à implantação de Instituições de Finanças Solidárias**

O projeto estadual de Finanças Solidárias tem por objetivo promover desenvolvimento econômico local e melhoria da qualidade de vida das regiões com baixo IDH. Esta ação incorpora a concepção de que as finanças solidárias constituem-se em um ramo das microfinanças, composto por iniciativas que

valorizam o potencial de mobilização de investimentos territoriais. O financiamento conjunto das unidades de produtivas e o consumo local, as redes de produção e as relações entre os indivíduos e a comunidade como modalidade não patrimonial de garantia e controle.

Os Bancos Comunitários são uma modalidade das finanças solidárias, os quais buscam viabilizar a utilização de recursos econômicos, por meio de instrumentos financeiros alternativos, de forma a incidir na redução da pobreza e eliminação da exploração do trabalho.

## **6 - Atualização do Sistema Estadual de Informações em Economia Solidária**

Tal atividade visa à continuidade do mapeamento e a construção de um banco de dados relativo aos empreendimentos de socioeconomia solidária existentes no Estado da Bahia, em consonância plena com as ações já desenvolvidas pela SENAES, com as diretrizes formuladas pela Coordenação Gestora Nacional – CGN e em gestão conjunta com a Coordenação Gestora Estadual - CGE. Vale lembrar que a Bahia já possui cerca de 1611 empreendimentos mapeados, sendo que grande parte dos municípios ainda não foi visitada pela equipe responsável, haja vista a dimensão territorial deste estado.

## **7 - Apoio à implantação e manutenção de Incubadoras Públicas**

O Projeto Estadual de Incubadoras de Economia Solidária tem por objetivo estimular a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, fortalecendo os empreendimentos de economia popular e solidária do estado da Bahia, através da implantação de estruturas públicas de incubação. Através desta ação, pretende-se, por meio das incubadoras constituídas, ampliar o nível de renda dos trabalhadores através do apoio e fomento a criação de novos empreendimentos econômicos solidários, bem como o fortalecimento dos empreendimentos existentes, tendo em vista o alcance da sustentabilidade em suas dimensões: social, econômica, política e gerencial.

## **8 - Apoio a Trabalhadores Organizados em Autogestão para Recuperação de Empresas**

Esta linha de ação tem o intuito de fomentar e apoiar arranjos de recuperação de empresas autogestionárias, inclusive procurando viabilizar institucionalmente processos de mobilização de recursos junto a outros atores (sejam financeiros tradicionais, públicos de outras esferas ou do terceiro setor, nacional ou internacionalmente). Para tanto, é necessário primeiro identificar e mapear empresas em situação falimentar e com elevados débitos trabalhistas que sejam passíveis de reorganização através de iniciativas autogestionárias e organizar processos regionais de sensibilização e formação de trabalhadores para adaptação das metodologias tradicionais de gestão empresarial (planejamento, administração e finanças, produção, marketing, logística e distribuição, dentre outras) para o exercício dos princípios e práticas de organização autogestionária do trabalho e da Economia Solidária.

## **9 - Realização de eventos sobre Economia Solidária**

As experiências práticas de formação em economia solidária, que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos pelos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, incluídas neste rol as Feiras, Seminários e Plenárias, bem como as redes de articulação dos atores da economia solidárias, são ações importantes para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários na busca por alternativas frente à desigualdade e à marginalização dos trabalhadores produzidas pela competição e relações de subordinação características do capitalismo. A inter-relação dos diversos empreendimentos potencializa um setor econômico que gera renda para cada vez mais trabalhadores e defende a organização social guiada por outros princípios, propiciando uma melhora substancial na qualidade de vida dos envolvidos.

## **10 - Apoio à Concessão de Crédito Produtivo e Orientado**

O projeto de Apoio à Concessão de Crédito Produtivo e Orientado tem por objetivo, criar as condições materiais e de atividade para que o efetivo acompanhamento, a

monitoração, e a avaliação das agências bem como a divulgação do Programa CrediBahia promovam a ampliação da sua efetividade, eficiência e eficácia.

Essa condição, portanto, possibilitará um aumento da clientela beneficiada com redução nos atrasos dos pagamentos dos empréstimos, na queda da inadimplência e da carteira castigada criando condições para alcançar o objetivo de transformar o CrediBahia de um programa de governo em um programa de Estado.

### **11 - Capacitação Gerencial de Empreendedor de Micro e Pequeno Negócio**

O projeto tem por objetivo capacitar e qualificar o empreendedor de micro e pequenos negócios com a finalidade de complementar a ação de concessão de crédito produtivo e orientado com a finalidade de gerar eficiência e eficácia a ação do CrediBahia.

### **12 - Publicidade de Utilidade Pública - Economia Solidária**

Esta ação tem por objetivo difundir conceito de economia solidária, propagar as ações do Governo do Estado e da Superintendência de Economia Solidária e divulgar produtos e serviços dos empreendimentos solidários. A utilização das ferramentas de comunicação como um instrumento efetivo de difusão dos princípios da Economia Solidária possibilita o fortalecimento do movimento e o contato da sociedade com os empreendimentos. Assim, através da publicidade ética, corroboramos o processo de geração de trabalho e renda. É intenção da SESOL trabalhar através de meios de comunicação diversificados e, sempre que possível, unificar conteúdos e programações visuais com aqueles praticados pela SENAES, no intuito de reforçarmos a marca.

### **13 - Formação de Educadores para Atuação em Economia Solidária**

O objetivo desta ação é capacitar educadores para atuação em empreendimentos de economia solidária. Esta capacitação deve estar baseada no empoderamento dos educadores para a construção de empreendimentos em bases solidárias, perpassando todos os desafios que estas iniciativas enfrentam.

Novos educadores são de fundamental importância para a ampliação dos princípios e práticas da economia solidária, pois a demanda por formação abrange todo o estado, o que significa que o número de pessoas aptas para tal função precisa ser em muito acrescido. Além desta questão operacional, a discussão sobre as questões que alicerçam a prática econômica solidária se torna mais rica quando à multiplicidade de perspectivas se reúnem e apreciam todas as faces de uma mesma verdade.

#### **14 - Apoio à implementação do conselho estadual de economia solidária**

Esta ação objetiva a criação de um espaço institucional que agregue as contribuições de entes públicos e da sociedade civil organizada para a construção democrática da Política Pública de Economia Solidária, o que se dá através de um conselho com competências consultivas e propositivas.

Para que aconteça de forma mais permanente, a criação do conselho estadual está vinculada a aprovação de uma lei de fomento a Economia Solidária, cujo conteúdo está sendo estudado e será discutido em audiências públicas, em todo o estado. Também nesta oportunidade, diplomas legais que disciplinam e, muitas vezes, dificultam as atividades dos empreendimentos de economia solidária serão apresentados à população e discutidos de forma aprofundada e, desejamos, esclarecedora.



## ANEXO C

### – Edital de Seleção de Empreendimentos para Participação em Processos de formação em Comércio Justo e Solidário.

SETRE / SESOL

**CHAMADA PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO PROCESSO PEDAGÓGICO EM COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO –  
ESPAÇO SOLIDÁRIO - NOVEMBRO / 2008**

**SELEÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS  
INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROCESSO PEDAGÓGICO E  
FORMAÇÃO EM COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO (ESPAÇO SOLIDÁRIO) –  
DA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE NO  
ÂMBITO DO PROGRAMA BAHIA SOLIDÁRIA.**

#### 1. OBJETO

A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, através da Superintendência de Economia Solidária - SESOL, e do Programa Bahia Solidária, torna público esta chamada para seleção de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES interessados em participar do processo pedagógico e formação em comércio justo e solidário, denominado Espaço Solidário, que funcionará no Centro Público de Economia Solidária da Bahia (CESOL) - localizada à Rua Álvares Cabral, nº 16, Comércio, Salvador – Bahia.

#### DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto: Permissão de Uso de espaço físico interno para funcionamento do Espaço Solidário, localizada no Centro Público de Economia solidária (endereço supra exposto).</b></li> <li>• Espaço Físico: 249 m<sup>2</sup> (metros quadrados).</li> <li>• Capacidade para 08 ilhas balcão.</li> </ul>

#### 2.

#### PÚBLICO

#### ALVO

EES que atendam os critérios adotados pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, a saber:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural que exercem a autogestão das atividades e da distribuição dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor de registro legal (ata de fundação), prevalecendo a existência real e a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

NOTA – A caracterização a que se refere os itens acima serão pela via do mapeamento de Economia Solidária – SENAES / MTE, ou quando não mapeadas, através de laudo emitido pela equipe técnica da SESOL/SETRE.

#### 3.

#### OBJETIVO

O Espaço Solidário significa um local educativo sobre o comércio justo e solidário no qual serão realizadas oficinas, apresentações, exposições, clube de trocas, dentre outros eventos que ponham em debate a formação e as técnicas de comercialização no âmbito da Economia Solidária. Funcionará como um espaço de aprendizagem e de estímulo à qualificação dos empreendimentos, bem como dos seus produtos.

Para tanto, será disponibilizado espaço físico e serviços para o desenvolvimento e formação em comercialização na economia solidária. O Espaço Solidário será local de constante aprendizado pelos quais os empreendimentos experimentarão as técnicas comerciais numa perspectiva do comércio justo e solidário e desenvolverão alternativas sustentáveis de estruturação do comércio.

#### 4.

#### METODOLOGIA

Os empreendimentos serão qualificados, através do Centro Público e Economia Solidária da Bahia, por meio de um programa de formação com carga horária de 144 horas-aula (parte teórica), que será realizada em quatro módulos de quatro horas semanais.

Os empreendimentos participarão destas atividades por 3 (três) meses, onde ocorrerá aplicação de atividades teóricas e reflexão acerca dos resultados, estabelecendo assim a práxis educativa. As etapas da parte teórica estão divididas segundo a tabela abaixo:

ETAPA	DURAÇÃO (horas-aula)	DESCRIÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
1. Convivendo em um espaço solidário	12	<p>Palestra de sensibilização em economia solidária, divisão em grupos de trabalho que deverão através da mediação de um técnico da SESOL, discutir os princípios da Economia Solidária. Separadamente, o contrato de convivência também deverá ser analisado à luz do princípio em debate. De cada grupo de trabalho deverá sair uma proposta de gestão do espaço segundo o princípio trabalhado.</p> <p>Após término desta atividade, cada grupo deverá apresentar para os demais o seu tópico para debate e aprovação.</p> <p>Durante os 3 (três) meses que permanecerem no Espaço cada grupo se responsabilizará por garantir a execução da sua proposta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apropriação, reflexão e materialização do termo de convivência da ESPAÇO Solidária.</li> <li>- Compreensão e assimilação dos princípios de Economia Solidária.</li> <li>- Fomento à cultura autogestionária.</li> </ul>
2. Formações específicas	70	<p>A partir do diagnóstico realizado na etapa de seleção dos empreendimentos serão levantadas as principais deficiências nas áreas de administração, contabilidade, jurídica, designer, informática e relações interpessoais. Assim, serão elaboradas oficinas, minicursos, palestras com intuito de sanar as dificuldades apontadas no diagnóstico. As atividades poderão ser feitas pelos técnicos da SESOL ou por técnicos de outros órgãos através de parcerias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Superação de problemas pontuais enfrentados pelos empreendimentos.</li> <li>- Qualificação dos produtos e do atendimento.</li> <li>- Apoiar a constituição de EES prestando orientação técnica e tecnológica com vistas a sua sustentação e sustentabilidade.</li> <li>- Orientar e assessorar os empreendimentos na identificação e incorporação de tecnologias sociais para a qualificação organizativa, de gestão e de produção dos empreendimentos.</li> <li>- Orientar, assessorar e capacitar os integrantes dos empreendimentos para a gestão (contábil, financeira, jurídica, organizacional) dos empreendimentos selecionados.</li> </ul>
3. Sensibilização em Economia Solidária	40	<p>Esta etapa consiste na sensibilização em economia solidária através de diferentes linguagens: rodadas de filmes, recitais, músicas, pintura etc. Neste momento, os empreendimentos deverão escolher as atividades que desejam participar, devendo frequentar um número mínimo de atividades a ser estipulada pelo corpo técnico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reflexão sobre a temática da Economia Solidária.</li> </ul>
4. Práticas do comércio justo e solidário	14	<p>Esta etapa os empreendimentos serão sensibilizados para as práticas do comércio justo e solidário. Será proporcionado o ambiente para o estímulo a compras e vendas coletivas, além de organizar rodadas de negócios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reflexão sobre a temática;</li> <li>- Realizar a primeira compra coletiva dos empreendimentos participantes, por área de atuação;</li> <li>- Efetivação de uma rodada de negócios.</li> </ul>
5. Avaliação do processo		<p>Neste momento, os empreendimentos avaliarão o todo o processo de aprendizagem ao qual foram submetidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificação da eficácia do processo pedagógico proposto.</li> </ul>

**5. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO**  
Serão admitidos à participação no processo seletivo, empreendimentos que cumpram cumulativamente as seguintes condições:

5.1.1 Ser da Economia Solidária – atendidos os critérios adotados pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
5.1.2 Os membros dos empreendimentos devem ser maiores de 18 (dezoito) anos ou civilmente emancipados;  
5.1.3 Ser sediados no Estado da Bahia;  
5.1.4 Ter segmento econômico definido;  
5.1.5 Produzir e trabalhar coletivamente;  
5.1.6 Adotar práticas de comércio justo;  
5.1.7 Adotar transparência na gestão dos recursos e justa distribuição de resultados;  
5.1.8 Adotar condições de trabalho salutar e seguras.

**6. DO PROCESSO SELETIVO**  
6.1 Esta chamada pública selecionará para participarem da formação o total de 10 empreendimentos de Economia Solidária.  
6.2. Os empreendimentos interessados deverão preencher formulário de inscrição disponível no site da SETRE, que deverá ser encaminhado via correio endereçado a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, situada à Av. 2, nº. 200, CAB,

Salvador-BA; CEP 41745-003, ou realizar inscrição presencial no CESOL – Rua Álvares Cabral, Prédio Oscar Cordeiro, 16 – Comércio, de segunda à sexta, nos horários das 08:30 às 12:00h e das 13:00 às 17:30h.

6.3. Documentação exigida no ato da inscrição:

- Cópia dos documentos pessoais do responsável pelo empreendimento (RG, CPF, comprovante de residência);
- Estatuto, ata de eleição e posse da atual diretoria, todos averbados;
- Ata assinada por todos os membros do grupo aprovando a participação no processo seletivo;
- Formulário de inscrição (disponível no site [www.setre.ba.gov.br](http://www.setre.ba.gov.br)) devidamente preenchido;
- Autorização da Vigilância Sanitária para funcionamento do empreendimento (para alimentos processados).

## 7. DOS COMPROMISSOS DOS GRUPOS SELECIONADOS

7.1 A participação no espaço educativo do comércio justo e solidário ocasionará compromissos entre as partes, que serão determinados no termo de compromisso e responsabilidade a ser firmado entre a SETRE e os EES.

7.2 Os grupos selecionados deverão ainda cumprir com o disposto abaixo:

7.2.1 Participar das atividades relativas à estruturação e desenvolvimento do Espaço Solidário.

7.2.2 Participar das atividades pedagógicas realizadas no CESOL, indicando e encaminhando seus representantes para tais atividades;

7.2.3 Zelar para que todo produto a ser comercializado prime por sua melhor qualidade, sendo indispensável uma renovação periódica de seu estoque;

7.2.4 Ter, dentro do prazo determinado, estrutura mínima necessária para participar do processo de comercialização (produtos, pessoal e capital de giro);

7.3 Os custos dos processos de comercialização serão de inteira responsabilidade dos empreendimentos, que cobrará o valor decorrente da sua produção aos interessados em adquirir seus produtos, isentando-se a SETRE de ônus de qualquer espécie decorrentes de tal atividade;

7.4 O empreendimento será responsável pelo acondicionamento interno e externo dos seus produtos, até que sejam comercializados ou removidos conforme orientação técnica.

7.5 Será de responsabilidade do empreendimento manter a sua ilha de vendas abastecida e organizada de forma a não interferir na harmonia do ambiente;

7.6 Reserva-se à SETRE o direito de intervir na operação do Espaço Solidário, caso fique comprovada dificuldade e ineficiência de pessoal e equipamentos, sem que do ato resulte o direito de pleitear indenização, seja a que título for.

7.7 Havendo risco para a segurança dos usuários dos serviços prestados no Centro Público de Economia Solidária da Bahia, a SETRE poderá exigir a imediata paralisação das atividades do empreendimento selecionado bem como a completa desocupação do imóvel.

## 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: BAREMA DE CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

ITEM	SUBITEM	PONTOS
01. Originalidade do produto	Representa a cultura local;	05
02. Quanto à cadeia produtiva	Empreendimento busca em sua produção adquirir insumos fornecidos por empreendimentos de economia solidária (urbanos ou rural);	03
03. Quanto à participação em associações, movimentos e outros.	Participa do Fórum Baiano de Economia Solidária e de outros espaços de articulação dos movimentos sociais (citar) Participa apenas do Fórum Baiano de Economia Solidária Participação nos encontros de discussão do ESPAÇO solidário promovidos pela SESOL (verificação mediante assinatura na lista de presença)	03 02 01
04. Quanto à articulação com a Comunidade	Realização de audiências ou encontros com a comunidade para discutir projetos realizados pelo empreendimento.	01
05. Quanto aos processos decisórios participativos	É participativa e realiza mais de uma reunião deliberativa por semestre É participativa e realiza pelo menos uma reunião deliberativa por semestre	03 02
06. Quanto ao tempo de funcionamento	Mais de um ano Menos de um ano	02 01
07. Quanto à proteção ambiental	Não produz impactos negativos	02
08. Cumprimento de normas (INMETRO/IBAMETRO)	Produtos enquadrados nas normas de dimensão, peso, volume líquido e informações técnicas ao consumidor.	03
09. Boa apresentação	Integridade, acabamento	04
10. Capacidade operacional	O empreendimento possui equipamentos e local próprio para produção	03

8.1 Todos os itens serão comprovados e avaliados através de visita técnica, com exceção dos itens 03 e 06 que deverão ser devidamente comprovados.

8.2 O julgamento dos grupos inscritos será realizado pela Comissão de Análise, Acompanhamento e Julgamento – CAAJ a ser designada pelo Ilmo.Sr. Secretário.

8.3 A Nota Técnica da proposta será igual à somatória dos pontos obtidos nos critérios que constam no Barema de classificação dos EES.

8.4 A Nota Técnica Máxima que pode ser alcançada pelo Empreendimento será de 29 (vinte e nove) pontos;

8.5 Após a avaliação, o empreendimento será classificado por ordem decrescente de pontuação obtida na Nota Técnica, sendo selecionados os vinte primeiros,

8.6 Em caso de empate entre um ou mais candidatos, será usado como critério de desempate a maior nota obtida com a somatória dos itens, alcançada no item 05 e 06;

8.7 Persistindo o empate, será utilizado como critério o tempo de atuação do empreendimento.

8.8 O Processo de Seleção será desenvolvido conforme o seguinte calendário:

ETAPAS	PRAZO	ORIENTAÇÕES
Abertura da chamada pública	16/01	
Recebimento das manifestações de interesse	Até dia 23/01	
Disponibilização por meio eletrônico do formulário de inscrição, relação de documentos que deverão ser apresentados e divulgação das etapas do processo seletivo.	16/01	
Envio do formulário de inscrição e dos documentos necessários pelas entidades interessadas	Até dia 23/01	
Análise dos documentos por comissão técnica	26/01	
Comunicação dos empreendimentos habilitados	27/01	
Visita aos empreendimentos	04 à 06/02	Esta visita será realizada para levantar informações específicas a respeito do empreendimento, realizar diagnóstico para análise e classificação pela Comissões de Seleção.
Avaliação pela CAAJ	09 à 12/02	
Divulgação dos resultados	16/02	Apresentação de parecer técnico dos empreendimentos e respectivos produtos analisados.
Reunião com selecionados	18/02	Apresentar o processo pedagógico e assinatura do termo de compromisso e responsabilidade.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Nenhum valor será exigido dos participantes na adesão ao processo pedagógico de formação em economia solidária. O Estado da Bahia exime-se da responsabilidade por eventuais atos ilegais, em quaisquer das esferas cíveis, criminais, tributárias e associativas, que foram ou venham a ser praticados pelos integrantes, individual ou coletivamente.

9.2 Quaisquer esclarecimentos e informações relacionadas a esta seleção serão prestadas pela Coordenação de Fomento a Economia Solidária/Superintendência de Economia Solidária - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, situada à Av. 2, nº. 200, CAB, Salvador-BA; CEP 41.745-003, de segunda à sexta, nos horários das 9:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00 horas, ou ainda, através do endereço eletrônico [cesol@setre.ba.gov.br](mailto:cesol@setre.ba.gov.br).

9.3 A participação no presente processo seletivo importará na aceitação integral dos termos desta chamada.

9.4 Caso o empreendimento selecionado descumpra qualquer obrigação ou compromisso constante nesta chamada, será eliminado do processo pedagógico, substituindo-o aquele com classificação imediatamente posterior.

## ANEXO D

### Centros Públicos De Economia Solidária

#### SETRE / SESOL



#### CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Centro Público de Economia Solidária é uma metodologia usada e difundida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em alguns estados do país. Atendendo à sugestão do Fórum Baiano de Economia Solidária, o Governo da Bahia estabeleceu, no âmbito da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte um programa que incentiva e implanta esta metodologia.

Os Centros Públicos de Economia Solidária visam suprir muitos entraves que envolvem os empreendimentos da economia solidária, disponibilizando estruturas e serviços especializados capazes de atender às principais demandas das organizações solidárias, que possuem peculiaridades não interpretadas por estruturas e sistemas convencionais de apoio ao empreendedorismo. Além disso, estas estruturas multifuncionais permitem que os próprios atores locais se articulem para desenvolver ações de desenvolvimento sustentável. Os Centros, assim como as Incubadoras Públicas de Economia Solidária se inserem na estratégia de criação e manutenção de estruturas para o atendimento ao trabalhadores e à trabalhadoras da economia popular e solidária da Bahia. Com uma ampla diversidade de serviços voltados para a sustentabilidade dos empreendimentos coletivos.

O programa Bahia Solidária prevê implantação de 09 CENTROS PÚBLICOS de Economia Solidária até 2011, sendo 01 estadual e 08 territoriais. Em 2008 será inaugurado o Centro Público Estadual de Economia Solidária - CESOL e serão

implantados 04 Centros Territoriais. Os locais serão definidos segundo critérios de concentração de empreendimentos mapeados, infra-estrutura disponível, participação da sociedade civil na elaboração da proposta e gestão do centro, a centralidade do município e contrapartida. Os Centros serão implantados diretamente pela SETRE, porém outros atores locais serão parceiros, a exemplo dos Municípios do território-sede dos Centros, ONGs, associações, universidades, empreendimentos etc. A SETRE/SESOL publicará um termo de referência que justifica e orienta a implantação dos Centros conforme critérios, objetivos, finalidade e metodologia de funcionamento.

## **SERVIÇOS**

- Consultoria organizacional,
- Difusão de tecnologia de incubação
- Microcrédito e finanças solidárias
- Cursos de qualificação,
- Espaço de ensino -aprendizagem de comércio justo e solidário,
- Orientações para comercialização e divulgação dos produtos dos empreendimentos, espaço para eventos como reuniões dos fóruns e redes locais;
- Atividades culturais e de fortalecimento da identidade,

## **CENTRO ESTADUAL**

O Centro Público Estadual de Economia Solidária funcionará no bairro do Comércio na rua Álvares Cabral, nº 16 prédio Oscar Cordeiro, este prédio passa por reforma e adequação de seu espaço para as finalidades do Centro. A inauguração deste espaço está prevista para início de maio, quando serão concluídas as obras. Este Centro-piloto além de ser a principal vitrine da economia solidária do Estado, fará a coordenação da implementação e funcionamento dos demais Centros (territoriais). Juntamente com os oito Centros Territoriais, este Centro Estadual comporá uma rede de estruturas de desenvolvimento da economia solidária e atendimento aos seus trabalhadoras e trabalhadores.

**OBJETIVOS**

- Estimular a prática do consumo consciente e do comércio justo e solidário por meio de uma rede de comercialização e por meio de uma agenda de eventos pedagógicos destas práticas;
- Prestar consultoria administrativa aos empreendimentos de economia solidária;
- Promover eventos de articulação e auto-organização dos atores da economia solidária;
- Estimular a formação de grupos produtivos a partir do público do CrediBahia;
- Incubar empreendimentos de economia solidária por meio das Incubadoras Públicas;
- Desenvolver e estimular o uso de Tecnologias da Informação para a gestão e desenvolvimento dos empreendimentos por meio dos CDC em parceria com a SECTI;
- Articular outras ações públicas pertinentes ao desenvolvimento da economia solidária.

**ANEXO E****- Distribuição dos Empreendimentos de Economia Solidária pelas  
Microrregiões do Estado da Bahia**

<b>Microrregiões Bahia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Microrregiões Bahia</b>	<b>Quantidade</b>
Alagoinhas	45	Jequié	43
B Jesus da Lapa	18	Jeremoabo	28
Barra	48	Juazeiro	133
Barreiras	26	Livr.Brumado	11
Boquira	22	Paulo Afonso	57
Brumado	48	Porto Seguro	90
Catu	2	Ribeira Pombal	82
Cotegipe	24	S Antônio Jesus	81
Entre Rios	13	S Maria Vitória	31
Euclides Cunha	84	Salvador	99
F Santana	71	Seabra	36
Guanambi	205	Senhor Bonfim	64
Ilhéus-Itabuna	16	Serrinha	81
Irecê	25	Valença	31
Itaberaba	31	Vit.Conquista	52
Jacobina	14	<b>TOTAL</b>	<b>1611</b>

Fonte: Atlas de Economia Solidária – MTE/SENAES.



**ANEXO F**  
**- Distribuição dos Empreendimentos de Economia Solidária por**  
**Formas de Organização, nas Mesorregiões do Estado da Bahia**

Mesorregião	Forma de organização dos EES				
	Associação	Cooperativa	Grupo Informal	Outras formas	Total
Extremo Oeste	62	2	17		81
Vale do São Francisco	202	6	41		256
Centro Norte	134	15	55	1	205
Nordeste	227	31	71		331
Salvador	73	57	47	4	182
Centro Sul	352	22	39	3	417
Sul	80	10	47		137
Ignorado	1		1		2
<b>Total</b>	<b>1.131</b>	<b>143</b>	<b>318</b>	<b>8</b>	<b>1.611</b>

Fonte: Atlas de Economia Solidária – MTE/SENAES.

**ANEXO G**  
**- Distribuição dos Empreendimentos de Economia Solidária por**  
**Atividades Econômicas nas Mesorregiões do Estado da Bahia**

Atividade Econômica	Mesorregiões								Total
	Extremo Oeste	Vale do São Francisco	Centro Norte	Nordeste	Salvador	Centro Sul	Sul	Ignorado	
Prestação de Serviços (diversos)	4	1		6	23	3	1		38
Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca	50	190	124	168	32	276	63		903
Produção de Artefatos Artesanais	2	12	22	39	39	27	23	2	166
Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene			2	5	4		6		17
Produção e serviços de Alimentos e Bebidas	22	35	36	79	41	88	28		329
Produção e Serviços Diversos		1	1		2	1			5
Produção Industrial (diversos)	1	3	2	1	2	3	2		14
Produção Mineral		1				1			2
Produção Têxtil e Confecção	2	6	11	27	26	8	14		94
Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais			1	2	7	1			11
Serviços Relativos a Crédito e Finanças			5	4	4	5			18
Não especificado		7	1		2	4			14
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>256</b>	<b>205</b>	<b>331</b>	<b>182</b>	<b>417</b>	<b>137</b>	<b>2</b>	<b>1611</b>

Fonte: Atlas de Economia Solidária – MTE/SENAES